

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Pedro Ivan Moreira de Sampaio

**O momento marginalista:  
uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX**

São Paulo  
2019

Pedro Ivan Moreira de Sampaio

O momento marginalista:  
uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Alex de Campos Moura.

São Paulo  
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S192m Sampaio, Pedro Ivan Moreira de  
O momento marginalista: uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX / Pedro Ivan Moreira de Sampaio ; orientador Alex de Campos Moura . - São Paulo, 2019.  
150 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Filosofia Contemporânea ; 2. História do Pensamento Econômico. I. Moura , Alex de Campos , orient. II. Título.

## Folha de Aprovação

SAMPAIO, P. I. M. O momento marginalista: uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Márcio Alves da Fonseca  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Julgamento: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. Maurício Chalfin Coutinho  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Julgamento: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. Pedro Paulo Garrido Pimenta  
Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_.

Presidente da Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Alex de Campos Moura  
Universidade de São Paulo (USP)

Assinatura: \_\_\_\_\_.

*La vie est une affaire qui ne couvre pas ses frais*  
(SCHOPENHAUER, A. 2009. p.2045)

## Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo apontar alguns indícios de uma transformação epistêmica a partir dos escritos de três economistas marginalistas: Menger, Jevons e Walras. Trata-se de um estudo dos discursos do saber econômico do final do século XIX, orientado por um uso do pensamento de Michel Foucault. O texto foi dividido em um capítulo de introdução, três de desenvolvimento e um capítulo de considerações finais. A introdução deste estudo dedicou-se à apresentação de um quadro geral da Economia Política da primeira metade do século XIX. A partir do pensamento de David Ricardo e também de Karl Marx, foi possível reconstituir o contexto teórico no qual um saber baseado na teoria do valor-trabalho e constituído por uma antropologia fundante é capaz de ordenar sua inteligência pela figura do *homem*. Esta introdução teve como propósito a apresentação do cenário teórico no qual o pensamento marginalista pôde se constituir. O primeiro capítulo de desenvolvimento do estudo tratou da caracterização do chamado “momento marginalista”, pontuando sua singularidade frente ao pensamento econômico do século XIX. Também foi exibida neste capítulo a teoria marginalista do valor, como uma ruptura com a teoria do valor-trabalho. Com esta análise, indicou-se a pretensão dos marginalistas de refundação da Ciência Econômica. Para além disso, a emergência de uma teoria do valor ancorada nos julgamentos individuais dos agentes econômicos propiciou o destaque de três características marcantes do pensamento marginalista: a constituição de novas bases para a cientificidade do saber econômico, uma nova orientação do eixo temporal, bem como um deslocamento do lugar ocupado pelo *homem* na inteligibilidade da economia. O segundo capítulo centrou-se no estudo da troca e dos preços nos escritos dos autores marginalistas. Esta leitura permitiu compreender o papel de destaque que a esfera da circulação de bens passou a ter no “momento marginalista”. No mais, também foi salientado como a maneira de constituição dos preços pôde representar uma forma de governo da pluralidade dos julgamentos individuais de valor. Com esta análise se indicou a maneira pela qual essa Ciência Econômica dos marginalistas produziu sua validade universal. O último capítulo de desenvolvimento deste trabalho debruçou-se sobre a concepção de mercado emergente no “momento marginalista”. Com o estudo do equilíbrio geral do mercado e da Lei de Walras, caracterizou-se o mercado como uma máquina capaz de ordenar toda a economia. Ao fim deste capítulo indicou-se o aparecimento desta concepção de mercado como um *acontecimento*, capaz de tomar o lugar ocupado pelo *homem* na ordenação saber econômico. Como considerações finais, apontou-se no “momento marginalista” a constituição de um saber que funda sua cientificidade no governo da multiplicidade de julgamentos individuais de valor. Também foi pontuado como o pensamento marginalista foi capaz de ordenar a economia de modo a atribuir às expectativas no futuro a constituição de sua conjuntura presente. Por fim, indicou-se que o mercado no “momento marginalista” funciona como uma máquina que se alimenta da liberdade fundadora do valor. Estes três eixos: a ciência, o tempo e o mercado, foram destacados neste estudo como indícios de uma transformação epistêmica.

Palavras chave: Epistême, Foucault, Menger, Jevons, Walras.

## Abstract

The overarching goal of this master's dissertation is to uncover indications of an epistemic transformation found within the writings of three marginalist economists: Menger, Jevons and Walras. The diagnosis of this phenomenon was entirely guided by Foucault's thought framework. This text is divided into an introductory chapter, three development chapters, and closing remarks. The introductory chapter presents a general framework of the Political Economy in the early 19<sup>th</sup> century. Building from David Ricardo's and Karl Marx's lines of thought, it was possible to reconstruct a theoretical framework guided by the labor theory of value and constituted by foundational anthropology enabling its understanding through the figure of *man*. In this introduction, the goal was to present the theoretical context in which marginalist thought can be built. The first development chapter addresses the characterization of the "marginalist moment", punctuating its singularity from the perspective of the 19<sup>th</sup> century economic framework. Furthermore, this chapter presents the marginalist theory of value, as a rupture from the labor theory of value. This analysis revealed the marginalist's pretention of economics refoundation. In addition, the emergence of a value theory based on the individual judgments of each economic agent propitiated the constitution of new bases for the scientificity of economic knowledge, a new orientation to the time axis, as well dislocation of the place occupied by *man* in the intelligibility of the economy. The second chapter focuses on trade and pricing in the writings of marginalist authors. Through this study, an understanding emerged of the prominent role that the circulation of goods played in the "marginalist moment". Moreover, a case is made for how price determination has represented a form of governance of the plurality of individual judgments of value. This analysis revealed how Economic Science of the marginalists established its universal validity. The last chapter of this work focuses on how market conceptualization ultimately emerged in the "marginalist moment". In light of the market's general equilibrium and Walras Law, the market is characterized in this chapter as a machine capable of commanding the entire economy. At the end of this chapter, market conceptualization is indicated as an *event* capable of taking *man*'s place at the economic knowledge's ordination. The final remarks present the argument that the "marginalist moment" marks the establishment of a knowledge framework that bases its scientificity on the governance of the multiplicity of individual judgments of value. It is also punctuated how marginalist thinking was able to command the economy with the goal of attributing the constitution of its current situation to future expectations. Lastly, the market in the "marginalist moment" is presented as a machine that feeds on the founding freedom of value. These three axes: science, time and the market, were highlighted in this study as signs of an epistemic transformation.

Key words: Epistémé, Foucault, Menger, Jevons, Walras.

## Résumé

Cette étude a pour but d'indiquer quelques signes d'une transformation épistémique au moyen de l'analyse des trois économistes marginalistes : Menger, Jevons et Walras. Il s'agit d'une étude des discours du savoir économique de la fin du XIX<sup>e</sup> siècle, inspirée par la pensée de Michel Foucault. Le texte se divise en une introduction, trois chapitres où ce sont développés les arguments et les conclusions. L'introduction fut consacrée à la présentation d'un cadre général de l'économie politique de la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle. À partir de l'analyse des idées de David Ricardo et de Karl Marx, on reconstitua le contexte théorique dans lequel un savoir - basée sur la théorie de la valeur-travail et constituée par une anthropologie fondatrice - ordonne son intellection par la figure de *l'homme*. Cette introduction présente le scénario théorique dans lequel la pensée marginaliste se constitua. Le premier chapitre caractérise le « moment marginaliste », ponctuant sa singularité face à la pensée économique du XIX<sup>e</sup> siècle. Ce chapitre présente également la théorie marginaliste de la valeur comme rupture par rapport à la théorie de la valeur-travail. Cette analyse rend possible l'indication de la prétention de refondation de la science économique de la part des marginalistes. En outre, l'émergence d'une théorie de la valeur ancrée dans les jugements individuels des agents économiques favorisa la mise en évidence de trois caractéristiques frappantes de la pensée marginaliste : la constitution de nouvelles bases pour la scientificité du savoir économique, une nouvelle orientation de l'axe temporel, ainsi qu'un déplacement du lieu rempli par *l'homme* dans l'intelligibilité de l'économie. Le deuxième chapitre fut consacré à l'étude de l'échange et des prix dans les écrits des auteurs marginalistes. Cette lecture rend possible la compréhension du rôle joué par la sphère de la circulation des marchandises dans le « moment marginaliste ». Il fut d'ailleurs également souligné que le mode de formation des prix joua une forme de gouvernement de la pluralité des jugements individuels de valeur. Cette analyse montre la manière dont cette science économique des marginalistes produisit sa validité universelle. Le dernier chapitre fut consacré à la conception de marché émergent au « moment marginaliste ». Avec l'arrière-plan de l'équilibre général du marché et de la loi de Walras, le marché fut caractérisé en tant qu'une machine capable de commander l'ensemble de l'économie. À la fin de ce chapitre, on montra l'apparition de cette conception du marché comme un événement qui prendre la place remplie par *l'homme* dans le savoir économique. La conclusion souligne, dans le « moment marginaliste », la constitution d'un savoir qui fonde sa scientificité sur le gouvernement de la multiplicité des jugements individuels de valeur. Il également fut souligné comment la pensée marginaliste put ordonner l'économie afin d'attribuer la constitution de sa conjoncture présente à des expectatives futures. Enfin, il y mit en relief le fonctionnement du marché caractéristique du « moment marginaliste » comme une machine qui se nourrit de la liberté fondatrice de la valeur. Dans cette étude on fit ressortir ces trois axes : science, temps et marché, comme signes d'une transformation épistémique.

Mots-clés : Epistème, Foucault, Menger, Jevons, Walras.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 : Armand Guillaumin - <i>Neige à Ivry</i> .....	040
Figura 2 : Armand Guillaumin - <i>Soleil couchant à Ivry</i> .....	040
Figura 3 : Claude Monet - <i>La Gare Saint-Lazare</i> .....	042
Figura 4 : Pablo Picasso - <i>Homme au Violon</i> .....	078
Figura 5 : Foto de Henri Roger-Viollet .....	127
Figura 6 : Claude Monet - <i>Boulevard des Capucines</i> .....	140
Figura 7 : Claude Monet - <i>La rue Montorgueil à Paris. Fête du 30 juin 1878</i> .....	141
Figura 8 : Gino Severini - <i>Le Boulevard</i> .....	143
Figura 9 : Gino Severini - <i>The Pan Pan Dance</i> .....	143
Gráfico 1 .....	067
Gráfico 2 .....	088
Tabela 1 .....	061
Tabela 2 .....	084
Tabela 3 .....	084
Tabela 4 .....	092
Tabela 5 .....	094
Tabela 6 .....	095
Tabela 7 .....	095
Tabela 8 .....	098

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	011
<b>Capítulo I:</b> O “Momento Marginalista” e sua fundação na concepção de valor.....	040
<b>1.1</b> O “momento marginalista” e sua pretensão fundadora.....	043
<b>1.2</b> Uma nova Teoria do Valor.....	059
<b>1.3</b> O retrato do <i>homem</i> pintado por uma Ciência Econômica em um cenário sem história.....	070
<b>Capítulo II:</b> Troca e preço: a possibilidade de uma Ciência Econômica de validade universal.....	080
<b>2.1</b> As trocas, sua motivação e seus limites.....	080
<b>2.2</b> O preço: sùmula do universal.....	090
<b>2.3</b> O governo do valor.....	101
<b>Capítulo III:</b> O mercado no “momento marginalista” .....	107
<b>3.1</b> O mecanismo de formação de verdade.....	108
<b>3.2</b> A condução do mercado rumo ao equilíbrio.....	114
<b>3.3</b> O <i>acontecimento</i> .....	120
<b>Considerações Finais</b> .....	127
<b>Bibliografia</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

Existe uma expressão cunhada provavelmente na França do século XIX que designa uma forma muito específica de marginalidade. A alcunha se aplica fundamentalmente a uma certa prática de “auto exílio”, uma existência que parece se constituir pela negação de seu próprio tempo, expressa em um modo de vida “escandaloso”, “perverso”, “pecaminoso”, ou caracterizável por adjetivação semelhante. Trata-se de uma vivência de apartamento da sociedade, mas manifesta dentro de seu próprio seio; uma vida cuja simples presença parece desdenhar dos que a rodeiam pelo desapego inconsequente dos principais valores, morais ou materiais, de seu tempo. O termo que designa este curioso exílio manifesto na presença é o *poète maudit*<sup>1</sup>. Aquele cuja genialidade traz em sua marca o sentimento de constante inadequação, a sensação própria de ser um espírito aprisionado na matéria e cuja engenhosidade está fadada à incompreensão. Este poeta é aquele que aglutina em si o sublime da poesia com a devassidão da vida.

Em todo caso, o que interessa por ora, não é a história ou a caracterização mais detalhada deste termo, mas sim um poema específico da autoria de um poeta tipicamente maldito, cuja biografia, por vezes, parece misturar-se à sua obra; trata-se de George Gordon Byron, 6º Barão Byron, ou simplesmente Lorde Byron e seu poema publicado em 1821: *The prophecy of Dante*.

### **The prophecy of Dante Canto the fourth**

Many are Poets who have never penned  
Their inspiration, and perchance the best:  
They felt, and loved, and died, but would not lend  
Their thoughts to meaner beings; they compressed  
The God within them, and rejoined the stars  
Unlaurelled upon earth, but far more blessed  
Than those who are degraded by the jars  
Of Passion, and their frailties linked to fame,  
Conquerors of high renown, but full of scars.  
Many are Poets but without the name;  
For what is Poesy but to create  
From overfeeling Good or Ill; and aim  
At an external life beyond our fate,

---

<sup>1</sup> O termo em si tem a autoria atribuída a Alfred de Vigny em seu romance *Stello* de 1832, onde o escritor designa os poetas como: “(...) la race toujours maudite par les puissants de la terre.” (VIGNY, s/data. P.66). A expressão em si só ganhou popularidade no final do século, fundamentalmente devido aos artigos de Paul Verlaine no Boletim Lutèce intitulados: “*Les poètes maudits*”.

And be the new Prometheus of new men,  
Bestowing fire from Heaven, and then, too late,  
Finding the pleasure given repaid with pain,  
And vultures to the heart of the bestower,  
Who, having lavished his high gift in vain,  
Lies to his lone rock by the sea-shore? (...)  
(Lord Byron)<sup>2</sup>

Com estes versos Byron inicia o quarto e último canto deste longo poema feito em homenagem a Dante Alighieri. Já em uma primeira leitura deste fragmento, é possível perceber a marca do *poète maudit*, renegado por uma sociedade cujos costumes arcaicos são incapazes de receber, apreciar ou mesmo compreender o conteúdo de sua poesia. Assim, não é de se estranhar a afirmação do poema, de que apenas “os poetas que não puseram sua inspiração por escrito” garantem seu lugar junto às estrelas, enquanto os demais, são recompensados com o mesmo destino de Prometeu.

De todo modo, é possível talvez ler um pouco mais neste poema do lorde inglês do que essa crítica às recusas antiquadas de uma sociedade tacanha. Para isso, é preciso primeiro compreender certa dualidade apresentada no poema. Dualidade que coloca o leitor diante de duas figuras distintas de poeta: um real e um ideal, ou ainda, um transcendente e outro imanente. Em todo caso, mais do que tratar de dois poetas, um que não se concretiza e o segundo que coloca seus versos no mundo, o que o trecho mencionado salienta é antes um plano transcendente de onde emana a poesia e um plano imanente de sua recepção. A figura do poeta que não “compartilha seus versos com nenhum ser mais mesquinho” não é o que interessa propriamente. Essa figura unívoca,

---

<sup>2</sup> “A profecia de Dante

Poeta. Muitos são poetas que jamais a inspiração  
Puseram por escrito - e os melhores, talvez;  
Sentiram e viveram, mas sem concessão  
Dos pensamentos seus a nenhum ser mais soez;  
Comprimiram o deus em seu interior  
E juntaram-se aos astros, sem lauréis na terra,  
Mais felizes porém que aqueles que o estridor  
Da paixão degenera, e cuja fama encerra  
Suas fragilidades, os conquistadores  
De alto renome, mas cheios de cicatrizes.  
Muitos são poetas, mas do nome não senhores,  
Pois que é a poesia mais do que buscar raízes  
No bem ou mal ultra-emotivos e querer  
Uma vida exterior além de nosso fado?  
E novo Prometeu do novo homem ser,  
Dando o fogo do céu e, tudo consumado,  
Vendo o prazer da oferta pago, mas com dor,  
E abutres roendo o coração do benfeitor,  
Que, tendo dissipado dávida sem par,  
Jaz encadeado num rochedo junto ao mar?”  
(BYRON, 2008. p.113)

praticamente já habita o plano da transcendência e não é surpresa que tenha assegurado seu lugar numa constelação. Já o poeta, que rouba os versos dos deuses para iluminar os homens, este é o artista real, um ser híbrido, dividido, aprisionado na empiricidade do mundo, mas capaz de (re)significá-la com seu espírito transcendente produtor da poesia.

É verdade que a primeira figura do poeta apresentada talvez seja “mais feliz” ou mesmo “melhor”, mas o fato é que ela não passa da idealidade antes de sua concretização no mundo. É o segundo poeta, conduzido pelas paixões de seu corpo imanente, que exterioriza o verso do fundo de sua alma para a empiricidade da vida. Se a consequência disso é ter toda contingência do mundo lançada sobre si, se sua recompensa é ter o corpo “coberto de cicatrizes”, é perder o domínio de sua produção, deixar de ser senhor de seu nome, fato é que esta sina é ao mesmo tempo o limite da poesia e sua condição de possibilidade, de existência. Byron prossegue esse canto da seguinte maneira:

So be it: we can bear. — But thus all they  
Whose Intellect is an o'ermastering Power  
Which still recoils from its encumbering clay  
Or lightens it to spirit, whatsoe'er  
The form which their creations may essay,  
Are bards; the kindled Marble's bust may wear  
More poesy upon its speaking brow  
Than aught less than the Homeric page may bear;  
One noble stroke with a whole life may glow,  
Or deify the canvass till it shine  
With beauty so surpassing all below,  
That they who kneel to Idols so divine  
Break no commandment, for high Heaven is there  
Transfused, transfigured: and the line  
Of Poesy, which peoples but the air  
With Thought and Beings of our thought reflected,  
Can do no more: then let the artist share  
The palm, he shares the peril, and dejected  
Faints o'er the labour unapproved—Alas!  
Despair and Genius are too oft connected. (...)  
(Lord Byron)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O trecho anteriormente citado é o único fragmento do poema de Byron com tradução publicada em língua portuguesa (cf. nota 2). Em todo caso, graças ao auxílio da amizade, foi possível obter tradução do trecho citado feita pelo estudioso de poesia romântica e tradutor de língua inglesa, francesa e russa, Pedro Augusto Pinto.

“Pois bem, suportaremos. Mas tais Homens,  
De um Intelecto de Força transcendente  
Que se afasta do pó que nos consome,  
Ou o faz arder na alma, independente  
A forma de suas obras, ou seus nomes,  
São bardos; o Bronze, o Mármore austero  
Expressam tal poesia em seus semblantes  
Igual ou mais que as páginas de Homero;  
Um traço nobre apenas, num instante  
Já diviniza a tela, a faz brilhar:

Nesta continuação o lorde inglês não apenas se inclui no texto como ainda o faz de forma desafiadora ao conclamar: “que seja: nós podemos suportar”. O ponto é que o poeta se constitui como a figura de um espírito flamejante aprisionado em uma forma de argila, mas esta é sua natureza própria de bardo. Desafiar a adversidade do mundo com a beleza do verso é o devir deste ser. De modo que a contingência de um mundo mesquinho rejeita o verso e isto intensifica o brilho da poesia. A dura imanência não é o outro do poeta, mas o todo do qual ele faz parte e, por isso, é, ao mesmo tempo, a possibilidade do poema. Não é então gratuito que “o desespero e o gênio são frequentemente conexos”. A paixão temporal é assim a desgraça do poeta e a condição de existência do verso. É desta maneira que se pode afastar a ideia de que o poema apresenta duas concepções distintas de poeta para compreender que ambas as figuras de poeta coexistem em um todo, a dualidade em questão habita um único ser, frágil e conflituoso, uma desarmoniosa conjugação de espírito e matéria.

Para além desta figura do poeta, o principal elemento que se pode destacar da contingência a qual ele está sujeitado no poema é um tema marcante de toda geração romântica inaugurada pelo lorde, ou ao menos da qual Byron se tornou o principal expoente; trata-se do tema da morte, recorrente na obra destes escritores conhecidos como “ultrarromânticos”. Evidente que esta temática não é em si uma novidade nas artes. A morte já apareceu com destaque, por exemplo, no século XV como sendo o termo final, o ponto inexorável do destino, uma presença desencarnada que ronda e pode pôr termo à toda vida (Cf. FOUCAULT. 2011<sup>a</sup>. P.30/31). Naquela época, o retrato da morte como uma figura esquelética portando um sorriso quase irônico, carregava em sua imagem o trágico do fim. Tratava-se da figuração de um riso que antevia o abismo, a histórica gargalhada ante a tragédia inevitável do vazio da morte.<sup>4</sup>

---

Num brilho a tudo tão sobrepujante  
Que todos que se prostram em seu altar  
Não pecam contra os Céus – que lá estão  
Transfigurados. Vive só no ar  
A prole da Poesia, a Criação  
Seres e Ideia, do Eu projetados,  
E nada pode mais; Dívida, então,  
O artista o louro e o risco, e rejeitado  
Feneça em meio às vaías: Desespero  
E Gênio, ah!, não raro vão atados.”

<sup>4</sup> Para citar apenas uma referência literária, pode-se destacar a obra de Guyot Marchant intitulada *Danse Macabre*. Este título em verdade marca todo um gênero presente na literatura, teatro escultura, mas, especialmente na pintura cujo expoente mais conhecido talvez seja o afresco no Cimetière des Saints-Innocents em Paris.

Já no século XIX, o reaparecimento do tema não se dá nestes termos. A morte no poema de Byron a Dante não se configura em um trágico termino no vazio. É bem verdade que se tomamos outro poema, talvez até mais famoso do lorde inglês, como o *Lines inscribed upon a cup formed from a skull*, a morte vem carregada de ironia e o riso reaparece no próprio cálice feito de um crânio, cheio de vinho onde outrora brilhara a razão.

**Lines inscribed upon a cup formed from a skull**

Start not—nor deem my spirit fled:  
In me behold the only skull  
From which, unlike a living head,  
Whatever flows is never dull.

I lived, I loved, I quaff'd, like thee:  
I died: let earth my bones resign;  
Fill up—thou canst not injure me;  
The worm hath fouler lips than thine.

Better to hold the sparkling grape,  
Than nurse the earth-worm's slimy brood;  
And circle in the goblet's shape  
The drink of Gods, than reptiles' food.

Where once my wit, perchance, hath shone,  
In aid of others' let me shine;  
And when, alas! our brains are gone,  
What nobler substitute than wine?

Quaff while thou canst—another race,  
When thou and thine like me are sped,  
May rescue thee from earth's embrace,  
And rhyme and revel with the dead.

Why not? since through life's little day  
Our heads such sad effects produce;  
Redeem'd from worms and wasting clay,  
This chance is theirs, to be of use.  
(Lord Byron)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> “Versos Inscritos numa Taça Feita de um Crânio  
Não, não te assustes: não fugiu o meu espírito  
Vê em mim um crânio, o único que existe  
Do qual, muito ao contrário de uma fronte viva,  
Tudo aquilo que flui jamais é triste.

Vivi, amei, bebi, tal como tu; morri;  
Que renuncie e terra aos ossos meus  
Enche! Não podes injuriar-me; tem o verme  
Lábios mais repugnantes do que os teus.

Antes do que nutrir a geração dos vermes,  
Melhor conter a uva espumante;

Em todo caso, mesmo nesse poema, não se está diante da figura da morte que aparecia nas *Dances Macabres*<sup>6</sup> do século XV. A ironia do poema, que dá voz a uma taça feita de um crânio, não coloca o leitor diante do vazio da morte, mas apenas perante sua inevitabilidade. A taça esquelética enche-se de vinho e incita a celebração enquanto a vida permitir, tendo na morte um termo que deve instigar, antes de sua concretização inexorável, certo comportamento *bon vivant*, com um colorido mais macabro, é verdade, ou mesmo com atitude mais inconsequente. A questão é que a morte aparece no século XIX como o delimitar da temporalidade, como signo da finitude humana. Não se trata de anunciar de um termino no vazio, mas de demarcar um período de existência do homem; que é, ao mesmo tempo, a evidência de sua contingência e a condição de possibilidade de suas ações.

La mort qui ronge anonymement l'existence quotidienne du vivant, est la même que celle, fondamentale, à partir de quoi se donne à moi-même ma vie empirique<sup>7</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.326).

Tomando novamente o poema com o qual este comentário iniciou-se, pode-se reforçar ainda mais esta abordagem do tema da finitude. A morte, já anunciada do poeta, delimita precisamente sua existência contingente. O nascimento e a morte são as fronteiras temporais que demarcam o período no qual o poeta pode lançar na imanência do mundo um fragmento da poesia roubado pela transcendência da alma. É aproximadamente nestes termos que essa figura dupla do poeta aparece: uma existência que tem na finitude de seu corpo a primeira marca da contingência que limita seu espírito, mas a partir disso é que ela pode irromper em verso.

---

Melhor é como taça distribuir o néctar  
Dos deuses, que a ração da larva rastejante.

Onde outrora brilhou, talvez, minha razão,  
Para ajudar os outros brilhe agora eu;  
Substituto haverá mais nobre que o vinho  
Se o nosso cérebro já se perdeu?

Bebe enquanto puderes; quando tu e os teus  
Já tiverdes partido, uma outra gente  
Possa te redimir da terra que abraçar-te,  
E festeje com o morto e a própria rima tente.

E por que não? Se as fontes geram tal tristeza  
Através da existência-curto dia-,  
Redimidias dos vermes e da argila  
Ao menos possam ter alguma serventia. ”  
(BYRON, 2008. p.107)

<sup>6</sup> Cf. nota 4.

<sup>7</sup> “A morte que corrói anonimamente a existência cotidiana do ser vivo é a mesma que aquela, fundamental, a partir da qual se dá a mim mesmo minha vida empírica” (FOUCAULT, 2007. p.434).

Há outro elemento ainda passível de ser apreendido da leitura do poema a Dante. Mas, para percebê-lo, é prudente primeiro mencionar brevemente uma crítica ao texto de Byron no ano de sua publicação. Os Quatro Cantos do *The Prophecy of Dante* foram publicados no ano de 1821 juntamente com os Cinco Atos do *Marino Faliero, Doge of Venice*. Naquele mesmo ano, o *British Review and London Critical Journal* publicou um artigo analisando detalhadamente a tragédia e dedicando, ao fim, dois magros parágrafos ao poema. Nestes parágrafos finais o crítico afirma fundamentalmente o seguinte:

Upon the prophecy of Dante, the poem annexed to the tragedy, we shall say little. There is nothing very ingenious or original in the plan. It is simply a transformation of some of the incidents of Italian history which have taken place subsequently to his death, into prophecy put into his mouth during his life-time.<sup>8</sup> (MURRAY, 1821. p. 451)

No artigo há ainda alguns comentários a respeito da forma do poema, que se utiliza da *terza rima*, tida ainda hoje como de difícil utilização em língua inglesa (Cf. ROWLEY, 2011. P.05). De todo modo, os pontos de interesse aqui são precisamente as profecias colocadas na boca de Dante. Como já pôde ser visto, o poema tem mais elementos do que destaca esta crítica, mas é verdade que, especialmente nos três primeiros cantos do poema de Byron, Dante profetiza diversos acontecimentos históricos que viriam a ocorrer depois de sua morte. A questão é que contar a história de forma profética não é um feito menor.

Como já havia sido salientado, ao comentar o início do Quarto Canto da poesia, *The Prophecy of Dante* destaca a sina do poeta, híbrido de imanência e transcendência, fadado à mesquinhez de um mundo indigno da poesia e condenado a uma morte infame. Ocorre que essa ‘inadequação’ do poeta se manifesta também no âmbito temporal. “O gênio não pertence a seu tempo” é um bordão que talvez, com algum esforço, coubesse aqui. É isso que emerge do ato de Byron colocar o “futuro” no discurso de Dante. Esta confusão temporal de contar ficcionalmente a história como profetização enunciada em um tempo passado evidencia que é o poeta que não habita propriamente o mesmo tempo do mundo. Delimitado pela sua finitude, ele convive com um mundo de história muito mais antiga que a sua própria e com prognóstico de futuro muito mais extenso que o de seu ser. Isso não significa, entretanto, que o poeta pertença a um tempo futuro, mas apenas que o desacordo entre sua delimitação temporal e a vastidão da história do mundo pode imbuir seu discurso da pretensão de alcançar um tempo que ele por si só não pode.

---

<sup>8</sup> Sobre a profecia de Dante, o poema anexo à tragédia, devemos dizer pouco. Não há nada de muito engenhoso ou original no projeto. É simplesmente a transformação de alguns incidentes da história italiana que aconteceram posteriormente à sua morte, em profecia colocada em sua boca durante sua vida. (Tradução minha)

Normalmente esta pretensão se funda na evidente longevidade que o texto pode ter, sendo capaz de perdurar muito além da vida daquele que o redigiu. “For what is Poesy but to (...) aim at an external life beyond our fate”<sup>9</sup>.

No caso particular do poema byroniano, ao colocar uma profecia já concretizada na voz de Dante, o poeta reforça essa pretensão da imortalidade da escrita. Ele indica que até a validade do texto pode ser reconhecida além de seu tempo, mesmo um discurso profético, talvez meramente especulativo quando fora proferido, pode ser alçado à posição de verdade e reconhecido como tal em outro tempo. Byron conclui então o último canto de seu poema da seguinte forma: “When Truth shall strike their eyes through many a tear, / And make them own the Prophet in his tomb.”<sup>10</sup>. Dito em outros termos, a poesia pode, por fim, vencer a adversidade de seu tempo, a finitude do poeta e perdurar, tendo seu valor reconhecido quando o futuro vislumbrar o brilho que o passado não foi capaz de enxergar.

[...] la pensée découvre que l’homme n’est pas contemporain de ce qui le fait être, - ou de ce à partir de quoi il est [...] c’est parce que l’homme n’est pas contemporain de son être que les choses viennent se donner avec un temps qui leur est propre.<sup>11</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p. 345/346)

Um último aspecto ainda digno de nota sobre o poema do Lorde Byron diz respeito ao ser próprio do poeta. Como já foi visto, Byron constitui esta figura como um duplo de empiricidade e transcendência, como uma existência finita, que não habita o mesmo tempo do mundo e que busca em sua contingência temporal as condições para produzir um discurso com pretensão imortal. Mas, para além disso, este poeta byroniano é também impensável. Ele é um exercício reflexivo sobre si mesmo, em um movimento que o próprio poema não consegue captá-lo para além desta natureza duplicada. Isso talvez pela própria dificuldade de o poeta, neste caso, ser tanto o objeto do texto quanto o seu redator. Em certa medida, Byron em sua obra flerta frequentemente com o nebuloso, com as brumas da Inglaterra, com os temas chamados de “obscuros”, mas neste caso isso vai além talvez destas imagens. É importante perceber que justamente no referido Quarto Canto do poema, quando Byron aborda diretamente a figura do poeta, longe de fundar uma definição certa e definitiva do ser do poeta, o que se produz é antes o questionamento

---

<sup>9</sup> “Pois que é a poesia mais do que [...] querer uma vida exterior além de nosso fado?” (BYRON, 2008. p.113)

<sup>10</sup> Vide nota 3

<sup>11</sup> “[...] o pensamento descobre que o homem não é contemporâneo do que o faz ser – ou daquilo a partir do qual ele é [...] é porque o homem não é contemporâneo de seu próprio ser que as coisas vêm se dar com um tempo que lhes é próprio.” (FOUCAULT, 2007. p.462/463).

deste próprio ser. Este poeta byroniano é então, ambigualmente, aquele que fala e simultaneamente sobre o que não se pode plenamente falar. Trata-se de uma existência que ao questionar-se sobre si própria, desloca o pensamento para esta região da penumbra, do impensado. É como se o poeta propriamente escapasse por entre as linhas do texto e a referência a ele não consegue ir muito além de uma natureza duplicada e em constante inadequação com o mundo circundante.

De modo geral, estes foram os elementos escolhidos para destaque, fundamentalmente do Quarto Canto do poema de Byron. O motivo para iniciar este estudo com o comentário deste excerto é que parece poder ser lido nas entrelinhas da reflexão sobre o poeta byroniano, a emergência de uma figura mais abrangente e de fundamental importância para todo o século XIX, trata-se da figura moderna do *homem*.

Avant la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle, l'*homme* n'existait pas. [...] C'est une toute récente créature que la démiurgie historique du savoir a fabriquée de ses mains, il y a moins de deux cents ans.<sup>12</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.319).

Este duplo empírico transcendental, delimitado por sua própria finitude, habitante de um mundo do qual ele não é contemporâneo e, em certa medida, impensado, não é apenas o poeta de Byron, mas também o *homem*; a figura que desde o fim do século XVIII passou a ser o centro de todo um modo de pensar, de todo um solo de possibilidades para o saber, da *epistème moderna* (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p. 323/324).

[...] l'homme apparaît avec sa position ambiguë d'objet pour un savoir et de sujet qui connaît : souverain soumis, spectateur regardé [...].<sup>13</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p. 323).

Se o poeta de Byron é uma figura repartida entre um corpo temporal e a alma imortal, o *homem* é por sua vez um duplo capaz de apreender o mundo por sua dimensão empírica e ordenar este mundo para compreendê-lo no âmbito de seu espírito transcendente. Se o poeta é aquele que faz da fragilidade de sua delimitação temporal a condição mesma para a invenção do verso, o *homem* tem, em sua finitude, a demarcação e o móvel de toda ação possível. Se o poeta é este ser conflitante e inadequado com seu próprio tempo, o homem é por sua vez incapaz de ser plenamente contemporâneo do mundo que habita, presenciando sempre uma história de origem muito anterior a sua e prognóstico infinitamente mais longo que o seu próprio. Por fim, se a poesia não parece

---

<sup>12</sup> “Antes do fim do século XVIII o homem não existia [...]. É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou há menos de 200 anos.” (FOUCAULT, 2007. p.425)

<sup>13</sup> “[...] o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: soberano submisso, espectador olhado [...].” (FOUCAULT, 2007. p.430)

capaz de versar plenamente sobre a figura do poeta, limitando-se a descrever sua natureza híbrida; o pensamento, por sua vez, também, ao se redobrar sobre o *homem* não consegue ir muito além da sua duplicidade de empírico transcendental, fazendo com que ele não possa ser tomado na transparência absoluta de um *cogito*, nem na objetividade pura de uma coisa. Nestes termos, o poeta só poderia ser *homem* e o *homem*, em certo sentido, poeta.

É então no entrono desta figura moderna do *homem* que orbita uma série de saberes e discursos chamados, *grosso modo*, de *modernos*. Isso não significa que a partir do final do século XVIII todo o saber passou a ser determinado por este duplo empírico e transcendental ou que esta figura constitua em si um sistema fechado de pensamento que condiciona toda verdade. A noção aqui referenciada, a *epistème* indica mais um conjunto de relações entre os discursos de um dado período, do que a determinação rígida de seus conteúdos. Trata-se de indicar como se constituem os saberes e como se ordenam os discursos, como estes se aglutinam instituindo critérios de cientificidade ou mesmo de formalização de sistemas de pensamento. Neste sentido a *epistème* pode ser vista como relações que perpassam os saberes e permitem que estes se articulem de determinadas maneiras e não de outras.

Par *épistémè*, on entend, en fait, l'ensemble des relations pouvant unir, à une époque donnée, les pratiques discursives qui donnent lieu à des figures épistémologiques, à des sciences, éventuellement à des systèmes formalisés ; le mode selon lequel, dans chacune de ces formations discursives, se situent et s'opèrent les passages à l'épistémologisation, à la scientificité, à la formalisation ; la répartition de ces seuils, qui peuvent entrer en coïncidence, être subordonnés les uns aux autres, ou être décalés dans le temps ; les rapports latéraux qui peuvent exister entre des figures épistémologiques ou des sciences dans la mesure où elles relèvent des pratiques discursives voisines mais distinctes.<sup>14</sup> (FOUCAULT, 2015. p. 204/205)

Além deste conjunto de relações que articulam os saberes em um dado tempo; a noção de *epistème* diz respeito também à certa regularidade que pode ser apreendida na constituição de cada discurso, bem como à maneira de articulação entre os diferentes saberes, tudo em um mesmo período histórico. Não se trata propriamente de uma

---

<sup>14</sup> “Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas.” (FOUCAULT, 2011<sup>b</sup>. p. 231)

racionalidade comum que transpassa a constituição de todos os discursos, mas da apreensão de uma regularidade discursiva constitutiva do modo de pensar.

L'épistémé, ce n'est pas une forme de connaissance ou un type de rationalité qui, traversant les sciences les plus diverses, manifesterait l'unité souveraine d'un sujet, d'un esprit ou d'une époque ; c'est l'ensemble des relations qu'on peut découvrir, pour une époque donnée, entre les sciences quand on les analyse au niveau des régularités discursives.<sup>15</sup> (FOUCAULT, 2015. p. 205)

Esta regularidade expressada no bojo das relações discursivas de um dato tempo e que não tem o condão de determinar o conteúdo do que se pensa, opera, por outro lado, certa delimitação de tudo que pode ser pensado. Trata-se, em certo sentido, do estabelecimento de limites, de demarcar fronteiras ao pensar, de estabelecer este espaço do que pode ser pensado em um dado tempo, mas sem indicar propriamente uma determinação dos objetos pensados. A *epistème* atuaria assim na ordem da delimitação, da demarcação do que é possível ser pensado. É cabível destacar ainda que nesta região delimitada há uma pluralidade de possibilidades diversas de objetos pensáveis e de saberes sobre estes objetos, mas a *epistème* tem sua atuação privilegiada na delimitação deste espaço, em excluir o que não pertence a ele e não na determinação de tudo que efetivamente fecunda neste solo demarcado do possível.

[...] l'épistémè, comme ensemble de rapports entre des sciences, des figures épistémologiques, des positivités et des pratiques discursives permet de saisir le jeu des contraintes et des limitations qui, à un moment donné, s'imposent au discours [...] c'est ce qui dans la positivité des pratiques discursives, rend possible l'existence des figures épistémologique et des sciences.<sup>16</sup> (FOUCAULT, 2015. p. 205)

De maneira sintética, a *epistème* é então este solo de onde podem emergir os saberes, a referência na constatação das regularidades que marca os modos pelos quais os objetos são tomados. Ela é por fim percebida justamente no âmbito desta gramática dos discursos produzidos sobre os objetos em apreensão que emergem do solo delimitado de possibilidades.

Nestes termos, firmar o *homem* como o ponto central da *epistème moderna*, significa, então, ordenar o saber e os discursos deste momento entre os dois polos deste

---

<sup>15</sup> “A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.” (FOUCAULT, 2011<sup>b</sup>. p. 231)

<sup>16</sup> “A *episteme*, ainda, como conjunto de relações entre ciências, figuras epistemológicas, positividades e práticas discursivas, permite compreender o jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõem ao discurso [...] é aquilo que na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências.” (FOUCAULT, 2011<sup>b</sup>. p. 231/232)

duplo empírico/transcendental. É assim que se pode colocar como delimitação fundamental do conhecimento, aquilo que o sujeito transcendente pode tomar como objeto. No mesmo sentido, limitam-se os objetos do conhecimento como sendo tudo aquilo que o *homem*, em sua empiricidade, pode apreender.

En ce sens, cet homme, avec son pouvoir de donner de représentation, est requis dans l'ordre du savoir moderne comme la surface de projection et de réflexion de ces formes positives qui s'offrent comme l'élément de son existence empirique.<sup>17</sup> (SABOT, 2014. p.126)

Tal qual a figura do poeta byroniano, condição de possibilidade fundante do verso, o *homem* emerge no final do século XVIII como a possibilidade do conhecimento, como o produtor do saber. É desta noção que se parte agora, da figura do *homem* que aparece fundamentalmente em atividade. O saber não simplesmente se revela ao *homem*, ele é produzido por um sujeito ativo, a partir de uma ação fundante e fundamental que ordena e toma para si o mundo. Pode-se indicar assim que este *homem* que conhece, o faz por meio de uma atividade, de um trabalho. É esta noção então de trabalho que permite agora migrar para a referência a um modo de saber particularmente característico do final do século XVIII, uma ciência que tradicionalmente tem sua fundação reportada a este momento. Trata-se do nascimento da Economia Política, tendo na noção precisa de trabalho a categoria basilar de sua cognição.

É nestes termos que se pode agora chegar propriamente ao campo do saber sobre o qual este estudo busca versar. Por mais prazeroso que seja a referência à poesia byroniana, o objetivo deste estudo é antes o conjunto de discursos que podem ser aglutinados sob o rótulo geral de Economia. As referências a Byron e mesmo a breve caracterização da noção de *epistème* foram aqui evocadas muito mais como um modo breve para apresentar uma caracterização primeira dessa figura moderna de *homem* e sua posição central na ordenação dos saberes a partir do final do século XVIII.

O que se pretenderá mostrar nesta dissertação é fundamentalmente uma transformação que parece poder ser observada no final do século XIX. Transformação essa que por ora poderia ser enunciada como a mudança de uma Economia Política cuja cognição estaria centrada na categoria do trabalho humano, para uma Ciência Econômica ordenada fundamentalmente pela ideia de utilidade. Antes de abordar diretamente este momento de mudança, é prudente tratar, ainda que brevemente, deste saber marcante da

---

<sup>17</sup> “Neste sentido, este homem, com seu poder de dar representação, é necessário à ordem do saber moderno como a superfície de projeção e de reflexão dessas formas positivas que se oferecem como elemento de sua existência empírica.” (Tradução minha)

primeira metade do século XIX chamado de Economia Política; indicando a emergência da figura do *homem* como epicentro dos discursos sobre o valor, sobre a troca, sobre a produção, fundamentalmente a partir da noção de trabalho. Deste modo, passa-se a uma liminar exposição da Economia Política como um saber tipicamente moderno ordenado pelos polos deste *homem* duplo de imanência e transcendência.

Neste primeiro momento, trata-se assim de reconstituir o percurso trilhado por Michel Foucault sobre a Economia Política em *Les mots et les chose* (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>). Faz-se aqui a mesma escolha do pensador francês, ao tomar como pontos de referência dos discursos da Economia Política os escritos de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.233/238 e 265/275).

Já sob o foco da análise dos saberes econômicos, é oportuno primeiramente mencionar que o conceito próprio de trabalho em Economia não é uma invenção do século XIX. Os fisiocratas franceses como François Quesnay, outros economistas como Richard Cantillon e Étienne Bonnot de Condillac já haviam publicado no século XVIII textos em que o conceito de trabalho aparece e é largamente utilizado.<sup>18</sup> (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.234/235). Em todo caso, a pretensão aqui não é remontar ao primeiro uso desta noção em Economia. O que interessa abordar é um fenômeno que parece ter se manifestado preponderantemente a partir do último quarto do século XVIII, de forma ainda mais precisa, talvez no ano de 1776, com a publicação de uma obra em especial, a saber: *Wealth of Nations* de Adam Smith. É possivelmente neste momento que o trabalho aparece como categoria capaz de indexar todo o modo de pensar a economia.

O mérito da obra de Smith, comumente referida como fundadora da Economia Política, não é, então, a invenção do conceito de trabalho, nem tão pouco a utilização deste como medida do valor das mercadorias, apesar de tradicionalmente se observar nos escritos de história do pensamento econômico a defesa desta segunda tese (Cf. HUNT, 2005. p.48). Ambas as ideias, já podem ser encontradas nos escritos anteriores dos economistas supra referidos. É, então já na abertura de *Wealth of Nations*, possível perceber o que Adam Smith enuncia de propriamente novo comparativamente aos demais economistas de seu tempo. Ele inicia seu escrito com o seguinte parágrafo:

The annual labour of every nation is the fund which originally supplies it with all the necessaries and conveniences of life which it annually consumes, and which consist Always, either in the immediate produce

---

<sup>18</sup> Especialmente Quesnay publicou no *Journal de l'agriculture, du commerce et des finances* (novembro de 1766) um texto intitulado: *Sur les travaux des artisans* (QUESNAY, 2008. P. 359/393) onde o conceito de trabalho ocupa o cerne do escrito.

of that labour, or in what is purchased with that produce from other nations.<sup>19</sup> (SMITH, 2008. p. 08)

Já nestas primeiras linhas da obra pode-se compreender que Smith coloca a ideia de *riqueza* em função do trabalho. Este é precisamente o movimento que a obra do economista inglês põe em marcha. Esta transformação, aparentemente sutil, faz do trabalho não apenas a medida do valor, mas agora a *riqueza*, que durante todo os séculos XVII e XVIII havia sido o elemento fundante da *representação* econômica, passa a representar não a moeda, não o acúmulo metálico, não mercadorias, não objetos gerais de desejo, mas sim o trabalho.

Les richesses sont toujours des éléments représentatifs qui fonctionnent : mais ce qu'ils représentent finalement, ce n'est plus l'objet du désir, c'est le travail.<sup>20</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.235).

O trabalho desponta assim como uma noção orientadora de todo processo de produção das *representações* no saber econômico. Mesmo o fato de o próprio trabalho ter um preço e estar evidentemente sujeito às leis gerais da oferta e demanda, ao torna-lo índice da economia como um todo, sua variação de preço em si não é mais problemática. A questão é que esta variação diz muito mais respeito à remuneração do trabalhador que ao trabalho propriamente. O ponto que merece destaque é que a hora trabalhada é a mesma para todos aqueles que trabalham, independentemente da compensação paga por ela. Não se trata de equiparar o ofício mais penoso ao mais brando ou os mais bem remunerados aos de baixa remuneração. O que se pode salientar é que, seja qual for o trabalho, sua medida se dá em uma unidade de tempo, e é possível traçar uma equivalência geral entre todas as modalidades de labor por meio de sua duração.

If some species of labour should be more severe than the other, some allowance will naturally be made for this superior hardship; and the produce of one hour's labour in the one way may frequently exchange for that of two hours labour in the other.<sup>21</sup> (SMITH, 2008. p. 45)

Também não se trata de reduzir toda divisão do trabalho a esse critério de equivalência fundado no quão penosa é a atividade desempenhada. O próprio Adam Smith explicita diversos outros fatores a serem computados no traçar dessa equivalência,

---

<sup>19</sup> “O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência, e que consiste, ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele.” (SMITH, 1978. p. 03)

<sup>20</sup> “As riquezas são sempre elementos representativos que funcionam: mas o que representam finalmente não é mais o objeto do desejo, é o trabalho.” (FOUCAULT, 2012. p.305)

<sup>21</sup> “Se um desses tipos de trabalho for mais duro do que o outro, será necessário certamente ter em conta este fato; e o produto de uma hora de trabalho poderá assim corresponder ao de duas horas dedicadas a outro tipo de trabalho.” (SMITH, 1978. p. 41)

como a necessidade de qualificação para desempenho da tarefa por exemplo. (Cf. SMITH, 2008. p.45/46). O importante, em todo caso, é perceber que o trabalho aparece sempre em sua dimensão temporal. Esta relação geral com o tempo e a capacidade de reduzir todas as formas de trabalho a uma unidade comum de tempo de trabalho permite, não só utilizá-lo como a medida do valor, mas como o elemento representativo fundamental de toda a análise econômica.

Em certo sentido, o que Adam Smith permite é que se possa finalmente distinguir dois âmbitos da análise econômica: a teoria do valor e a da troca. Trata-se justamente de separar o domínio da troca e do valor, da motivação e da quantificação, da natureza da troca e suas unidades de quantidade. Se a necessidade dos homens é o que os leva a trocar, é o trabalho, em suas unidades de tempo, que permite a realização dessas trocas. Se o trabalho for tomado em sua unidade temporal, pode-se dizer que os homens são levados à troca para satisfazer suas necessidades, mas o que possibilita a efetivação das trocas, sua quantificação viabilizadora, é o fato de todos eles estarem submetidos ao esforço, à fadiga, ao tempo, à morte.

Les hommes échangent parce qu'ils éprouvent des besoins et des désirs ; mais ils *peuvent* échanger et *ordonner* ces échanges parce qu'ils sont soumis au temps et à la grande fatalité extérieure.<sup>22</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.237)

Com a reflexão de Adam Smith percebe-se então o despontar de uma teoria do valor ordenada pela finitude do *homem*. A maneira como ele aborda o trabalho, afasta seus escritos de uma tentativa de guiar-se por um conteúdo essencial comum a todos os homens, e o encaminha para certa antropologia que pensa o homem em sua atividade delimitada por uma finitude temporal fundamental. Para além disso, Smith aponta para a possibilidade de uma Economia Política, ciência que não mais tem em seu cerne as trocas de *riquezas*, mas sim sua produção real, sua constituição efetiva a partir do trabalho e do capital. (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p. 238).

Em termos bastante foucaultianos, poder-se-ia dizer que Smith está inserido em uma espécie de passagem entre a *epistème clássica* e a *epistème moderna* (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.233/238). Se a *epistème moderna* é este modo de pensar cujo início pode ser indicado no final do século XVIII e foi aqui sintetizado como a ordenação do saber entre os polos empírico e transcendental do *homem*; a *epistème clássica* pode ser entendida como sendo o modo de pensar anterior, vigente nos séculos XVII e XVIII. Sua

---

<sup>22</sup> “Os homens trocam porque experimentam necessidades e desejos; mas *podem* trocar e *ordenar* essas trocas porque são submetidos ao tempo e à grande fatalidade exterior.” (FOUCAULT, 2007. p.309)

principal característica foi a ordenação do saber enquanto a produção de *representações* no plano do pensamento. Dito de outro modo, para a *idade clássica*, conhecer é um ato pelo qual um sujeito representa um objeto e ordena essa *representação* em um quadro geral classificatório de todas as demais representações. No que tange ao saber econômico, essa era da *representação* tem como figura marcante a *riqueza*. A *riqueza* era a *representação* fundamental que ordenava toda produção do saber sobre a economia durante os séculos XVII e XVIII produzindo uma verdadeira *análise das riquezas* (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.177/179). Neste contexto, pode ser percebido o significado maior indicado na obra de Smith: fazer do trabalho o grande “objeto” que a *riqueza* representa.

Neste sentido, é em Adam Smith que nasce, mesmo que precariamente, o *homem* no pensamento econômico. Se por um lado é verdade que sua análise é conduzida pelo movimento geral da *representação*, especialmente tendo como escopo a *representação* das trocas; por outro lado, o que se passa a representar é precisamente o trabalho. É então o trabalho, como fundo geral de tudo aquilo que é representado, que aponta para os rascunhos primeiros desse *homem*. Ele é assim o objeto fundante da *riqueza*, essa por sua vez é a *representação* fundamental viabilizadora da atividade econômica. Tudo isso articulado pelo fato de Smith tomar o trabalho como o índice cognoscente da economia. Em última instância, para Smith, é um tempo de atividade, atividade de um ser finito, que justamente por ter fim, faz de seu tempo dispendido objeto de *representação* em valor.

Nasce assim para o saber econômico essa frágil e ambígua figura que durante a primeira metade do século XIX conduziu os passos disto que se convencionou chamar Economia Política. No final do século XVIII, em fim, desponta timidamente no fundo da grande tela da *representação*, o *homem*.

Se no final do século XVIII Adam Smith já indica os traços primeiros para o que viria a ser uma Economia Política, será então no século XIX que estes rascunhos encontrarão suas formas mais acabadas.<sup>23</sup> É a obra de David Ricardo que se pode tomar como a grande referência da Economia Política no século XIX. Para além de figurar nos quadros da *representação*, será no pensamento de Ricardo que esta figura humana sai de sua estagnação primeira e embarca em uma atividade que se pode chamar propriamente de produção. Com o intuito de destacar o ponto focal para a análise que se pretende fazer, pode-se tomar desde já a frase com a qual David Ricardo opta por iniciar a terceira

---

<sup>23</sup> É preciso advertir que o percurso de Smith a Ricardo não representa um progresso, esta passagem marca mais certa descontinuidade com um modo de pensar pretérito ou ainda uma *dobra* do saber, do que propriamente a evolução de uma “ciência econômica”.

edição<sup>24</sup> de seu livro: *The principles of political economy and taxation* (RICARDO, 1821).

The value of a commodity, or the quantity of any commodity for which it will Exchange, depends on the relative quantity of labour which is necessary for its production, and not on the greater or less compensation which is paid for that labour.<sup>25</sup> (RICARDO, 1821.p.01)

Note-se que, em Ricardo, o trabalho aparece inicialmente como algo merecedor de compensação, algo que deve ser indenizado e não meramente remunerado<sup>26</sup>. Ricardo refere-se ao trabalho utilizando-se da palavra inglesa *labor* – em latim, com mesma escrita, “atividade dispensada”, “tarefa a ser cumprida”, “resultado de uma pena”. O valor, por sua vez, depende da quantidade de esforço humano penoso (trabalho) depositado na coisa no ato de sua produção, independentemente de quão justa seja a indenização por este esforço.

A leitura do trabalho como uma quantificação temporal de esforço humano, conforme foi visto, já se encontrava presente em Smith. Mas, se Adam Smith permite fazer do trabalho unidade de medida de todas as demais mercadorias, fundamentalmente porque este pode ser analisável em jornadas de subsistência; Ricardo por sua vez pode fixar o valor de uma coisa pela quantidade de trabalho nela depositada, não apenas por poder *representar* este valor em unidades de trabalho, mas principalmente porque o trabalho como atividade produtora é a fonte única de todo valor.

O indício já presente no trecho citado de Ricardo, que permite indicar essa diferença marcante entre ele e Smith, é precisamente a desvinculação entre o valor da coisa e a compensação paga pelo trabalho necessário em sua produção. Observa-se que o valor substancializa o trabalho, e não o montante pelo qual este é indenizado. A análise em Ricardo então, desloca seu foco, deixa de lado a *representação* de uma atividade quantificável pelos custos de reprodução da força de trabalho, para agora voltar sua atenção a esse trabalho imbuído nas coisas por meio de um processo. Processo este que orienta boa parte da teoria econômica deste nascente século XIX, o processo de produção.

---

<sup>24</sup> A frase que de epígrafe da primeira secção do primeiro capítulo do livro de Ricardo não aparecia na sua primeira edição da obra de 1817. A mesma passou a integrar o livro apenas em sua terceira edição, de 1821. Esta edição de quatro anos mais tarde é a tomada como canônica.

<sup>25</sup> “O valor de um bem, ou seja, a quantidade de qualquer outro bem pelo qual possa ser trocado, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para produzi-lo e não da maior ou menor compensação paga por este trabalho.” (Tradução minha)

<sup>26</sup> Na substituição da palavra “compensação” (*compensation*, no original) pelo termo “remuneração”, que ocorre em algumas traduções, desaparece o caráter do trabalho como algo merecedor de indenização, para dar lugar à concepção de trabalho como digno de recompensa.

No século XVIII, o jogo das causalidades em economia se orientava, fundamentalmente, em torno da chamada esfera de circulação. Eram as relações de troca que se examinava constantemente para entender e explicar a maior fluidez ou concentração da moeda, a alta dos preços ou a sua queda, o aumento ou retração da produção. Todos esses fenômenos tinham sua causalidade fundada na relação quantitativa entre os signos representantes e os objetos representados. De modo que um aumento dos bens em praça comparativamente à moeda, ocasionava a queda no preço, a valorização do meio circulante. Esta forma explicativa encontrava-se então encerrada nos limites interiores da própria lógica da *representação*. Tratava-se de uma circularidade que sempre retornava à relação primeira de *representar*. As análises de Ricardo, ao colocar o trabalho que se incorporava às coisas ao menos parcialmente fora dessa dinâmica das *representações*, modifica sensivelmente a forma de análise dos fenômenos econômicos.

O trabalho incorporado nas mercadorias é o que Ricardo dissocia dessa forma pretérita de análise. A fundação do valor para ele não está na capacidade representativa desse trabalho, mas antes na sua quantificação. Esta quantificação que Ricardo chama de valor se dá, não pela análise das proporções entre objetos representados e signos representantes nas trocas, mas pelo exame de toda a cadeia de processos de produção do bem. Quando se fala então nessa esfera da produção, o que se precisa perceber é que se trata de toda uma nova série linear e homogênea por meio da qual a economia será agora entendida. Uma diferença marcante desta nova série é que ela já não se reporta às determinações recíprocas típicas das relações de *representação*. Agora, a produção consiste fundamentalmente em um processo, tem uma duração, ou melhor, tem história. Ricardo deixa então para traz a reciprocidade das *representações* do valor e adentra na era da cadeia produtiva, fazendo da Economia Política um saber orientado pela compreensão de um processo. Processo esse que se acumula na mercadoria, permitindo emergir aqui um ponto de articulação fundamental da economia com a história. A Economia Política toma, a partir de Ricardo, como objeto fundamental o tempo das produções sucessivas. (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.267/268).

O que parece fazer Ricardo enviar seu pensamento econômico para o estudo da produção é a forma como ele lida com dois problemas: a raridade ou escassez e a fecundidade da natureza, questões tradicionalmente abordadas pelos pensadores que o precederam. Ainda no século XVIII a raridade era vista como decorrente das necessidades gestadas no interior dos grupos aos quais cada indivíduo pertencia. A natureza por sua vez aparecia com uma capacidade de fecundidade apta a satisfazer essas necessidades,

ainda que precisasse da ação do homem para tal. Nesse ponto é possível recordar uma importante tese dos Fisiocratas que reconheciam na terra a produtora maior de todo o valor. Para eles, a agricultura seria a atividade que, por excelência, acrescenta algo ao mundo, enquanto as demais atividades humanas se limitam à transformação do que já está dado<sup>27</sup>. Durante o século XVIII o que se percebe é então uma natureza que ao se conjugar com o engenho humano promete satisfazer as mais diversas necessidades que a humanidade possa vir a projetar. A própria raridade das coisas aqui seria apenas uma constatação conjuntural; para os famintos o trigo é raro, para os ricos as joias são raras. Trata-se de uma raridade fundada na *representação* para si de objetos do desejo, e mesmo esta raridade seria contornada, ao menos em parte, pela capacidade fecunda da terra, da natureza.

Ricardo, por sua vez, parte de uma concepção distinta. A raridade para ele não é a representação de uma necessidade, mas sim uma carência fundamental. A natureza não é fecunda, ao contrário, ela é estéril ou ao menos insuficiente<sup>28</sup>. É então para sobrepujar essa carência fundamental que o *homem* é conduzido ao trabalho. Neste sentido, é importante destacar que fundar o ímpeto para o trabalho na carência, significa dizer que o *homem* trabalha, produz, antes de tudo para assegurar sua própria subsistência. É a iminência da morte que o faz produzir para além do que a natureza oferece. Neste ponto Ricardo se depara com o tema anteriormente referido da finitude do homem. É neste entorno, do que se poderia chamar certa antropologia econômica, que se pode referir pela primeira vez ao *homo economicus*. Longe de ser aquele que representa para si mesmo

---

<sup>27</sup> Um exemplo encontrado entre a literatura da fisiocracia cabível aqui seria o texto de Quesnay: *Maximes générales du gouvernement économique d'un royaume agricole*. O destaque aqui é o trecho da máxima 01, onde Quesnay afirma: « (...)l'ordre du gouvernement d'un royaume agricole qui doit réunir tous les intérêts à un objet capital, à la prospérité de l'agriculture, qui est la source de toutes les richesses de l'État et de celles de tous les citoyens. » (QUESNAY, 2008. p.237) “a ordem do governo de um reino agrícola que deve reunir todos os seus interesses a um objetivo capital, à prosperidade da agricultura que é a fonte de toda riqueza do estado e de todos os cidadãos.” (Tradução minha); bem como o seguinte fragmento da máxima 03 do mesmo texto: « Que le souverain et la nation ne perdent jamais de vue, que la terre est l'unique source des richesses, et que c'est l'agriculture qui les multiplie. » (QUESNAY, 2008. p.238). “Que o soberano e a nação não percam jamais de vista, que a terra é a única fonte de riquezas, e que é a agricultura que as multiplicam.” (Tradução minha).

<sup>28</sup> É inegável que este tema da carência remete a outra referência contemporânea a David Ricardo e que ganhou grande visibilidade no início do século XIX, trata-se de Thomas Robert Malthus, com seu livro mais conhecido intitulado *An Essay on the Principle of Population*. A primeira versão deste texto foi publicada anonimamente ainda no ano de 1798. Malthus chegou a publicar diversas outras versões da obra, sendo sua edição final (a 6ª edição do livro) levada a público no ano de 1826. Isto serve para ilustrar que o tema da carência ou escassez da natureza não é um privilégio da obra de Ricardo.

suas necessidades e formas de satisfazê-las, “c’est celui qui passe, et use, et perd sa vie à échapper à l’imminence de la mort.”<sup>29</sup> (FOUCAULT. 2011<sup>c</sup>. p. 269).

De forma bastante sintética, o que se observa no pensamento de Ricardo é um esforço para atribuir à finitude do *homem* uma forma concreta; em apenas uma palavra, essa forma é o trabalho. Desta maneira a Economia Política em Ricardo se estrutura nos entornos da figura do *homem*. Este *homem* em sua atividade, para sublevar a carência da natureza e salvar sua vida, encontra no trabalho a forma concreta de sua própria história. Então imbuindo seu trabalho nas coisas, este *homem*, enfim, acrescenta algo de si ao mundo e produz assim o valor, o complemento fundamental à insuficiência da natureza que assegura sua subsistência. Esta atividade consiste em um dispêndio de tempo, tem duração, se acumula, tem história, e organiza-se de forma mais complexa em um processo produtivo de todas as mercadorias. Deste modo, a Economia Política de Ricardo consiste na compreensão deste processo histórico de produção, motriz da economia e categoria basilar de toda inteligência dos fenômenos, causalidades e objetos do saber econômico.

Para ilustrar a dimensão deste feito, talvez baste mencionar que até o final do século XVIII o saber econômico tinha como ponto de partida e, em certa medida, circunscrevia-se pelos domínios da circulação das mercadorias. A *riqueza*, como categoria fundamental da economia, era tomada e estudada fundamentalmente no bojo da troca. Era a troca o grande fenômeno econômico a partir do qual se analisavam todas as demais relações econômicas.

O que se pode ver assim com a teoria do valor de Ricardo é a esfera da produção tomando o lugar de inteligência de todos os demais fenômenos econômicos. Não se trata de abolir o estudo da circulação, da distribuição ou do consumo das mercadorias; a questão é que a partir do pensamento de Ricardo, estes domínios serão pensados em função da produção. A troca deixa de ser o ponto de Arquimedes do saber econômico para dar finalmente lugar ao processo produtivo.

Neste sentido, Ricardo pode ter iniciado de forma mais explícita esse movimento, mas a grande referência do século XIX quando se menciona a produção, certamente não são os escritos deste inglês, mas sim um pensamento cuja potência de sua obra faz emergir, do cerne do processo produtivo, a unidade de uma classe proletária, com a promessa não só da subsistência, mas da libertação. Não é possível discorrer sobre produção no século XIX sem dedicar ao menos algumas linhas a Karl Marx.

---

<sup>29</sup> “é aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte.” (FOUCAULT, 2007. p. 353)

Tomando como referência inicial o primeiro capítulo de *O Capital* (MARX, 2008)<sup>30</sup>, pode-se de pronto constatar que Marx é um tributário do que já foi aqui descrito como a teoria do valor-trabalho. Em todo caso, antes de simplesmente fazer essa afirmação, cabe ressaltar que já no início de *O Capital* há uma particularidade aparentemente sutil, mas que não deve ser negligenciada. Essa singularidade é o fato de Marx optar por não iniciar seu livro com uma definição de valor. É bastante recorrente em praticamente toda tradição do pensamento econômico, iniciar a reflexão pelo esforço de definir o valor. O propósito é tomar a definição desta categoria simples (ou indivisível), para então fundar, a partir deste ponto, a descrição de todo um sistema econômico mais complexo. Marx, contrariamente à tradição, decide principiar não pelo esforço de definir propriamente o valor, mas sim a mercadoria.<sup>31</sup> Desde o princípio, a escolha de Marx é então partir não do “simples”, mas sim do “composto”, observe-se que já nos primeiros parágrafos de *O Capital*, a mercadoria é apresentada como um duplo, simultaneamente um *valor-de-uso* e um *valor-de-troca*. Desta maneira, o ponto “menor” na teoria econômica, que pode ser lida em *O Capital*, é desde o princípio uma unidade não indivisível, mas complexa.

É deste caráter duplo da mercadoria que se pretende partir para traçar um breve esboço da concepção de valor em Marx, ou ao menos daquela que ele apresenta em *O Capital*. Para prosseguir neste sentido, cabe destacar que o primeiro elemento desta duplicidade mercadoria, é o *valor-de-uso*. Para tomar alguns dos momentos em que Marx explicita o que entende por *valor-de-uso*, é possível destacar as seguintes sentenças: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso”; “O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo”; “Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.”; “Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.” (MARX, 2008. p.58).

Em uma tentativa de articulação destas enunciações, é possível dizer que o *valor-de-uso* é o conjunto de características materiais da mercadoria que a torna útil, a singulariza e permite destiná-la ao consumo. Trata-se do valor em sua dimensão

---

<sup>30</sup> A mercadoria (Livro I, Vol. I) P.57/105.

<sup>31</sup> É importante neste ponto destacar que para este estudo, tomar-se-ão as referências a Marx apenas no atinente ao saber econômico. Não se trata aqui de uma tentativa de reduzir a obra de Karl Marx às suas contribuições para a Economia, mas sim de mero recorte teórico realizado ante à temática deste trabalho, ainda que empobrecedor do pensamento de Marx que evidentemente não poderia ser inscrito sob um único rótulo.

fundamentalmente qualitativa, que, por fim, permite à mercadoria ser portadora de um *valor-de-troca*.

O *valor-de-troca*, por sua vez, representa a dimensão quantitativa da mercadoria, sua característica geral e, segundo Marx, a mais importante para a Economia Política. Ele permite o estabelecimento de proporções equivalentes entre diferentes mercadorias e, por conseguinte, a possibilidade de efetuar trocas entre elas. Para Marx, este fato evidencia que há algo de comum nas coisas cambiáveis.

Esta constatação não consiste propriamente em uma novidade: mesmo muito antes de Marx ou Ricardo, ainda na antiguidade Aristóteles estabeleceu a moeda como ficção estável capaz de tornar as mercadorias comensuráveis e intercambiáveis (Cf. ARISTÓTELES, 2004, p. 251/252. 1133a 20-32) e desde então este tema foi quase sempre retomado nos escritos sobre economia. Por outro lado, o que Ricardo trouxe de novo em sua teoria do valor, com o que Marx corrobora, é a afirmação de que o elemento comum internalizado em todas as mercadorias é o trabalho e somente ele. Desta maneira, o *valor-de-troca* é definido como a quantidade de trabalho contido na mercadoria.

Para além disto, é preciso entender que, da mesma forma que a mercadoria tem sua duplicidade expressa em um *valor-de-uso* e um *valor-de-troca*, para Marx, o trabalho também tem sua complexidade, podendo ser analisado em uma dimensão concreta e outra abstrata. Nestes termos, há, para o pensador alemão, o trabalho concreto, aquele do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro, que produz fundamentalmente um *valor-de-uso*, uma utilidade; e há o trabalho abstrato, isto é, o caráter comum do trabalho, um “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio.” (MARX, 2008, p. 60). A quantidade de tempo deste último, o trabalho abstrato, incorporada nas mercadorias, é que determina seu *valor-de-troca*. Deste modo, conforme Marx, é o *valor-de-troca* que representa aquilo que se chama habitualmente valor, tal como aparece nos discursos do saber econômico.

O que se pode observar já neste momento é que, em *O Capital*, o valor (ou ao menos o *valor-de-troca*) parece ter uma natureza substancial, isto é, o valor corresponde a algo que habita a mercadoria, capaz de *representar* o trabalho abstrato que a ela se incorporou. Já o *valor-de-uso* é a vertente imediata do valor, como a apresentação concreta do produto de um trabalho específico. É válido destacar que desta duplicidade, o *valor-de-troca* emerge como uma *representação* do trabalho abstrato, enquanto o *valor-de-uso* aparece como algo de apreensão direta, ou como apresentação dos atributos materiais da coisa, diretamente fruto de um trabalho concreto. Isto permite chegar à

duplicidade da mercadoria da forma que Pierre Dardot e Christian Laval a apresenta em sua obra sobre Marx.

En parlant de la marchandise comme d'une « chose double » (Zwieschlächtiges) ou de « quelque chose de double » (Doppeltes), à la fois objet d'usage et porteur de valeur, il a en vue une unité de deux côtes dont l'un est celui de l'« immédiat » et l'autre celui du « réfléchi ».<sup>32</sup> (DARDOT & LAVAL, 2012. p.473)

Esta leitura de P. Dardot e C. Laval, que destaca no caráter duplo da mercadoria justamente o “imediato” e o “refletido”, encontra também fundamento direto no texto de Marx, conforme os próprios autores destacam, na nota número 4 do primeiro capítulo de *O Capital*. Lá o pensador alemão afirma o seguinte:

O valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana. (John Locke, “Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest”, 169, em Works, ed. Londres, 1777, v. II, p.28.) No século XVII, ainda se encontra com frequência nos escritores ingleses “worth” significando valor-de-uso e “value” valor-de-troca, em conformidade com o espírito de um idioma que sói expressar o fenômeno original, com um termo germânico, e o reflexo, com um termo latino. (MARX, 2008. p.58)

Sobre esta nota, é preciso ressaltar que o fato de afirmar que o *valor-de-troca* corresponde ao caráter reflexo ou refletido da mercadoria não tem o condão nem de negar seu caráter material e substancial, nem de deixar sua determinação quantitativa a cabo de um julgamento individual. Ao contrário, a determinação do *valor-de-troca* para Marx é da ordem do social e sua variação guarda relação com o desenvolvimento do processo produtivo como um todo. Isso fica evidente ao observar a explicação em *O Capital* para a constante no *valor-de-troca* de mercadorias iguais, mas que efetivamente demandaram tempos distintos para serem produzidas. A questão poderia ser colocada nos seguintes termos: como o valor de troca de duas mercadorias similares pode ser o mesmo quando se tem uma pluralidade de maneiras de produzi-las? Ou ainda, com um exemplo específico: como é possível que o valor de duas mesas, produzidas por marceneiros distintos, no mercado, seja o mesmo se não foi empregado o mesmo tempo para fabricá-las? Estas questões constituiriam para Marx um falso problema, na medida em que o tempo individual de produção de uma mercadoria qualquer não determina seu valor. Para ele, o fator determinante é o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria,

---

<sup>32</sup> Falando da mercadoria como de uma “coisa dupla” (Zwieschlächtiges) ou de “alguma coisa de dupla” (Doppeltes), ao mesmo tempo objeto de uso e portadora de valor, se tem em vista uma unidade de dois aspectos, onde um é o do “imediato” e o outro o do “refletido”. (Tradução minha).

ou seja, é o tempo social médio de produção que determina o valor das mercadorias. Deste modo, um aumento da produtividade na fabricação de uma mercadoria qualquer diminui seu valor, uma vez que este aumento constituiria uma redução do tempo socialmente necessário para sua produção.

Ao indicar que a determinação do *valor-de-troca* aparece em Marx como sendo da ordem do social, pode-se evidenciar que mesmo a dimensão da mercadoria que Dardot e Laval chamam de “refletida”, tem sua raiz, não no intelecto de um indivíduo, mas no sujeito que conhece o valor das mercadorias a partir do processo de sua produção. Assim, o processo produtivo material das mercadorias opera enquanto a vertente fundamental de definição do valor, mesmo em sua dimensão refletida mais geral.

Seria mesmo correto afirmar, que desde antes de *O Capital*, em outros escritos sobre economia, Marx já orientava sua reflexão pelo processo produtivo. Um bom exemplo pode ser visto em *Miséria da Filosofia* (MARX, 2004), obra escrita diretamente como resposta ao livro de Proudhon intitulado *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (PROUDHON, 2003). Dentre as diversas ríspidas críticas que Marx direciona à obra de Proudhon, uma delas versa precisamente sobre a forma como o pensador francês formula sua teoria do valor.

Já na primeira objeção de Marx a Proudhon, torna-se evidente que o que o alemão objeta na análise do francês é a ausência do processo de produção como ordenador da reflexão. Marx encadeia os fatores elencados por Proudhon para explicar o *valor-de-troca* da seguinte maneira:

Para explicar o valor de troca, é preciso a troca. Para explicar a troca é preciso a divisão do trabalho. Para explicar a divisão do trabalho, é preciso necessidades que precisem da divisão do trabalho. Para explicar estas necessidades, é preciso “*supo-las*”. (MARX, 2004. p.27)

Neste ponto, Marx critica Proudhon fundamentalmente pelo caráter “especulativo” de sua teoria. Longe de fundar sua reflexão, desde o princípio, com base na materialidade da produção dos bens, Proudhon aparece, aos olhos de Marx, como um pensador que busca articular o fundamento do valor em um processo de suposição das necessidades do homem, indicando que o motriz maior da economia seria a autoconsciência das necessidades e não o processo pelo qual se produzem as mercadorias objetos do desejo.

Um momento ainda mais explícito desta discordância pode ser lido quando Marx comenta a seguinte passagem de Proudhon:

Em minha qualidade de comprador livre, eu sou o juiz de minhas necessidades, juiz da conveniência do objeto, do preço que quero lhe dar. Por outro lado, em vossa qualidade de produtor livre, sois amo dos meios de execução e, em consequência, tendes a faculdade de reduzir vossos custos. (PROUDHON, 2003. p.65)

Proudhon apresenta o preço justamente como produto de uma espécie de conflito entre a liberdade de quem oferta e a de quem demanda. É como se em última instância a problemática se apresentasse como um antagonismo entre o livre arbítrio dos envolvidos na troca. Mais uma vez Marx se opõe a esta análise, justamente por entender que tanto o ato de ofertar quanto o de demandar não são ações isoladas. Ao contrário, elas se dão no interior de um modo de produção onde a oferta está alicerçada em uma vasta gama de relações que a precederam, como por exemplo: a demanda por matérias primas, mão de obra, ferramentas e instrumentos. De modo que a oferta é, em certa medida, também uma demanda. No mesmo sentido, a demanda se orienta ou para o consumo direto ou para o emprego do bem na produção de outros. Isto faz com que o preço concebido pelo demandante ou provenha da sua capacidade de consumo, advinda de seu próprio trabalho, este também empregado na produção em algum nível; ou venha da sua análise de custos dessa matéria prima a ser empregada na produção dos bens derivados. Assim, a demanda é também, em certo grau, uma oferta, seja de mão de obra seja de um bem derivado daquele demandado.

O que se pode perceber é que, para Marx, o conflito poderia ser colocado de modo distinto, não se trata de um embate entre as liberdades do ofertante e demandante, mas sim de uma luta que se estabelece “entre o valor venal que pede quem oferta e o valor venal que oferece o demandante” (MARX, 2004. p.35). A questão é que estes valores ofertados e demandados são vistos em sua relação com a cadeia produtiva como um todo. Para o comprador, não se trata apenas de constatar a utilidade do bem ofertado, mas sim a autoanálise de sua capacidade aquisitiva adstrita precisamente pela remuneração de seu trabalho. Do mesmo modo, para o produtor ou ofertante, o que ele oferece não é apenas um bem útil, mas uma soma de valores venais trocado contra todos os custos de produção do bem. “O produto portanto representa, aos olhos do produtor, uma soma de valores venais” (MARX, 2004. p.35). Nestes termos, em Marx, a questão deve ser resolvida pela análise de toda a produção, que justamente restringe a liberdade tanto de oferta quanto da demanda. Para Marx, não se trata de uma problemática do livre arbítrio daqueles envolvidos na troca, mas justamente de toda uma cadeia produtiva que, ao restringir as possibilidades de ambos os envolvidos, opera como se pudesse mesmo definir a troca,

indicando os limites tanto da oferta quanto da demanda não pela vontade, mas pela produção material das mercadorias.

Na oferta e na demanda nós encontramos portanto, por um lado um produto que custou valores venais e a necessidade de vender; por outro lado, os meios que custaram valores venais e o desejo de comprar. (MARX, 2004. p.35)

É preciso em todo caso ainda fazer uma ressalva importante. A força motriz do processo produtivo fornece a matriz de intelecção de toda a cadeia econômica, como já é possível perceber nas leituras de Marx, entretanto isto não significa que a análise da troca tenha desaparecido do pensamento econômico. Ao contrário, o que justamente foi exposto nos parágrafos precedentes é o debate de Marx e Proudhon a respeito das trocas individuais. A questão é que a análise de Marx sobre a troca consiste em observá-la justamente a partir da produção, como inserida, e, em certa medida, determinada por um modo de produção.<sup>33</sup>

Em síntese, o que se pretende destacar desta breve leitura de Marx é que a primazia da produção na ordenação do pensamento econômico encontra aqui talvez sua formulação mais acabada e é esta ordenação precisa do saber a marca do que se chamou Economia Política no século XIX. O que se observa é a estruturação de um saber econômico que se funda na figura ativa do *homem* como único produtor de todo o valor existente no mundo. Para além disso, a economia se organiza por esta longa cadeia do processo produtivo que tem em sua própria história a chave maior de sua análise, sendo também de onde faz emergir a verdade de todos os fenômenos econômicos.

Esta Economia Política foi então desenhada entre o aparecimento do *homem* no quadro da *representação* econômica em Smith e a potência da atividade humana produtora do valor em Ricardo e mais acabada em Marx. Na extremidade deste percurso em que se colocou Ricardo e Marx, estes dois pensadores podem indicar não só a convergência de uma teoria do valor-trabalho, mas também uma bifurcação,

---

<sup>33</sup> Um exemplo para reforçar este ponto pode ser visto quando Marx descreve a circulação das mercadorias e do capital, tanto nos *Grundrisse* (MARX, 2011. p.200/212), quanto no segundo livro de *O Capital* (MARX, 2016. p.295/325). A princípio, não é difícil de se surpreender com a descrição do fenômeno da circulação, vez que é possível observar na descrição de Marx um aumento do *valor-de-troca* das mercadorias no próprio processo de circulação. Isto poderia conduzir à tese de que não seria apenas o processo de produção por meio do trabalho humano que poderia criar (ou aumentar) o valor. Ocorre que mesmo nos casos em que se observa o aumento do *valor-de-troca* das mercadorias ao longo de sua circulação, este acréscimo é sempre mediado pelo trabalho. Assim, não há aqui uma exceção à teoria do valor-trabalho, mais apenas a descrição de um momento no interior da própria esfera da circulação onde novamente o trabalho pode imbuir e aumentar o valor de um bem. Reforçando inclusive a produção como matriz para pensar os demais fenômenos econômicos.

especialmente no prognóstico histórico. Por um lado, Ricardo conduz a certo “pessimismo”, ante a insuficiência da fecundidade da natureza, em um cenário onde o trabalho humano é constantemente o esforço para compensar a esterilidade da terra, apontando para um termo deste processo como a incapacidade final de um crescimento contínuo da produção, transportando a vivência da finitude do homem para um possível fim do tempo do homem, de forma não tão dispare das teses populacionais de Malthus (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.272). Marx, por sua vez, ao destacar a capacidade produtiva no trabalho humano e a organização do modo de produção fundado na expropriação deste trabalho, produz um prognóstico no qual o aumento constante da produção com a manutenção deste formato conduziria não ao esgotamento do potencial criador e produtor do trabalho, mas sim a sua liberação final da história do processo produtivo descrita até então (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.273).

Apesar dessa bifurcação, a questão que se pretende abordar aqui não é a tomada de posição entre o pessimismo fundamental da escassez no pensamento de Ricardo e a saída revolucionária de Marx. A pretensão é antes indicar que este espaço epistemológico ocupado por ambos consiste na formulação de uma Economia Política fundada na finitude do *homem*, na historicidade do processo produtivo da economia, e no estabelecimento de uma espécie de  $\tau\acute{\epsilon}\lambda\omicron\varsigma$ <sup>34</sup> para essa história (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.274/275).

São então, nestes termos, que, na primeira metade do século XIX, o saber econômico faz do epicentro de sua órbita esta recém-nascida figura do *homem*. Está-se assim diante de um saber que funda suas bases na ação criadora do trabalho humano, sua cognição na história do processo produtivo pelo qual se organiza o emprego deste trabalho e que por fim é capaz de se estabelecer um destino. Dito de forma muito breve, a Economia Política é a emergência de um saber advindo do aparecimento do *homem* como sujeito e objeto possível. Trata-se da constituição do *homem* como base do saber, a cognição a partir de um processo histórico e, por fim, a atribuição de uma finalidade. São estas as características fundamentais disto que se pode intitular *humanismo* (Cf. FOUCAULT, 2001<sup>a</sup>. p.568/569).

Estabelecida então esta Economia Política do século XIX como uma “ciência humana”, é necessário fazer aqui um corte e alertar que o ponto focal deste estudo não será o coroamento do *homem* no centro da *epistème moderna*. O interesse maior deste

---

<sup>34</sup> Thélós

escrito são antes as linhas finais de *Les mots et les chose* para observar um pouco mais de perto o anunciado desvanecer desta figura do *homem* (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.398).

Nesta introdução, foi então apresentado, ainda que muito brevemente, o desenhar deste *homem* no saber econômico. Seu aparecimento, ainda tímido, entre o crepúsculo do século XVIII e o desvelar do século XIX, até a consolidação de seu império. Ocorre que nenhum reinado parece conseguir vencer a fugacidade do tempo por toda eternidade e talvez especialmente no caso do *homem*, como a última fagulha do século das luzes, por ser tão intenso seu brilho, capaz de reordenar todo o saber, não poderia ser nada senão efêmero.

Doravante, estes estudos serão centrados em uma escola de pensamento que reivindica sua fundação em três obras específicas, das quais duas datam do ano de 1871, apenas quatro anos após a publicação do primeiro livro de *O Capital*. Tratam-se dos escritos de Carl Menger (MENGER, 1983), William Stanley Jevons (JEVONS, 2015) e de Léon Walras (WALRAS, 1874) todos aglutinados sob o rótulo geral de escola marginalista de Economia. Com o estudo destes três escritos, pretende-se então apontar o início de uma certa dobra no pensamento econômico, os prolegômenos do que poderia talvez ser chamado de uma mudança *epistêmica*, mas com todas as limitações que acompanham o recorte deste trabalho ao se deter apenas nos discursos provenientes do saber econômico.

No que concerne à estrutura formal, este escrito se divide em três capítulos de desenvolvimento, o primeiro deles dedicado à teoria do valor apresentada pelos referidos autores marginalistas, o segundo centrado no tema da troca e do preço e o terceiro na tentativa da reconstrução da ideia de mercado nos termos em que começa a ser esboçada nos escritos destes três economistas.

Com estes estudos, acredita-se assim ser possível mostrar o surgimento de um saber que já não atende mais pelo nome de Economia Política. Trata-se de um saber que parece tentar não mais circundar a figura do *homem*, encontrando em uma entidade muito particular chamada Mercado, seus novos critérios de veridicção. Para além disso, este saber também não mais se reportar a uma trajetória percorrida, como o processo de produção para estabelecer os critérios de sua cognição, apontando doravante para um entendimento diferente do tempo, um papel distinto a ser desempenhado pela história e um modo novo de experiência da temporalidade. Por fim, pretende-se indicar que estes três economistas marginalistas forneceram as bases efetivas de fundação do que contemporaneamente se chama Ciência Econômica, salientando ainda que esta nova

ciência já praticamente não guarda parentesco com a Economia Política e dificilmente poderia ocupar lugar junto aos saberes intitulados de “Ciências Humanas”.

Deixa-se então para traz os versos do poema Byroniano, a ambiguidade de seu bardo já não será a figura que servirá para ilustrar o movimento que se anuncia. Talvez já não se possa expressar na musicalidade da rima este novo fenômeno. É possível que a ambiguidade do poeta maldito já não sirva mais a um discurso verdadeiro. Por fim, talvez o novo saber que se anuncia, já não tenha tempo para se ater a toda história da vida do poeta, que tão frequentemente se mistura e se confunde com sua mensagem. Deixe-se então de lado um pouco a pretensão de imortalização do verso, para quem sabe iniciar este novo momento com a imediatez da pintura.

## Capítulo I: O “Momento Marginalista” e sua fundação na concepção de valor



Figura 1 : Armand Guillaumin. *Neige à Ivry* (1873).

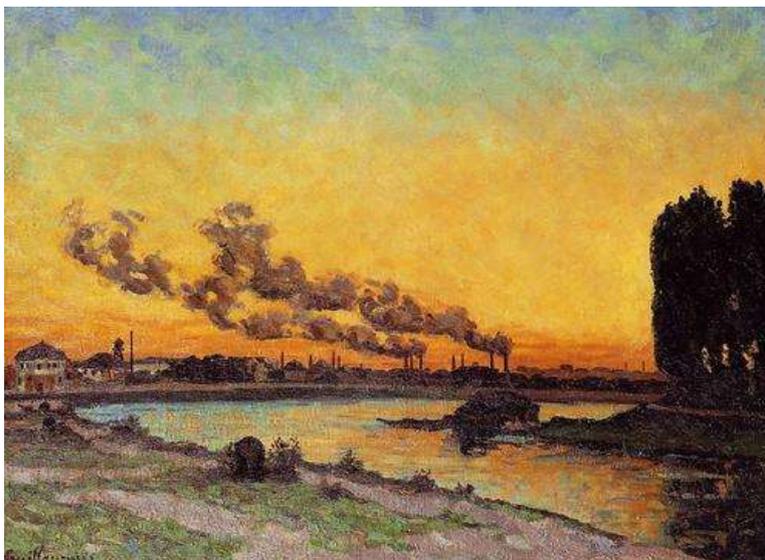


Figura 2 : Armand Guillaumin. *Soleil couchant à Ivry* (1873).

Ambas as pinturas acima reproduzidas são obras de Armand Guillaumin, datadas do ano de 1873. A primeira delas intitula-se *Neige à Ivry*. Ela mostra, em seu primeiro plano, uma das margens do rio Sena, pequenas embarcações e algumas poucas figuras humanas. Tudo no quadro remete a uma manhã fria de inverno. A neve cobre toda a margem do rio, deixando despontar apenas algumas mudas levemente esverdeadas da relva. Apesar do título do quadro, a cena não é propriamente da precipitação cobrindo a cidade, mas sim da manhã que a sucede, do início de um dia escuro de inverno que permite ao espectador quase sentir o frio e a solidão das poucas pessoas ali representadas.

Em contraste com a branquidão frígida deste primeiro plano da tela, é possível ver ao fundo, no canto direito da paisagem, as longas chaminés das fábricas. Todas aparentemente já em funcionamento, expelindo sua fumaça cuja negridão encontra abrigo na escuridão dos céus e semelhança nos trajas pretos dos solitários transeuntes. Se a neve presente no título da obra nos remete ao passado, à força da natureza da noite anterior; já as pequenas chaminés da margem direita apontam para o futuro, em um quadro onde o progresso industrial não pode mais ser escondido pela neve que cobre de branco a relva verde.

Já a segunda imagem, datada do mesmo ano, tem como título *Soleil couchant à Ivry*. Ao observar a pintura, e tendo conhecimento de seu título, é inegável que se trata efetivamente de um fim de tarde. Todavia, há algo além do crepúsculo na tela de Guillaumin. As mesmas pequenas chaminés ao fundo e as duas grandes nuvens de fumaça atraem o olhar do espectador quase que imediatamente. É como se este “detalhe” da indústria em atividade ao fundo roubasse a cena. Não seria surpresa se, na tentativa de aproximar um pouco mais a visão deste fundo industrial, um observador menos atento nem mesmo percebesse que o título do quadro, o pôr do sol, não se encontra diretamente representado, deixando seu indício apenas no avermelhado do horizonte e possivelmente atrás da vegetação do canto direito da tela.

Não são apenas nestas pinturas e nem somente no trabalho de Guillaumin que é possível se deparar com estes “detalhes” industriais que despontam de um primeiro plano bucólico. Em diversas telas do impressionismo este fenômeno é perceptível. É como se, no final do século XIX, este ambiente urbano-industrial, signo da pujança econômica, pouco a pouco roubasse a cena.<sup>35</sup> (Cf. CLARK, 2004. p.210/277).

Deve-se observar também que não se trata de retratar em detalhes uma fábrica, o meio industrial ou a situação precária de seus trabalhadores. Nestas pinturas do impressionismo, quando este “detalhe” desponta, ele aparece quase sempre como um aspecto secundário, algo que desvia o olhar do espectador, que o remete a certa ideia de progresso de desenvolvimento econômico, sempre em sua generalidade, como um elemento inexorável que teimaria em aparecer até mesmo quando o objeto primeiro do quadro lhe é avesso.

---

<sup>35</sup> Conforme a obra de Clark, esta característica é perceptível de maneira privilegiada nas pinturas impressionistas que tematizaram os arredores de Paris no final do século XIX. (Vide CLARK, 2004. Capítulo 3)

Este estudo se orienta então por estes signos que emergem no impressionismo. Da pequena nuvem escura, no alto de uma paisagem campestre, até a locomotiva à vapor, pintada por Monet, invadindo a cena na Gare Saint-Lazare, representando a força de uma economia que é capaz de recolorir dos muros da cidade às telas das galerias. O que se



Figura 3 : Claude Monet. *La Gare Saint-Lazare*. (1877)

busca, então, é destacar aqui as primeiras nuvens de fumaça escura que aparecem nas margens das pinturas impressionistas, os indícios de aproximação da locomotiva de Monet em Saint-Lazare.

Neste contexto imagético aparece na cena do pensamento econômico uma nova figura. É sobre esta novidade que se pretende, a partir de agora, dissertar. Trata-se de um *acontecimento*<sup>36</sup> no pensamento econômico, cuja emergência é contemporânea aos traços impressionistas. Passa-se assim ao estudo do pensamento marginalista. As referências que serão tomadas aqui são especificamente três trabalhos, de três economistas que podem ser colocados sob este rótulo geral do marginalismo. Estes escritos são: *The Theory of Political Economy*<sup>37</sup> (JEVONS, 2015) de William Stanley Jevons cuja primeira

---

<sup>36</sup> O termo *acontecimento* corresponde aqui à noção utilizada por Foucault (1971. p.58/62). Considerando a polissemia que este termo tem nos escritos do filósofo francês, a noção será, aqui, utilizada com abrangência delimitada. Deste modo, por *acontecimento* deve-se entender: o aparecimento de uma novidade que instaura uma nova regularidade na ordem dos discursos. Trata-se de uma novidade que emerge de uma regularidade anterior. Ou seja, na ordem precedente ao *acontecimento* encontram-se as suas condições de possibilidade. Ao mesmo tempo, o *acontecimento* é também uma cisão com esta ordem da qual ele emerge. Deste modo, a noção carrega em si essa dualidade, ao mesmo tempo que porta certa continuidade, vez que seu aparecimento é propiciado por uma ordenação dos discursos prévia, ele é igualmente ruptura, já que sua manifestação é justamente o ponto sob o qual se instaura uma nova regularidade discursiva. Em todo caso, este termo será tratado de modo um pouco mais detido no tópico final do capítulo III deste texto. Por ora esta breve delimitação da noção aqui apresentada serve como uma sumula preliminar deste tema.

<sup>37</sup> A Teoria da Economia Política (JEVONS, 1983).

edição foi publicada em 1871, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*<sup>38</sup> (MENGER, 1967) de Carl Menger com primeira edição também do ano de 1871 e *Elements D'Economie Politique Pure*<sup>39</sup> (WALRAS, 1874) de Léon Walras, com sua primeira edição lançada em 1874. Parte-se, neste estudo, da hipótese de que, neste breve período (de 1871 a 1874), o discurso presente nos escritos destes autores reflete o despontar de uma transformação epistêmica do saber, isto é, no âmbito do pensamento econômico e talvez para além dele.

Para explorar esta hipótese, é oportuno iniciar este capítulo justamente pelo significado destas obras referidas para o saber econômico. Assim sendo, principiar-se-á aqui por uma breve apresentação disto que se pode denominar de “momento marginalista”.

### **1.1 O “momento marginalista” e sua pretensão fundadora.**

Em 1871, apenas quatro anos após a publicação do primeiro volume de *O Capital*, dois textos independentes e quase simultâneos reivindicam uma mesma “descoberta”: o princípio da utilidade marginal, princípio este que viria a ser um dos pilares fundamentais da teoria neoclássica de Economia, e que reclama para si toda cientificidade do saber econômico. Opta-se, aqui, por se referir ao complexo de eventos com marco inicial no aparecimento destas duas publicações, somando-se a elas a obra de Walras (1874) publicada três anos depois pelo nome de “momento marginalista”.

Primeiramente, é pertinente destacar que a denominação de “momento” não tem a missão de relegar o marginalismo à uma singularidade fugaz no pensamento econômico. Não se trata em absoluto de reduzir a importância destes pensadores a um episódio tempestuoso que antecede a retomada do curso regular da Economia Política. Ao contrário, o que se pretende neste texto é, justamente, indicar que: os escritos deste “momento” tiveram, antes, o papel fundador de um modo de pensar a economia distinto da Economia Política, que preponderava durante a primeira metade do século XIX. Longe de se tratar de um breve episódio, este “momento marginalista” tem sua circunscrição temporal na década de 1870. Trata-se do período de publicação dos referidos escritos de Menger, Jevons e Walras, bem como de sua difusão, recepção e posterior proliferação. Para além disso, a denominação “momento” também tem o intuito de indicar que as

---

<sup>38</sup> Princípios de Economia Política (MENGER, 1983).

<sup>39</sup> Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura (WALRAS, 1983).

transformações deste período não são resultado puramente das reflexões pessoais destes economistas, que teriam “descoberto” uma nova teoria do valor e postulado um modelo de equilíbrio geral do mercado pela mera genialidade de suas mentes, sem qualquer precedente, sem tributo ou relação com nada do que estava posto. Ao contrário, a denominação de “momento” quer antes destacar que os acontecimentos desta década são a emergência de uma novidade que foi possível em um dado tempo. Novidade esta enunciada em sua forma mais acabada pelos três economistas citados. De modo que as três obras que se tomam aqui como referência devem ser vistas como a expressão possível que esta novidade encontrou. Elas são singularidades por meio das quais neste período se pôde dizer algo que antes era indizível.

Neste sentido, o uso do termo “momento” pretende ainda buscar certo distanciamento de uma pretensão típica de uma história das ideias. Não se trata de ler os livros de Menger, Jevons e Walras buscando indicar a filiação de seus trabalhos aos seus antecessores numa espécie de tentativa de busca pelas origens deste pensamento nas décadas que o precederam. Diferente disto, procura-se aqui mostrar o que pode ser visto como singularidade emergente nestes textos, apontar as condições que tornaram possível o aparecimento desta novidade, bem como localizar aqui a irrupção que parece ter alterado significativamente os rumos do saber econômico.

Para além disso, é preciso também traçar uma distinção com outro termo frequentemente utilizado para se referir a esta década. Ao percorrer os livros tradicionais de História do Pensamento Econômico, é recorrente ver este período dos anos de 1870 referido como a “revolução marginalista”<sup>40</sup>. Fato é que a maior parte das menções a esta nomenclatura é de crítica a seu uso, ou ao menos aparecem levantando ressalvas quanto a sua adequação (Cf. JAFFÉ, 1988. p.146/147). Assim, neste estudo, pretende-se buscar um distanciamento do termo “revolução” para tratar destes economistas, indo ao encontro desta posição já consolidada na literatura especializada sobre o marginalismo. A primeira razão para afastar o uso da nomenclatura decorre já da própria independência entre si dos

---

<sup>40</sup> A título de exemplo pode-se destacar o uso da denominação por: Haney (1949) na obra *History of Economic Thought: a critical account of the origin and development of the Economic theories of the leading thinkers in the leading nations*, Schumpeter (1954), em seu *History of Economic Analysis*, Hutchison (1953) na obra intitulada *A Review of Economic Doctrines*, Blaug (1968) no capítulo 08 de seu livro *Economic Theory in Retrospect*, Robbins (1970) no texto chamado: *The Evolution of Modern Economic Theory*, Jaffé (1988) em um artigo bastante conhecido chamado *Menger, Jevons and Walras De-homogenized*, Feijó (1998) também em um artigo de título: *Repensando a Revolução Marginalista: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período* e ainda Groenewegen, em seu capítulo do livro: *A Companion to The History of Economic Thought* (SAMUELS, W. J., BIDDLE, J. E. and DAVIS, J. B., 2007). Isto para mencionar apenas alguns exemplos.

escritos dos três autores aqui estudados. É verdade que às três obras condutoras deste estudo competiu a formulação de uma teoria do valor subjetivo e do cálculo de utilidade marginal. Em todo caso, é preciso destacar que, apesar do aparecimento quase simultâneo dos três livros<sup>41</sup>, esta simultaneidade não foi fruto de uma articulação ente seus autores. O fato é que eles nem mesmo se corresponderam até a publicação de seus trabalhos<sup>42</sup>. Também, a recepção primeira dos textos teve impactos muito diversos e em distintos círculos de leitores. Jevons durante muito tempo foi colocado em segundo plano na Inglaterra em decorrência do sucesso das obras de Marshall. Menger ficou adstrito à Áustria e à Alemanha e deve muito mais a seus discípulos Wieser e Böhm-Bawerk pela difusão de sua obra para além das fronteiras da língua alemã do que à sua própria carreira acadêmica. Por sua vez, Walras, em um primeiro instante, teve a difusão de seus trabalhos constricta quase exclusivamente à Suíça, Itália e Suécia (Cf. FEIJÓ, 2000. p.29/30). O próprio rótulo unificador destes três autores como os percussores da “revolução” marginalista é em muito posterior aos anos de 1870, tendo sua primeira referência provavelmente no livro de Lewis H. Haney (1949) publicado em 1911. Tudo isso aponta para o fato de que a articulação entre estes autores foi bastante posterior à década de 1870 e deu-se quase que exclusivamente por conta de seus sucessores. Deste modo, longe de se estar diante de um organizado movimento de reconstrução dos alicerces da Economia, o que se pode perceber destas obras é antes um isolamento mútuo, signo talvez de uma transformação que se anunciava no horizonte do pensamento e que encontrou nos escritos destes três autores a irrupção ainda que contingente.

No mais, o referido rótulo de “revolução marginalista”, teve ainda o efeito de obscurecer as grandes diferenças que existem entre os três “revolucionários”. Este talvez seja o principal motivo de crítica à utilização do termo por grande parte dos estudiosos destes economistas. A homogeneização produzida por esta constante referência conjunta de Menger, Jevons e Walras, findou por relegar a segundo plano o fato de que os caminhos que os três pensadores percorreram para chegar às suas respectivas formulações da

---

<sup>41</sup> *The Theory of Political Economy* (JEVONS, 2015), *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (MENGER, 1983) ambos com primeira edição de 1871 e *Elements D'Economie Politique Pure* (WALRAS, 1874) publicado pela primeira vez em 1874.

<sup>42</sup> Jevons e Walras passaram a se corresponder apenas depois da publicação da obra de Jevons, merecendo inclusive menção de destaque no prefácio à segunda edição do livro do inglês (Cf. JEVONS, 1983. p.08). Jevons e Menger nunca se corresponderam, Jevons nem mesmo teve contato direto com a obra de Menger, o que é possível aferir porque o economista inglês teve o cuidado de elencar ao final de seu livro uma longa bibliografia comentada de obras de Economia e nesta lista, Menger aparece indicado como um dos livros que Jevons não conseguiu ter acesso direto (Cf. JEVONS, 1983. P.200). Por fim, Menger e Walras também trocaram correspondência, mas apenas a partir da década de 1880.

utilidade marginal foram bastante diversos. Para dizer de forma muito sintética, Jevons está inserido na crítica aos postulados teóricos de Ricardo e formula sua própria teoria do valor tanto a partir desta crítica ao império de Ricardo no pensamento econômico inglês quanto por inspiração do utilitarismo moral principalmente de Jeremy Bentham (Cf. SANTOS, 1996. p.21). De fato, Jevons, por ele mesmo o diz no prefácio à primeira edição de seu livro, e o faz de forma ainda mais explícita no prefácio à segunda edição.

In this work I have attempted to treat Economy as a Calculus of Pleasure and Pain, and have sketched out, almost irrespective of previous opinions, the form which the Science, as it seems to me, must ultimately take.<sup>43</sup> (JEVONS, 2015. po.264)

As to Bentham's ideas, they are adopted as the starting-point of the theory given in this work.<sup>44</sup> (*Idem.* po.470)

Menger, por sua vez, encontra-se rodeado pela tradição alemã de pensamento econômico. Segundo Hayek:

[...] German economists had always remained conscious of certain contradictions inherent in any cost or labour theory of value. Owing, perhaps, partly to the influence of Condillac and other French and Italian authors of the eighteenth century a tradition had been kept alive which refuses to separate value entirely from utility.<sup>45</sup> (HAYEK, 1992. p.44)

Deste modo, as formulações de Menger sobre o valor partem desta crítica já latente na tradição econômica na qual ele fora formado, e praticamente não guarda relação com o contexto teórico britânico no qual, por exemplo, Jevons estava inserido. Isto não quer dizer que Menger apenas tenha replicado ou sistematizado uma teoria já muito consolidada nos escritos econômicos de língua alemã. Isto apenas significa que as referências teóricas das quais ele parte são absolutamente distintas, e boa parte delas mesmo desconhecidas por Jevons<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Neste trabalho, tentei tratar a Economia como um cálculo do prazer e do sofrimento, e esbocei, quase sem considerar opiniões anteriores, a forma que a ciência, tal qual ela me parece, deve enfim tomar. (JEVONS, 1983. p.03/04)

<sup>44</sup> Quanto às ideias de Bentham, elas são adotadas como ponto de partida da teoria fornecida neste trabalho. (JEVONS, 1983. p.11)

<sup>45</sup> “[...] os autores alemães de Economia Política sempre tiveram consciência da existência de certas contradições inerentes a toda teoria sobre o valor dos custos ou sobre o valor do trabalho. Partindo talvez das obras de Galiani e de outros autores franceses e italianos do século XVIII, conservara-se na Alemanha uma tradição que recusava separar totalmente o valor da utilidade.” (HAYEK, 1983. p.214). Uma observação relevante a ser feita é que este texto do Hayek serviu tanto de introdução a edição em língua inglesa das obras completas de Menger, como foi também publicado separadamente como um artigo. Ocorre que no artigo Hayek menciona Condillac, já na introdução a referência é substituída pelo economista italiano Ferdinando Galiani. É uma diferença sutil, já que em ambos os casos a menção aparece a título de um destaque exemplificativo dentre outros economistas franceses e italianos.

<sup>46</sup> Isso pode ser percebido por uma breve análise da bibliografia comentada pelo inglês no apêndice V de seu livro (Cf. JEVONS. 1983. p.191/204).

No que concerne a Walras, até se pode localizar, em suas referências, um conjunto de intersecções com as de Jevons, ambos estão inseridos nos debates da Escola Clássica de Economia. Ocorre que, diferente de recorrer ao utilitarismo moral de Bentham, ao tratar do valor, Walras opta por centrar sua análise no fenômeno da escassez. Para ele, a *raridade* é o cerne do que precisa ser pensado e quantificado para a determinação do valor (Cf. WALRAS, 1874. p.23/27). O mais importante para a atribuição do valor é então a constatação de que o bem existe em quantidade limitada. De maneira geral, o modelo teórico de Walras está mais preocupado na busca de funções de oferta e demanda, tendo como objetivo estabelecer funções de equilíbrio de mercado (Cf. FEIJÓ, 1998. p.36). Pretensão esta, ausente em Menger e não explorada por Jevons para além das hipóteses de concorrência perfeita.

Ainda no que concerne ao que fora ofuscado pelo tratamento uniforme dos três teóricos da Economia, cabe destacar a questão do uso da matemática. Também é recorrente ver o processo de “matematização” da Economia ter seu exordio atribuído à essa década de 1870 (Cf. FEIJÓ, 2001. p.273/274). Não é incorreto fazer essa inferência, mas também há necessidade de caminhar com cautela. Jevons postula explicitamente não só que a Economia deve ser expressa de maneira algébrica como que a Ciência Econômica é essencialmente matemática.

My theory of Economics, however, is purely mathematical in character. Nay, believing that the quantities with which we deal must be subject to continuous variation, I do not hesitate to use the appropriate branch of mathematical Science.<sup>47</sup> (JEVONS, 2015. p.806)  
[...] if the thing may be greater or less, or the event may happen sooner or later, nearer or farther, then quantitative notions enter, and the science must be mathematical in nature, by whatever name we call it.<sup>48</sup>  
(*Idem.* p.850/858)

Walras também não é resistente ao uso da matemática e utiliza em suas exposições tanto a álgebra quanto a geometria. A ressalva maior é no caso de Menger. Este último recusa o uso da matemática em suas exposições. Em seus *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*<sup>49</sup> (1967), Menger opta sempre pela descrição textual exaustiva, mesmo em casos onde seria significativamente mais simples a exposição matemática.

---

<sup>47</sup> Contudo, minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. Mais ainda, acredito que as quantidades com as quais lidamos devem estar sujeitas a variação contínua, não hesito em usar o ramo apropriado da ciência matemática. (JEVONS, 1983. p.30)

<sup>48</sup> [...] se a coisa pode ser maior ou menor, ou se o evento ocorrerá mais cedo ou mais tarde, mais próximo ou mais distante, então entram noções quantitativas e a ciência deve ser matemática em essência, qualquer que seja o nome com que a denominemos. (JEVONS, 1983. p.31)

<sup>49</sup> Princípios de Economia Política (MENGER, 1983).

Isso não se deve a uma eventual inaptidão do economista austríaco em matemática, mas sim à sua “convicção de que a Economia não deveria investigar as quantidades presentes no fenômeno econômico, mas as ‘essências’ de conceitos” (FEIJÓ, 1998. p.37). Ainda assim, mesmo ante à posição de Menger, é apropriado ver os anos 70 do século XIX como uma contribuição significativa para o tratamento matemático da Economia. Sendo sempre prudente ressaltar a referida posição particular de Menger e destacar que mesmo Jevons e Walras, que defenderam o tratamento matemático da Economia, fizeram uso de um instrumental matemático bastante simples. Pode-se seguramente chamar de uma matemática de nível escolar, no sentido que são preponderantemente funções matemáticas (de primeiro grau) e algumas noções também básicas de geometria que aparecem nas obras destes economistas.

Para além destas distinções, há ainda muitas outras particularidades destes pensadores que mereceram atenção de estudiosos da história do pensamento econômico<sup>50</sup>. Em todo caso, o objetivo aqui com a exposição destas diferenças foi apenas afastar o uso da terminologia “revolução marginalista”, apontando certa desarticulação e “des-homogeneização” existente entre os escritos de Menger, Jevons e Walras (Cf. JAFFÉ, 1988. p.146/147). Feito isso, passa-se agora a efetivamente caracterizar o que se chama aqui de “momento marginalista”.

Como já foi brevemente exposto no capítulo introdutório deste estudo, a Economia Política erigiu seu edifício teórico a partir do final do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX. Neste período, uma Economia que orbitava a figura do *homem*, ordenada a partir da análise do processo produtivo e tendo na teoria do valor-trabalho um dos pilares de sua estrutura, poderia ser visto como *mainstream* em meio aos estudiosos de teoria econômica. Isto não significa que esta tradição, por exemplo, da Escola Clássica não possuísse seus críticos. A questão é que, ao analisar mesmo os críticos destas concepções, se for tomada uma perspectiva de análise da *epistème*, seus discursos também poderiam ser lidos como integrantes do mesmo espaço de delimitação da verdade que aqueles aos quais dirigiam suas oposições. Basta aqui lembrar que, por

---

<sup>50</sup> A título de exemplo pode-se aqui citar, primeiro como uma referência mais antiga, as conferências de Gaétan Pirou na *l'École Pratique des Hautes Études* publicadas em forma de livro (1938) onde as primeiras conferências dedicadas à Menger já explicitam as diferenças do austríaco com Jevons. Há também o artigo de William Jaffé (1988) que é talvez a principal referência no esforço de “des-homogeneização” de Menger, Jevons e Walras, para além dele há ainda os trabalhos de Ricardo Luís Chaves Feijó, tanto seu artigo sobre o tema (1998) quanto em suas duas obras em que a temática é abordada (2000. p.28/55) e (2001. p.265/284). Por fim, pode-se ainda mencionar a dissertação de mestrado de Fernando José de Oliveira Pires dos Santos, em que as distinções entre os três economistas aparecem tratada em seu primeiro capítulo (1996. p.19/28).

exemplo Marx, que foi descrito por Foucault como ocupando o mesmo espaço epistemológico de Ricardo (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.274), é fundamentalmente um crítico da Economia Política. Deste modo, bastaria retomar a análise traçada de Marx no capítulo introdutório deste estudo para ver este bom exemplo de uma crítica que coabita as delimitações epistêmicas de seu objeto criticado. Não é gratuito o subtítulo<sup>51</sup> de *O Capital*, e o fato de Marx partir da teoria do valor trabalho de Ricardo certamente não o coloca como um fiel signatário dos preceitos da Escola Clássica de Economia.

De todo modo, não é de Marx que se deseja falar aqui. Ao contrário, pretende-se destacar o fato de que, no interior do próprio debate da Economia Política, uma série de discursos, que aparecem inicialmente à margem deste saber, passam a problematizar as bases, por exemplo, da teoria do valor-trabalho. Se a Inglaterra for tomada como exemplo, poder-se-á observar, que neste período de certa dominância dos preceitos teóricos formulados por David Ricardo, um conjunto crescente de economistas passa de modo mais intenso a criticar os fundamentos dessa tradição. A referência que se menciona aqui não é Marx, até porque a principal obra do alemão que interessava diretamente a este debate, *O Capital*, teve seu primeiro volume publicado apenas em 1867, exclusivamente em alemão, sem tradução para língua inglesa até a década de 1880 e sua recepção foi se dar prioritariamente em círculos distintos destes das ciências econômicas, quase 20 anos depois do período em questão, encontrando um cenário já bastante diferente daquele dos anos de 1860 e 70 no que se refere à Economia. Assim, a alusão, aqui, é a alguns economistas, que apesar de muito heterogêneos do ponto de vista teórico, tinham como denominador comum a rejeição à teoria, na época dominante, do valor. Este grupo, composto por nomes como Cliffe Leslie, Walter Bagehot, Fleming Jenkin, Harrison, Henry Dunning MacLeod, Longe e Jevons já formulava então repetidas críticas aos preceitos de Ricardo e também de John Stuart Mill (Cf. FEIJÓ, 2000. p.33).

Não se pretende retomar toda essa crítica uma vez que não se busca aqui desenhar uma linha condutora pretensamente evolutiva deste conjunto de discursos até as formulações mais propositivas de Jevons, Menger e Walras. Como já foi mencionado, este estudo não trata de uma história das ideias. O elemento a ser ressaltado é simplesmente que esta oposição emergente do próprio debate científico do século XIX serve para ilustrar um pouco a cena, um tanto belicosa, que começa a aparecer, levantando constantes questionamentos sobre elementos que constituíam as bases da Economia

---

<sup>51</sup> Crítica da Economia Política

Política. Em um dos momentos mais dramáticos destes debates, a Economia Política “quase foi eliminada da respeitada ‘Associação Britânica para o Avanço da Ciência’ quando Francis Galton tentou excluir a assim chamada seção F” (FEIJÓ, 2000. p.33) do estatuto social, seção regulamentar destinada à Economia Política na Associação.

Estes debates que datam aproximadamente do final dos anos de 1850 e se alongaram durante a década de 1860 não chegaram a efetivamente uma formulação propositiva unívoca face à predominância da tradição Clássica. Deste modo, não se pode tratar os escritos dos marginalistas dos anos de 1870 como mera aglutinação evolutiva destes discursos críticos. Ainda assim, esta crítica não foi infértil, produziu frutos. A título de exemplo pode-se mencionar um artigo do eminente professor do *Collège de France*, Henri Baudrillart, datado de 1857. Ele inicia seu texto com o esforço de delimitação do objeto da Economia Política. Depois de uma série de advertências sobre a dificuldade de levar a cabo tal tarefa, Baudrillart afirma o seguinte:

En nous réservant de revenir sur cette question controversée, nous définirons dès à présent l'économie politique, la science qui a pour objet la manière dont la richesse se produit, s'échange, se distribue et se consomme. Or, comme rien de tout cela n'a lieu sans travail et sans échange, et comme, d'un autre côté, aucun de ces travaux et de ces échanges ne s'opère au hasard, il s'ensuit que les lois que président au travail et à l'échange forment le véritable champ de la science économique.<sup>52</sup> (LEROUX et HART, 2014. p.345)

É difícil encontrar algo que Henri Baudrillart tenha excluído de sua delimitação. Pela breve síntese do economista, pode-se elencar como objeto da Economia: a produção, a troca, a distribuição, o consumo, todas essas atividades referenciadas à categoria geral de riqueza. Ele não para por aí. Ainda indica o trabalho e novamente a troca, destacando o conjunto de regras que presidem tanto um quanto o outro. A questão não é formular uma crítica específica ao trabalho deste economista parisiense, mas sim mostrá-lo aqui como um bom exemplo do que acontecia com o saber econômico neste período entre os anos de 1850 e 1870. O que se torna perceptível neste trecho de Baudrillart é principalmente que o solo da Economia Política se encontra tão incerto que é quase impossível uma delimitação de seu objeto que não recorra a uma aglomeração de temas tratados em Economia desde o século XVIII. Todos os elementos indicados no texto de

---

<sup>52</sup> Pela reserva em voltar a esta questão controversa, vamos definir agora a economia política, a ciência que diz respeito à maneira pela qual a riqueza é produzida, comercializada, distribuída e consumida. No entanto, como nada disso ocorre sem trabalho e troca, e como, por outro lado, nenhum trabalho ou troca é feita aleatoriamente, segue-se que as leis que presidem o trabalho e o comércio constituem o campo real da economia. (Tradução minha)

Baudrillard fazem e faziam parte das reflexões do saber econômico, mas a impossibilidade de formular, no discurso, um modo preciso de articulação das relações destes objetos para além da genérica alusão à sua ordenação é sintoma da conjuntura turbulenta das bases deste saber.

É assim, neste cenário de instabilidade de um pensamento consolidado nos cinquenta anos precedentes, que pode ser entendido o surgimento das obras dos três autores tratados neste estudo. Menger, Jevons e Walras não articularam uma revolução face às incertezas oriundas da Economia Política, ainda assim, cada um deles tinha em certa medida uma pretensão fundadora de um modo novo de pensar a economia. Nestes termos, a desarticulação dos discursos da Economia Política findou por dar abertura para que a novidade dos marginalistas pudesse ser pensada.

Neste sentido, a possibilidade de se pensar uma nova teoria da economia é algo que anima os três marginalistas. Ainda que ausente qualquer articulação pessoal entre eles, cada um, a seu modo, fazia um esforço intencional que apontava para a reestruturação do saber econômico de seu tempo. Em alguns deles essa pretensão aparece de modo mais enfático. Jevons por exemplo não esconde seu deslumbramento com sua “descoberta”, como pode ser visto na carta enviada a seu irmão no ano de 1860.

[...] in the last few months I have fortunately struck out what I have no doubt in the true Theory of Economy, so thorough-going and consistent, that I cannot now read other books on the subject without indignation.<sup>53</sup> (JEVONS, 1886, p. 151)

Este deslumbramento aparece de forma significativamente mais modesta no curto prefácio a primeira edição de seu livro. Neste texto de pouco mais de duas páginas, só se pode inferir a intensão fundadora de Jevons em dois momentos. Primeiramente nos seus parágrafos iniciais onde o inglês afirma saber da dificuldade de aceitação que sua teoria poderia enfrentar, face ao estado da Economia Política de seu tempo. Em segundo lugar, no enunciado da sua intenção de tratar a Economia como um cálculo do prazer e do sofrimento, fazendo-o praticamente sem considerar opiniões anteriores (Cf. JEVONS, 2015. pp.264/272).

Já no prefácio à segunda edição do *The Theory of Political Economy*, reaparece mais explicitamente a intenção de Jevons. Neste texto, o economista chega mesmo a precisar melhor sua pretensão, indicando neste prefácio o papel específico que ele acredita

---

<sup>53</sup> Nos últimos meses, tive a sorte de ter descoberto o que, tenho certeza, será a verdadeira teoria da Economia, tão completa e coerente que não consigo ler outros livros sobre o assunto sem ficar indignado. (Tradução in: HUNT, 2005. p.239)

ter sua obra na tarefa de refundação da Economia. Este papel é o de formulação dos princípios gerais da Ciência Econômica. Nas palavras do economista: “The establishment of such a theory is a necessary preliminary to any definitive drafting of the superstructure of the aggregate science.”<sup>54</sup> (2015, po.372). Ou seja, Jevons entende sua obra no duplo sentido de fundação, tanto como pioneira, quanto como alicerce para que a ciência possa se estruturar sob bases firmes. Ainda com este objetivo, Jevons inclui, na segunda edição de seu livro, um anexo (anexo V), contendo uma vasta bibliografia, onde o inglês teve o cuidado de indicar todas as obras por ele conhecidas que pudessem em alguma medida contribuir para a estruturação da Ciência Econômica como ele a concebia. Seu intuito com esta vasta listagem bibliográfica era justamente impedir que essa Ciência precisasse recomeçar novamente. Tratava-se precisamente da delimitação de um acervo de referências para que se pudesse, doravante, partir dele. Jevons coloca nos seguintes termos: “It is with the purpose of preventing for the future as far as I can such ignorance of previous exertions, that I have spent so much pains upon this list of books.”<sup>55</sup> (2015, po.661).

Ainda neste prefácio a segunda edição de sua obra, Jevons chega a afirmar sua vontade de trocar o título do livro. Isto porque ele defende que a ciência deve ser chamada apenas Economia, e não mais Economia Política.

Among minor alterations, I may mention the substitution for the name Political Economy of the single convenient term Economics. I cannot help thinking that it would be well to discard as quickly as possible, the old troublesome double worded name of our Science.<sup>56</sup> (2015. po.333).

Por mais que Jevons elenque isto como uma alteração menor ou secundária, é inegável a pretensão de cisão do economista com a tradição da Economia Política, “as quickly as possible”<sup>57</sup>. Isto pode não ter feito Jevons modificar o título de seu livro, como o economista mesmo afirma: “Thought employing the new name in the text, it was obviously undesirable to alter the title-page of the book”<sup>58</sup> (2015. po.342). Ainda assim, não é possível tratar a exclusão do termo “política” apenas como um detalhe. A queda do

---

<sup>54</sup> “O estabelecimento de tal teoria é um preâmbulo necessário para qualquer projeto definitivo da superestrutura do conjunto da ciência.” (JEVONS, 1983. p.07)

<sup>55</sup> “É com o objetivo de impedir, tanto quanto possa, que tal ignorância de tentativas anteriores ocorra no futuro, que despendi tanto esforço nessa lista de livros.” (JEVONS, 1983. p.18)

<sup>56</sup> “Entre as alterações secundárias, devo mencionar substituição do nome Economia Política pelo termo simples e conveniente Economia. Não posso deixar de pensar que seria bom desfazer-se, o mais rapidamente possível, do obsoleto nome composto problemático de nossa ciência.” (JEVONS, 1983. p.06)

<sup>57</sup> “O mais rápido possível” (tradução minha)

<sup>58</sup> “Apesar de empregar o novo nome do texto, era obviamente indesejável alterar o frontispício do livro.” (JEVONS, 1983. p.06)

termo composto defendida por Jevons deixa então transparecer a transformação de um saber fundado pelo ato político de estruturar a economia e mesmo a sociedade pela ordenação da produção para erigir uma Economia doravante pautada pela verdade descritiva de uma ciência do cálculo da relação prazer/sofrimento.

Deste modo, tomando este pequeno percurso de Jevons entre sua correspondência privada e as duas primeiras edições de seu livro, entende-se sua explícita pretensão fundadora. Desde o título de sua obra iniciada pelo artigo definido “The” que aponta, já no primeiro olhar, a singularidade pretendida para a teoria, até o modo como ele declaradamente à enxerga: “the true Theory of Economy”<sup>59</sup>.

Menger por sua vez não é tão categórico quanto Jevons, mas suas pretensões não são distintas. Primeiro, Menger também escreve sua obra no intuito de formular princípios para Economia, não é gratuito que ele justamente intitule seu livro deste modo: *Grundsätze*<sup>60</sup>. Tratam-se assim dos *Princípios de Economia Política*<sup>61</sup>. O que Menger busca com esta obra é realizar uma reforma destes “princípios supremos da Economia Política” (MENGER, 1983. p.241). Por outro lado, se Jevons pretendia com seu escrito especificamente a fundação dos princípios teóricos da Economia para que a partir disso a ciência pudesse continuar se desenvolvendo, Menger tinha a intenção de ir além desta refundação primeira. Seus *Grundsätze* seriam apenas a primeira parte de sua obra econômica (Cf. HAYEK, 1992. p.47/48). Em todo caso, os demais livros com as análises derivadas destes princípios nunca foram publicados por Menger. Ainda assim, isto não fez dos *Grundsätze* uma obra infecunda. Ao contrário, a tradição dos economistas denominados de “Escola Austríaca de Econômica” colocou justamente Menger e seus *Grundsätze* como o pai e a obra fundadora da escola. O significado de Menger para os economistas da Escola Austríaca pode ser visto, por exemplo, na introdução às obras de Menger, em que Hayek destaca e elogia a seguinte afirmação de Knut Wicksell:

His fame rests on this work and through it his name will go down to posterity, for one can safely say that since Ricardo’s *Principles* there has been no book - not even excepting Jevons’ brilliant if rather aphoristic achievement and Walras’s unfortunately difficult work –

---

<sup>59</sup> “A verdadeira teoria da Economia” (tradução minha)

<sup>60</sup> Princípios

<sup>61</sup> Do mesmo modo que em Jevons, o termo Economia Política (*Volkswirtschaftslehre*) aparece no título da obra de Menger. O Austríaco, entretanto, não expressa objeção ao uso da expressão composta, ainda que explicitamente postule uma transformação nos princípios constituintes da Economia Política. Em todo caso, a palavra “política” findou por desaparecer do título de sua obra, ao menos em uma edição de língua inglesa publicada pelo *Ludwig von Mises Institute* sob o título de *Principles of Economics* (MENGER, 2007). Essa curiosidade denota que ao menos parte da recepção do texto de Menger faz absoluta questão de demarcar a ruptura do economista com a tradição da Economia Política.

which has exercised such great influence on the development of economics as Menger's *Grundsätze*.<sup>62</sup> (HAYEK, 1992. p.52)

Deste modo, não é de se estranhar que o próprio Hayek tenha feito a organização das obras completas de Menger em língua inglesa, e que hoje o *Ludwig von Mises Institute* disponibilize gratuitamente em seu *website*<sup>63</sup> uma edição eletrônica em língua inglesa dos *Grundsätze Volkswirtschaftslehre*<sup>64</sup>. Esta obra de Menger é assim não apenas fundadora para estes economistas da Escola Austríaca, como também faz parte da formação básica desta escola de pensamento até a atualidade. Trata-se, para eles, de uma referência elementar e fundamental da teoria econômica.

Esta leitura de Menger, a partir dos teóricos da Escola Austríaca, é basicamente a fortuna crítica predominante dos *Grundsätze Volkswirtschaftslehre* e, a partir desta tradição de leitura, este trabalho parte para apresentar o pensamento de Menger. Esta escolha se justifica fundamentalmente porque na recepção de Menger junto à Escola Austríaca se pode observar, de forma mais marcante, os indícios da transformação que o pensamento deste economista representa na perspectiva epistêmica que orienta este estudo. Dito de modo mais simples, esta leitura de Menger é a recepção que triunfou e se tornou hegemônica na teoria da Economia.

Ainda assim, é digno de nota, mencionar que há uma outra leitura dos *Grundsätze*. Esta leitura, em verdade, parte de uma segunda edição do livro de Menger, publicada alguns anos depois da morte do economista, em 1923. A obra foi organizada pelo filho de Carl Menger, o matemático Karl Menger. O volume foi publicado exclusivamente em alemão. Quando da organização das obras completas de Menger em Inglês, Hayek optou por publicar o texto conforme sua primeira edição, relegando esta segunda ao ostracismo por julgar não conter nela nada de fundamentalmente novo ante ao estado de difícil organização dos arquivos de Menger, de onde o filho do economista teria buscado o material para estruturar a edição de 1923 (Cf. HAYEK, 1992. p.64/65).

As leituras feitas desta segunda edição dos *Grundsätze* tem então uma repercussão significativa menor do que os estudos derivados da edição de 1871. Em verdade, há pouquíssimos comentários desta edição, mas é preciso mencionar que um dos estudiosos

---

<sup>62</sup> “Sua fama baseia-se nesta obra, por meio da qual seu nome entrará na posteridade, pois sem sombra de dúvida se pode afirmar que, desde os *Principles* de Ricardo, não se publicou nenhum livro – nem mesmo a obra de Jevons, brilhante, mas um tanto aforística, ou de Walras, obra infelizmente difícil – que tenha exercido sobre a Economia Política influência tão constante quanto os *Princípios de Economia Política* de Menger.” (HAYEK, 1983, p. 220)

<sup>63</sup> <https://mises.org/>

<sup>64</sup> *Principles of Economics* (MENGER, 2007). Ver nota 61.

que se dedicou à leitura da edição de 1923 foi Karl Polanyi. Polanyi tem um artigo dedicado a Menger intitulado: *Carl Menger's Two Meanings of "Economic"* (POLANYI, 1971). Neste artigo, o pensador se refere diretamente à edição esquecida da obra de Menger e, a partir dela, reputa ao economista a formulação não de uma, mas de duas tradições do pensamento econômico. Se por um lado Menger fornece as bases do pensamento de um valor subjetivo, que para Polanyi é um dos pilares da economia de mercado, por outro, ainda segundo Polanyi, o marginalista forneceria, na segunda edição de seu livro, fundamentos para se pensar uma outra tradição de pensamento, uma economia heterodoxa para além das relações inteligíveis a partir do mercado. Este estudo de Polanyi motivou ainda alguns outros escritos mais recentes que buscam recuperar a edição dos *Grundsätze Volkswirtschaftslehre* de 1923<sup>65</sup>. Em todo caso, esta tradição não será diretamente objeto deste estudo, sendo apenas digno de nota que mesmo estas leituras não são propriamente uma refutação ao papel que a Escola Austríaca atribui a Menger, contudo trata-se antes de ver neste economista do século XIX também uma matriz de pensamento que permitiria pensar igualmente uma tradição distinta da Economia. Tradição, esta, mais próxima de uma Economia heterodoxa ou antropologia econômica de Polanyi.

Resta ainda mencionar Walras e a sua inspiração fundadora. Das três obras que alicerçam esse estudo, o livro de Walras talvez seja o mais modesto no que se refere a essa pretensão de refundação da Economia. Isto não significa que a intensão estivesse ausente nos escritos do economista francês, apenas que sua manifestação neste sentido é um pouco mais tímida, especialmente se comparado a Jevons. O fato é que Walras é fundamentalmente um professor, e seu livro *Elements D'Economie Politique Pure* (1974) foi escrito como um curso de Economia. Isto é facilmente percebido vez que a obra é dividida em aulas, são capítulos breves e estruturados realmente como um curso. Walras não apenas está formulando sua teoria econômica como tem ao mesmo tempo uma preocupação tanto didática em sua exposição quanto de difusão de seu pensamento.

---

<sup>65</sup> Como exemplo é cabível destacar, aqui primeiro, uma conferência de Giandomenica Becchio também disponível em forma de artigo com título: *Carl Menger and the Second edition of his 'Principles'* (2010), onde a autora faz um estudo comparativo das duas edições dos *Grundsätze Volkswirtschaftslehre* indicando os acréscimos da segunda edição bem como faz um estudo a partir dos documentos do arquivo Menger referentes as duas edições e ao projeto inconcluso do austríaco de publicar uma obra mais ampla de Economia. Para além disso, é válido destacar também uma coletânea de artigos organizada por Gilles Campagnolo intitulada: *Existe-t-il une doctrine Menger? Aux origines de la pensée économique autrichienne* (2011) bem como o livro também de Gilles Campagnolo de título: *Carl Menger entre Aristote et Hayek : aux sources de l'économie moderne* (2008). Tanto nesta coletânea quanto no livro há também a presença do estudo da edição de 1923 dos *Grundsätze* onde pode se depreender algumas das novidades que esta edição traz em relação à primeira.

Apesar destes objetivos, apreensíveis pela própria estrutura da obra, isto não quer dizer que Walras tenha formulado uma apresentação simplista ou reduzida neste texto. Ao contrário, seu livro foi publicado como uma longa elaboração, dividida em 64 aulas breves.<sup>66</sup> Na sintética nota de apresentação do livro Walras deixa transparecer sucintamente o caráter fundador que acreditava imbuir sua teoria:

[...] la publication d'un traité élémentaire d'économie politique et sociale distribué suivant un plan nouveau, élaboré d'après une méthode originale, et dont les conclusions, je dois le dire, différeront aussi, sur certains points, de celles de la science actuelle.<sup>67</sup> (WALRAS, 1874. p.V)

Nesta pequena apresentação o economista anuncia ainda que este livro é apenas a primeira de três partes que compõe seu projeto de um tratado de Economia Política. As outras pretendidas duas etapas deveriam ser intituladas respectivamente de: *Éléments d'économie politique appliquée* ou *Théorie de la production agricole, industrielle et commerciale de la richesse* e *Éléments d'économie sociale* ou *Théorie de la répartition de la richesse par la propriété et l'impôt* (Cf. WALRAS. 1874. p.VI)<sup>68</sup>. Estas três partes completariam os estudos da economia nas três dimensões concebidas por Walras, a saber: a Ciência pura, a aplicada e a social. Neste estudo, o foco da análise será direcionado exclusivamente à dimensão primeira.

Já a segunda metade da nota introdutória referida é dedicada exclusivamente à menção da publicação do livro de Jevons (1871). Walras indica que tomou conhecimento da publicação recentemente e ao mesmo tempo destaca a convergência de seu texto com o pensamento de Jevons.

[...] lorsqu'il y a un mois, j'ai eu connaissance d'un ouvrage sur le même sujet, intitulé : « The theory of Political Economy » publié en 1871 chez Macmillan & C°, à Londres, par M. W. Stanley Jevons, professeur d'économie politique à Manchester. Cet auteur applique ainsi que moi l'analyse mathématique à l'économie politique pure, et

---

<sup>66</sup> Posteriormente, para fins de difusão facilitada Walras chegou a preparar e publicar uma versão condensada deste livro intitulada *Abrégé des Éléments d'Économie Politique Pure* (1883). Nesta versão o economista fundiu algumas das aulas da versão original e substituiu boa parte das demonstrações matemáticas algébricas por ilustrações geométricas, tornando a obra mais acessível ao público não especialista (Cf. NETTO, 1983. p.XII). É importante destacar que esta versão facilitada da obra de Walras é a que serviu de base para a tradução brasileira (1983). Sendo assim, este estudo se utiliza da versão primeira da obra como publicada em 1874, recorrendo à tradução apenas para a citação dos trechos idênticos das duas edições da obra.

<sup>67</sup> “[...] a publicação de um tratado fundamental da economia política e social distribuído sob um novo plano, desenvolvido a partir de um método original, cujas conclusões, devo dizer, também diferem em alguns aspectos daqueles da ciência atual.” (Tradução minha).

<sup>68</sup> Diferentemente do projeto de Menger que não foi além da publicação de seus *Princípios*, Walras publicou os demais livros que compunham sua ideia inicial de um amplo Tratado de Economia. Há algumas modificações em relação a este enunciado inicial do projeto, mas sua obra posterior, em certa medida, deu conta dos temas prometidos.

spécialement à la théorie de l'échange ; et, ce qui est vraiment remarquable, il fait reposer toute cette application sur une formule fondamentale qu'il appelle *équation d'échange*, et qui est rigoureusement indiquée à celle qui me sert à moi-même de point de départ et que j'appelle *condition de satisfaction maximum*.<sup>69</sup> (WALRAS, 1874. p.VII).

Estes apontamentos indicativos da convergência dos autores, especialmente no atinente ao tratamento matemático da Economia e na teoria sobre a troca, são seguidos pela observação de Walras de que, apesar de sua convergência com Jevons, as suas obras tem ênfases um tanto distintas.

M. Jevons s'est surtout attaché à faire l'exposition générale et philosophique de la méthode nouvelle, et à poser les bases de son application à la théorie de l'échange et à celles du *travail*, de la *rende* et du *capital*. Pour moi, je me suis spécialement efforcé, dans le présent demi-volume, d'exposer d'une manière approfondie la *théorie mathématique de l'échange*.<sup>70</sup> (WALRAS, 1874. p.VII)

O que se pode assim perceber é que, desde a primeira edição da obra de Jevons, Walras já havia bem compreendido algo que o economista inglês só tornaria explícito no prefácio a segunda edição de seu livro em 1878, a saber, o papel do *The Theory of Political Economy* de estabelecimento de princípios gerais para a refundação da Ciência Econômica. Neste sentido, Walras procura, por sua vez, dar prosseguimento a esta ciência que ainda não se consolidou, formulando uma análise teórica mais detida sobre as trocas a partir destes princípios gerais que Jevons e também Menger estabeleceram em seus livros de 1871.

É preciso, entretanto, fazer aqui uma ressalva. Esta narrativa construída pelo próprio Walras na nota introdutória de seu livro precisa ser vista com cautela. Por mais que seja quase irresistível a tentação de colocar Jevons como formulador de princípios gerais e Walras como um continuador desta ciência a partir deste princípios, é necessário salientar que a ordem efetiva dos fatores foi bem mais contingente e menos linear que este arranjo. Isto porque é verdade que o pensamento de Jevons e Walras convergem

---

<sup>69</sup> “[...] quanto um mês atrás, eu tomei conhecimento de uma obra sobre o mesmo assunto. Intitulada: ‘The Theory of Political Economy’ publicada em 1871 por Macmillan & C<sup>o</sup> em Londres, pelo Sr. W. Stanley Jevons, professor de economia política em Manchester. Este autor aplica, assim como eu, a análise matemática à economia política pura, e especialmente à teoria da troca; e, o que é realmente notável, ele assenta toda aplicação em uma fórmula fundamental chamada *equação da troca*, e que rigorosamente é o que serve a mim mesmo de ponto de partida e que intitulo *condição de satisfação máxima*. ” (Tradução minha)

<sup>70</sup> “O Sr. Jevons se dedicou principalmente a fazer a exposição geral e filosófica do novo método, e a aplicar as bases de sua aplicação à teoria da troca, à do trabalho, da renda e do capital. De minha parte, eu me esforcei especialmente no presente volume a expor de maneira aprofundada a teoria matemática da troca.” (Tradução minha).

como descrito nos trechos citados acima, mas esta convergência é contingente, ocasional e a princípio desarticulada. O economista francês tomou conhecimento da obra de Jevons apenas quando já havia formulado sua própria obra (Cf. WALRAS, 1974. p.VII). Por esta razão, a única menção a Jevons na primeira edição dos *Elements* está nesta nota introdutória. Para além disso, o desenvolvimento do texto de Walras também não sustenta exatamente esta sucessão: dos princípios de Jevons às formulações do francês sobre as trocas. Isto fica mais evidente ao perceber que o livro de Walras não parte dos princípios gerais da utilidade marginal para formular as teorias da troca e do equilíbrio, mas ao contrário, ele deriva da sua abordagem sobre a troca e de seu equilíbrio geral, os princípios, que inclusive são, em grande parte do texto, muito mais subentendidos do que explicitados. Jaffé atenta para esta característica e a destaca nos seguintes termos: “Instead of climbing up from marginal utility to the level of his general equilibrium system, Walras actually climbed down from that level to marginal utility.”<sup>71</sup> (JAFFÉ, 1988. p.147).

Deste modo, mesmo em Walras, que publica sua obra cerca de 3 anos depois de Jevons e Menger, é possível ver emergir não a articulação de uma “revolução” no pensamento econômico, mas sim o aparecimento contingente de um novo modo de pensar a Economia. Os três autores tomados como referência enunciam, de forma desarticulada entre si, as bases sob as quais o século XX erigiu sua Ciência Econômica.

Este “momento marginalista” é então a marca inicial que permite traçar a separação entre uma Economia Política e uma Ciência Econômica. Para abordar esta separação e algumas de suas consequências se faz então necessário compreender o que efetivamente se está alardeando aqui tão repetidamente como novidade no pensamento destes autores marginalistas. Estas novidades são então a teoria da utilidade marginal e o equilíbrio geral do mercado. São sobre estes dois elementos que se pretende alicerçar este estudo. A parte seguinte deste capítulo, dedicar-se-á então à teoria da utilidade marginal que aparece fundamentalmente na teoria do valor. Por esta razão, será abordada a formulação teórica sobre valor fundamentalmente a partir das obras de Menger e Jevons. Já o equilíbrio geral do mercado será objeto do terceiro capítulo deste estudo tomando principalmente o texto de Leon Walras como referência.

---

<sup>71</sup> “Em vez de subir da utilidade marginal ao nível de seu sistema de equilíbrio geral, Walras na realidade desceu desse nível para o da utilidade marginal.” (Tradução minha)

## 1.2 Uma nova Teoria do Valor.

Tanto Menger quanto Jevons fundam seus respectivos princípios de Economia a partir de uma concepção de valor nova, uma formulação do valor alternativa à concepção, já muito criticada na segunda metade do século XIX, do valor-trabalho. Menger, em especial, dedica uma parte considerável de seu livro para expor a sua teoria do valor, explicando detalhadamente sua compreensão sobre “bens” e “bens econômicos” como preparação para a formulação de uma teoria do valor fundada na perspectiva subjetiva ou pessoal. Hayek destaca este fato em seu comentário a Menger:

[...] more than half of the volume is devoted to matters which only prepare the way for that main task – to the concept which gave the new school its special character, *i.e.* value in its subjective, personal sense.<sup>72</sup> (HAYEK, 1992. p.48)

Opta-se aqui então por iniciar a apresentação desta nova teoria do valor pela obra de Menger, do modo como ele escolheu para expô-la em seu capítulo III, intitulado: “Doutrina sobre o valor”.

O austríaco inicia então retomando sua doutrina sobre bens. Na concepção de Menger, o que permite uma determinada coisa ser denominada “bem” é a sua capacidade de satisfazer uma ou mais necessidades humanas. Ou seja, o estatuto de bem é outorgado a partir da constatação da utilidade da coisa. Ao mesmo tempo, esta utilidade aparece como elemento que possibilita à coisa ter valor. Nas palavras do economista:

No momento em que as pessoas (envolvidas em atividades econômicas) se derem conta desse fato, e, por conseguinte, perceberem que o atendimento de uma de suas necessidades concretas está na dependência de qualquer parcela que consumirem do respectivo bem, esses bens adquirem, para essas pessoas, o significado do que denominamos valor. (MENGER, 1983, p. 283)

É cabível aqui observar também que, desde essa primeira delimitação da noção de valor, Menger já ressalta o caráter fundamentalmente individualizante de sua análise. O valor aparece aqui como uma significação fundamentalmente pessoal. A percepção da utilidade condiciona a significação valorativa e esta percepção precisa sempre ser reportada a um indivíduo ou grupo de indivíduos, determinados ou hipotéticos.

Se Menger aponta o estatuto de “bem” como advindo da constatação da utilidade da coisa, sua denominação de econômico depende da raridade desta coisa. Nestes termos,

---

<sup>72</sup> [...] mais da metade do volume [Menger] se ocupa com assuntos que só preparam o caminho para esta tarefa principal que imprimiu à nova Escola sua característica peculiar, ou seja, a concepção de valor em seu sentido subjetivo e pessoal. (HAYEK, 1983, p. 217)

um bem poderá ser denominado “bem econômico” na medida em que a relação entre a demanda por ele e sua quantidade disponível explicita uma relação de escassez. Ao extrair desta conjugação de “bem” com “econômico” uma concepção de valor, constata-se que o valor aparece como produto da relação entre duas variáveis: a necessidade humana acoplada à capacidade da coisa de saciá-la e à quantidade disponível deste bem.

[...] o fenômeno que denominamos valor dos bens tem sua origem na mesma fonte que a característica econômica dos bens, ou seja, na supracitada relação entre a demanda existente e a quantidade disponível dos bens em questão. (MENGER, 1983, p. 284)

Para dizer de forma sintética, neste “momento marginalista”, o valor aparece como uma conjugação entre a utilidade percebida no bem e sua quantidade disponível. Nesta composição que integra o valor, Menger salienta um aspecto subjetivo e um objetivo. Para o economista austríaco, no campo da objetividade existem apenas coisas ou, no limite, quantidades de coisas. Seu valor é, por sua vez, “essencialmente diferente das mesmas” (MENGER, 1983, p. 287), uma vez que ele é um juízo, uma avaliação subjetiva da capacidade destas coisas de satisfazer as necessidades pessoais, particulares, individuais, relacionada com sua disponibilidade. O valor de uma coisa é, deste modo, a importância dada por uma pessoa ao ato de dispor de uma quantidade de algo que assegura sua sobrevivência ou bem estar. Nestes termos, ainda que a disponibilidade do bem seja determinante para a atribuição do valor, não se deve confundir este aspecto objetivo com o valor propriamente. Assim, se a coisa é da ordem da objetividade, o valor é, por natureza, subjetivo.

Em todo caso, não se pode delegar para segundo plano o elemento objetivo, ou quantitativo da coisa. Isto porque, se a natureza do valor é subjetiva, sua medida, a seu turno, depende deste elemento objetivo: a quantidade disponível. A partir da articulação de ambos os elementos, Menger constrói um quadro, capaz de representar, em escalas, a importância das necessidades de um dado indivíduo em relação às quantidades disponíveis dos bens.

		escala (ordem) de preferência									
		bem 1	bem 2	bem 3	bem 4	bem 5	bem 6	bem 7	bem 8	bem 9	bem 10
unidades sucessivas	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	
	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0	
	8	7	6	5	4	3	2	1	0		
	7	6	5	4	3	2	1	0			
	6	5	4	3	2	1	0				
	5	4	3	2	1	0					
	4	3	2	1	0						
	3	2	1	0							
	2	1	0								
	1	0									
	0										

Tabela 1 (Cf. MENGER, 1983. p.291)

Neste quadro (tabela 1), Menger torna explícita a variação dos graus de necessidade que um indivíduo tem da quantidade de uma dada coisa: da máxima necessidade (sobrevivência) à absoluta indiferença. Observe-se que a utilidade decai conforme a quantidade disponível do bem aumenta. Esta relação inversamente proporcional é o que se intitula, neste “momento marginalista”, de *princípio da utilidade marginal*. Para entender, então, esta pequena tabela em formato triangular de Menger, primeiro pode-se mencionar que cada coluna vertical da tabela representa um bem e, cada linha horizontal, o acréscimo de uma unidade do respectivo bem. Deste modo, tomando como exemplo o bem 1 da tabela, para o indivíduo em questão, em uma situação na qual ele disponha de apenas uma unidade deste bem, esta unidade teria para este indivíduo uma importância quantificada em 10. A segunda unidade deste mesmo bem significaria para este mesmo indivíduo uma importância um pouco menor, 9, e assim sucessivamente. A última unidade do bem adquirida pelo indivíduo, a unidade “marginal” é aquela que determina então o valor deste bem aos olhos deste agente. De forma muito sucinta, isto é o que se chama de *teoria do valor-utilidade marginal*. (Cf. CAMPAGNOLO, 2008. p.65)

Observe-se ainda que a tabela não hierarquiza apenas a utilidade dos bens segundo suas quantidades, mas também na relação de uns com os outros. No exemplo tomado para elaborar a tabela, o indivíduo em questão valoriza mais o bem 1 do que o bem 2. Isto considerando que, se forem tomadas as mesmas quantidades dos respectivos bens, o bem 1 sempre aparece indicado com uma cifra maior de utilidade do que o bem 2.

Ainda no que se refere a este triângulo de Menger, pode-se destacar que o todo da tabela se refere aos julgamentos valorativos de um mesmo indivíduo a respeito de diferentes bens e suas quantidades disponíveis. Observe-se que a análise de Menger é

sempre referida a este indivíduo hipotético. O modelo ordenador de sua teoria do valor é precisamente esta individualidade que formula julgamentos de apreço sobre a utilidade dos bens orientados consoante a disponibilidade dos mesmos. Nas palavras do austríaco:

[...] o valor não é algo inerente aos próprios bens; não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto só existe na consciência das pessoas em questão. [...] O que existe objetivamente são apenas coisas – ou então, quantidades das mesmas; o valor dessas coisas é algo essencialmente diferente das mesmas – ou seja, é um juízo que as pessoas fazem sobre a importância que o dispor delas tem para a conservação de sua vida ou de seu bem-estar. [...] o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo. (MENGER, 1983. p.287)

Neste ponto, parece oportuno então atentar para este julgamento individual, ou melhor, para esta subjetividade que se funda na faculdade de julgar. Passa-se assim a abordagem de Menger sobre o sujeito econômico.

Primeiramente, é prudente tecer aqui alguns comentários sobre o uso de ao menos três termos, desde logo destacando que Menger utiliza todos como sinônimos. Estes termos são: sujeito, indivíduo e pessoa. Especialmente no capítulo dos *Grundsätze* dedicado à teoria do valor, podem-se observar os termos referidos e suas variações sendo constantemente substituídos uns pelos outros. Menger fala em julgamento pessoal, julgamento individual ou julgamento subjetivo de modo sinônimo. Não se pretende, aqui, traçar a distinção entre estes termos ao longo da história da filosofia. O que se pode destacar especificamente deste uso indistinto por Menger é que, para o austríaco, há uma identidade fundamental entre o sujeito, o indivíduo e a pessoa. Para compor esta identidade, o que se pode dizer é que em Menger o sujeito tem sua manifestação estritamente no indivíduo e este, por sua vez, é sempre uma pessoa humana. Afasta-se assim qualquer debate que vise distinguir uma subjetividade de uma individualidade ou pessoalidade. Nos escritos do economista austríaco, o julgamento subjetivo do qual se origina o valor é sempre realizado por um indivíduo, uma pessoa humana. Esta unidade é um modelo do qual toda a análise econômica do austríaco parte sem problematização. Para Menger, o indivíduo aparece como um modelo de toda a análise, como um método.

De todo modo, mesmo não havendo propriamente uma problematização em Menger desta curiosa identidade entre sujeito, indivíduo e pessoa, pode-se destacar algumas características deste sujeito econômico tão fundamental no pensamento do austríaco. A primeira definição que o economista apresenta deste sujeito é: “pessoa

envolvida em atividades econômicas” (MENGER, 1983. p.291). Ou seja, o sujeito econômico é aquele que possui necessidades e se encontra em uma posição em que os bens capazes de satisfazê-las são escassos. Para além disso, o sujeito econômico é aquele consciente da importância da satisfação de cada uma de suas necessidades concretas, bem como da variação desta importância consoante a disponibilidade dos bens (Cf. MENGER, 1983. p.292). Isto significa que o sujeito econômico é capaz de exprimir o conjunto de suas necessidades ante as quantidades de bens disponíveis nos termos da tabela triangular de Carl Menger já referida (tabela 1). Por fim, este sujeito econômico tem capacidade ainda de ordenar suas ações consoante esta autoanálise da variação do valor.

Em certo sentido, desta breve caracterização extrai-se uma noção de racionalidade, ou, ao menos, de racionalidade deste sujeito econômico. Dois elementos parecem determinar esta racionalidade econômica do sujeito: o primeiro, a capacidade de reconhecer a importância do atendimento de suas necessidades; o segundo, pautar seus atos conforme os resultados desta avaliação. A racionalidade, a partir da análise do texto de Menger, consistiria em uma conformidade entre o reconhecimento do valor das coisas e a capacidade de se orientar conforme este julgamento. Dito de outra maneira: a racionalidade seria a percepção da utilidade das coisas como agente determinante da ação dos homens. Ser racional é ser econômico, e ser econômico é ser utilitário.

Neste momento, há a possibilidade de sintetizar o raciocínio marginalista, que foi tratado até agora, da seguinte forma: se o sujeito dá diversas importâncias à satisfação de cada uma de suas necessidades; se é a satisfação de suas necessidades concretas que determina a utilidade, e, por conseguinte, o valor de um bem; e se, como afirmado anteriormente este sujeito é consciente destes fatos; está aí o que se denomina de primeira causa da diferença de valor dos diversos bens. É aproximadamente nestes termos que Menger estrutura então seu raciocínio, sempre conduzindo sua análise pelo julgamento individual a respeito das necessidades e dos bens. Campagnolo sintetiza isto em três pontos bastante diretos.

1°. L'importance donnée à la prise en considération de l'unité supplémentaire d'un bien dans la satisfaction des besoins (*unité marginale*) ;

2°. L'ordonnement des biens en fonction de la plus stricte subjectivité avec laquelle les besoins sont ressentis (*dite : utilité subjective*) – et incidemment, en conséquence, l'absence de validité de tout jugement extérieur sur le caractère « moral », « convenable » ou « raisonnable » de ces derniers ;

3°. La relation individuelle de l'agent aux biens, le préparant à accepter certains échanges et à en refuser d'autres – de la confrontation des

besoins des agents *surgit la relation* qui s'exprime dans un prix des biens échangés.<sup>73</sup> (CAMPAGNOLO, 2008, p.67)

De maneira bastante sintética, nestes três pontos destacados por Gilles Campagnolo, é possível resumir a formulação geral do raciocínio marginalista sobre a teoria do valor. Com isto, já se pode perceber que o “momento marginalista” trata de modo muito diverso daquele que imperava na primeira metade do século XIX, a teoria da origem e da medida do valor. Tanto é assim que a própria constituição dos passos do raciocínio de Menger nem mesmo se reportaram à ideia do trabalho como constituinte, integrante ou participante do conceito de valor. A mesma afirmação seria igualmente cabível a partir da formulação de Jevons sobre o valor. Em nenhuma passagem, seja nos *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* ou em *The Theory of Political Economy*, seus autores se reportam aos fatores de produção para explicar a origem, a natureza ou a medida do valor de uma coisa. O valor, longe de emergir de um processo que se estende ao longo do tempo e de ter sua medida determinada por esta extensão, é agora produto de algo estritamente vinculado ao presente, qual seja, a utilidade. Não é o processo produtivo dos bens que lhes atribui valor, mas a sua utilidade atual para satisfazer necessidades humanas individuais.

[...] quando alguém faz a avaliação de um bem, não investiga a história da origem do mesmo, mas se preocupa exclusivamente em saber que serventia tem para ele, e de que vantagens se privaria, não dispondo dele. (MENGER, 1983, p. 304)

Mesmo Menger não estando inserido em um contexto teórico no qual a teoria do valor-trabalho fosse tão predominante quanto na Inglaterra, o austríaco ainda dedicou algumas páginas de seu livro para formular críticas aos postulados desta teoria; justamente indicando a inadequação da mesma, frente à análise por ele apresentada. O ponto fulcral que se pode salientar destas críticas de Menger diz respeito à própria ideia de utilidade, colocada como fonte primeira do valor. Com isso, a partir do momento em que aparece a utilidade, a produção deixa de influenciar na determinação do valor, o trabalho perde, juntamente com ela, seu estatuto. Se a utilidade é da dimensão do presente,

---

<sup>73</sup> “1º. A importância dada ao apreço pela unidade suplementar do bem para satisfação das necessidades (*unidade marginal*);

2º. A ordenação dos bens de acordo com a mais estrita subjetividade com as quais a necessidade é sentida (chamada: *utilidade subjetiva*) - e, incidentalmente, em consequência, a falta de validade de qualquer julgamento externo sobre o caráter ‘moral’, ‘adequado’ ou ‘razoável’ destes últimos;

3º. A relação individual do agente com os bens, preparando-se para aceitar algumas trocas e rejeitar outras – dos confrontos das necessidades dos agentes surge a relação que expressa um preço de bens permutados.” (Tradução minha)

do momento definidor do julgamento individual atribuidor de valor, o trabalho, como “ato de atividade humana” (MENGER, 1983, p. 305), pertence ao passado.

Do modo como o valor é pensado neste “momento marginalista”, o processo produtivo somente é relevante para medir sua própria ‘economicidade’, isto é, comparar o valor de um produto com o valor dos meios de produção empregados na sua fabricação possibilitará saber se se optou pela melhor alternativa produtiva. A quantidade de trabalho passa agora a ser objeto de gestão, seu estudo permite constatar se determinado processo produtivo foi sensato e econômico. O trabalho pertence agora apenas à esfera dos custos de produção.

Não há nenhum nexos causal necessário e direto entre a medida do valor do bem em pauta e a quantidade maior ou menor (ou nula) de trabalho, ou de outros bens de ordem superior, que foi necessária para produzir o referido bem. (MENGER, 1983, p. 304).

Ao excluir então o trabalho da determinação do valor, Menger finda por excluir de sua análise, até certo ponto, o passado. O privilégio dado à utilidade faz da Economia uma ciência cujos objetos de análise e de intervenção pertencem, quase que exclusivamente, à dimensão do presente. Jevons, a seu turno, dá à utilidade o mesmo privilégio, e, em sua trajetória matemática, acredita, até mesmo, demonstrar a irrelevância da “variável tempo” na determinação do valor.

Se para Jevons, por um lado, o tempo está presente em todas as questões econômicas – pois se vive, se pensa e se age no tempo – por outro, a economia se interessa especialmente pelo sofrimento e pelo prazer. A medida, tanto de um quanto de outro, não se faz pela sua duração, mas pela intensidade; e “this intensity must be independent both of time and of the quantity of commodity enjoyed”<sup>74</sup> (JEVONS, 2015, p.1596). Ora, sofrimento e prazer são sensações. Deste modo, *The Theory of Political Economy* privilegia o que ele denomina de “intensidade sensorial”, que nada mais é, para Jevons, que o “grau de utilidade”, em que esta expressa a relação prazer/sofrimento num dado momento.

Intensity of feeling, however, is only another name for degree of utility, which represents the favorable effect produced upon the human frame by the consumption of commodity, that is by an elementary or infinitesimal quantity of commodity.<sup>75</sup> (JEVONS, 2015, p. 1596)

---

<sup>74</sup> “essa intensidade deve ser independente tanto do tempo quanto da quantidade de bens desfrutada.” (JEVONS, 1983, p.59)

<sup>75</sup> “[...] intensidade sensorial é apenas outro nome para grau de utilidade, que representa o efeito favorável produzido na constituição humana pelo consumo de um bem, isto é, por uma quantidade básica ou infinitesimal de um bem.” (JEVONS, 1987, p. 59).

No desenvolvimento matemático de sua teoria, Jevons adota a variável “U” para representar a utilidade; “M” representa, por sua vez, a quantidade de um bem; e “T”, o tempo. Como, para ele, a importância jaz sobre a “intensidade sensorial” e não sobre a quantidade do bem (estoque), a variável “U” será relacionada a  $\frac{M}{T}$  ou  $M \cdot T^{-1}$ , taxa de estoque, isto é, à quantidade de um bem disponível em um dado tempo. Ora, a variável “U”, isoladamente, não dá conta de representar o sofrimento ou prazer em um determinado momento senão relacionada à quantidade de um bem disponível. Daí Jevons utilizar  $M \cdot U \cdot T^{-1}$  para representar “so much commodity producing a certain amount of pleasurable effect per unit per time”<sup>76</sup> (JEVONS, 2015, po. 1605). Jevons adverte, em seguida, que esta equação não expressa com exatidão a grandeza da utilidade, mas como observado, a utilidade do bem em uma única unidade de tempo. Se o prazer/sofrimento tem as dimensões de intensidade e duração, para se obter a grandeza da utilidade deve-se saber quantas unidades de tempo produziram determinado prazer. Deste modo, pode-se formular uma nova equação que expressa a grandeza da utilidade, qual seja,  $T \cdot M \cdot U \cdot T^{-1}$  ou, escrito de outro modo  $\frac{M \cdot U \cdot T}{T}$ , de onde se obtém apenas  $M \cdot U$ . Observe-se que Jevons exclui o tempo de sua equação com uma simplificação matemática.

We here meet with an explanation of the fact, so long perplexing to me, that the element of time does not appear throughout the diagrams and problems of this theory relating to utility and Exchange. All goes on in time, and time is a necessary element of the question; yet it does not explicitly appear. [...] Thus time eliminates itself, and we arrive at a quantity of two dimensions correctly represented by a curvilinear area, one dimension of which corresponds to each of the factors in  $M \cdot U$ .<sup>77</sup> (JEVONS, 2015, po.1615/1626)

---

<sup>76</sup> “dada quantidade de um bem produzindo certo montante de efeito agradável por unidade de tempo.” (JEVONS, 1987, p. 59)

<sup>77</sup> “Chegamos aqui à explicação do fato que por muito tempo me intrigou, de que o elemento tempo não aparece em nenhuma parte dos diagramas e problemas da teoria que trata da utilidade e da troca. Tudo se passa no tempo e o tempo é um elemento necessário da questão; contudo ele não aparece explicitamente [...]. Assim, o tempo elimina a si mesmo, e chegamos a uma grandeza de duas dimensões, corretamente representadas por uma área curvilínea, onde cada uma de suas dimensões corresponde a cada um dos fatores de M·U.” (JEVONS, 1983, p.60)

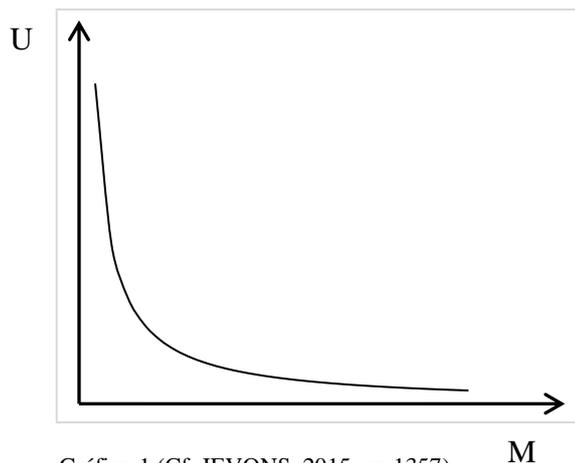


Gráfico 1 (Cf. JEVONS, 2015. po.1357)

É preciso observar que, ao traçar a curva de utilidade, conforme a equação apontada por Jevons, em um gráfico (gráfico 1) onde o eixo vertical representa a utilidade (U) e o horizontal a quantidade disponível do bem (M), obtém-se uma hipérbole que indica justamente o princípio de utilidade marginal, ou seja, quanto maior a quantidade disponível do bem, menor a utilidade do mesmo. Aqui, se vê que este gráfico é o mesmo que se poderia obter na hipótese de tentar representar graficamente a tabela triangular de Menger (tabela 1). A curva desenhada representaria a utilidade de um dos bens indicados na tabela em função de sua quantidade disponível. Por fim, é digno de nota que na representação gráfica já não há lugar para a variável tempo, a simplificação algébrica de Jevons pode assim ser reafirmada por esta ausência, quando o inglês opta por representar graficamente sua equação final de utilidade, qual seja:  $M \cdot U$ , excluindo assim a terceira dimensão do gráfico, gerando a representação bidimensional reproduzida (gráfico 1).

Até este ponto, parece bastante evidente certo esforço tanto de Menger quanto de Jevons para indicar a ausência do tempo em suas respectivas formulações a respeito do valor. Em todo caso é preciso aqui fazer uma ressalva importante. Esta ausência ou exclusão do tempo aparece fundamentalmente no que se refere à formulação do valor ou produção do valor. Especialmente observando os escritos de Menger, o que o austríaco faz questão de destacar é que o acúmulo pretérito de tempo pela produção de um bem não guarda relação com seu valor. Ou seja, o processo de exclusão da teoria do valor-trabalho se constrói por este tratamento imediato da utilidade que exclui a relevância do passado na análise. Em Jevons a questão é mais sutil. Para ele, o tempo aparece tanto na medida da intensidade do prazer ou sofrimento produzido pelo bem quanto na duração desta sensação. De modo que para a determinação propriamente do valor, a multiplicação simples exclui a variável tempo. A referida ressalva que precisa ser feita é que, em ambos

os casos, a exclusão do tempo se dá no que se refere à constituição do valor, vez que, tanto em Jevons quanto em Menger, a apreciação ou julgamento para determinação do valor ocorre em um instante presente, conforme já descrito. Dito de outro modo, a exclusão do tempo ou preside a eliminação do processo produtivo na determinação do valor, em Menger, ou indica que a determinação do valor não se estabelece pela medida temporal das experiências de dor ou sofrimento, em Jevons. Em ambos os casos é a dimensão passada do tempo que parece ser tolhida da teoria do valor. Por outro lado, se o passado não tem relação com a determinação valorativa, o mesmo não se pode dizer do futuro.

Partindo novamente das elaborações de Menger, se o austríaco elimina da sua formulação da constituição do valor o processo produtivo, por outro lado o economista passa a pensar a própria produção a partir da sua nova teoria do valor. Para entender esta espécie de inversão, é preciso primeiramente compreender o que Menger intitula de “bens de ordem superior”. Até este momento a abordagem feita aqui sobre o valor dos bens dizia respeito apenas aos bens que Menger intitula de “primeira ordem”. Trata-se da esfera precisa do consumo, os bens de primeira ordem são aqueles que figuram no mercado e são destinados diretamente ao consumo, possuem assim uma utilidade direta e imediata. Os bens de segunda, terceira, quarta e demais ordens superiores são fundamentalmente aqueles cuja utilidade pode-se chamar de indireta, aqueles que são utilizados na produção de outros bens, tais como: os insumos, bens de capital, dentre outros. Feijó esquematiza esta classificação dos bens em ordem do seguinte modo:

Um bem que não é prontamente consumido mas entra como insumo produtivo é denominado de bem de segunda, terceira ou mais ordens dependendo da distância que ele guarda do produto final na cadeia produtiva, quer dizer, se ele é usado diretamente na produção do bem final é de segunda ordem, se produz bens de segunda ordem é avaliado como de ordem terceira, e assim por diante. (FEIJÓ, 2000. p.65)

Esta separação dos bens em ordens indica fundamentalmente uma dependência dos bens de ordens superiores em relação aqueles de primeira ordem no que se refere à atribuição do valor. Isto significa que o valor dos bens de ordens superiores serão sempre uma fração dependente daqueles bens de primeira ordem para os quais eles foram necessários à produção. De modo sintético, pode-se mencionar que os bens de primeira ordem têm um valor imediato, enquanto aqueles de ordens superiores têm valores mediatos (Cf. FEIJÓ. 2000. p.65/66). Neste ponto, é prudente salientar que essa relação mediata dos bens de ordens superiores não se projeta para o passado, não dependendo

assim da conclusão do processo produtivo para ter enfim um valor definido. Ao contrário, trata-se de uma projeção para o futuro, o valor destes bens é orientado pela expectativa do valor atribuído aos bens finais ou de primeira ordem.

Então, por meio desta atribuição mediata de valor dos bens de ordens superiores, Menger indica a aplicação de seus *Grundsätze* na teoria da produção. Ao invés de atribuir ao processo produtivo a origem do valor, Menger projeta para as expectativas futuras de valor do bem final a origem do valor de todos os insumos e bens de capital da esfera produtiva. Desta maneira, a teoria do valor de Menger, diferente da teoria do valor-trabalho, deixa de ter uma ancoragem no processo histórico da produção dos bens, e passa a se projetar para o futuro, tirando do passado o peso de constituir o presente. É a expectativa futura do valor final que passa agora a ordenar a cadeia produtiva. Em razão deste modo de ordenação econômica que Hayek sintetiza a relação da Economia com o tempo em Menger nos seguintes termos:

Even more remarkable is the prominent role which the element of time plays from the very beginning. There is a very general impression that the earlier representatives of modern economics were inclined to neglect this factor. In so far as the originators of the mathematical exposition of modern equilibrium theory are concerned, this impression is probably justified. Not so with Menger. To him economics activity is essentially planning for the future [...].<sup>78</sup> (HAYEK, 1992. p.48/49).

Jevons por sua vez não caminha longe de Menger nesta questão. O inglês trata também do tema da expectativa ao abordar o que ele chama de *utilidade provável*. Jevons destaca que os bens possuídos (em estoque) normalmente não tem utilidade imediata para seu possuidor. De fato, o acúmulo destes bens se justifica pela expectativa de que eles venham um dia a ser úteis, ou que venha a haver uma demanda por eles por parte daqueles que podem ter alguma necessidade satisfeita por estes bens. Esta é a *utilidade provável*. Não se trata aqui do domínio de uma certeza, porém de uma probabilidade, maior ou menor, de que os bens em estoque possam vir a ter utilidade maior ou menor. Para Jevons, esta expectativa pode já constituir, nela mesma, uma utilidade dos bens, e produzir por si tanto prazer quanto sofrimento. O economista chega mesmo a postular uma certa taxa de consumo deste estoque orientada precisamente pela utilidade provável destes bens. No item final do capítulo III do *The Theory of Political Economy*, Jevons apresenta um

---

<sup>78</sup> “Ainda mais digno de nota é o papel dominante que, desde o início, é atribuído ao fator tempo. Existe a ideia amplamente difundida de que os representantes mais antigos da Economia Política tendiam a negligenciar esse fator. Essa impressão talvez tenha fundamento em relação aos fundadores da concepção matemática da moderna teoria do equilíbrio, mas não no caso de Menger. Para ele, desenvolver atividade econômica é antes de tudo planejar para o futuro [...]” (HAYEK, 1983. p.218.)

exemplo que ilustra esta questão. Ele menciona um navio que teria suprimentos suficientes para realizar uma viagem de dez dias. Ocorre que a duração efetiva da viagem pode sofrer variação, podendo durar de dez até trinta dias no pior cenário possível. Jevons então indica que o consumo dos suprimentos deve obedecer a uma taxa decrescente, sendo maior no primeiro dia e a cada dia de duração da viagem sendo reduzida. Esta distribuição representaria a maior utilidade possível, evitando tanto um racionamento inicial que poderia se mostrar desnecessário como a falta absoluta de suprimentos na hipótese de a viagem durar seu prazo máximo. (Cf. JEVONS, 2015. po. 1654/1759)

Desta breve elaboração de Jevons, é possível depreender uma ordenação do tempo na Economia similar àquela já apresentada em Menger. Também, a cadeia de utilidade se projeta para o futuro, não especificamente no processo produtivo, mas também na projeção de uma expectativa sobre a utilidade posterior que um bem econômico pode vir a ter. O elemento de planejamento é tratado de forma mais explícita no modo como Jevons apresenta esta expectativa. Talvez seja difícil imaginar um exemplo mais elucidativo do que a referida viagem de navio para ilustrar um modelo econômico onde o presente é moldado, conduzido, governado pela expectativa do futuro.

Desta maneira, se percebe, tanto em Menger como em Jevons, o privilégio da utilidade, que possibilita uma teoria do valor tolhida de história e enraizada no presente. No “momento marginalista”, emerge uma Ciência Econômica em que a história, assim como o passado, é coadjuvante, e cujos objetos se mostram em uma única cena, a do presente. No final do século XIX, a economia delimita seu campo de análise e de intervenção concentrando-se, em certa medida, no presente, com objetivo de promover um futuro “melhor”.

### **1.3. O retrato do *homem* pintado por uma Ciência Econômica em um cenário sem história**

No tópico anterior foram apresentadas as principais características da teoria do valor emergente no “momento marginalista”. As referências tomadas para tal foram especialmente as obras de Menger e de Jevons. Seria pertinente questionar porque não abordar o modo como Walras expôs em seus *Elements D’Economie Politique Pure* a questão do valor. Há dois motivos que justificaram deixar Walras, por ora, em segundo plano. O primeiro deles é porque o francês trata muito brevemente desta questão, vez que sua obra tem por objetivo primeiro o estudo do fenômeno das trocas. Desta forma, Walras

menciona quase que *en passant* a questão do valor em apenas duas<sup>79</sup> das sessenta e quatro aulas nas quais seu livro foi dividido. Assim, a brevidade desta abordagem nem mesmo permite ao economista oferecer um estudo minucioso sobre o valor, bem como a teoria que se pode extrair destas dez páginas não conflita com o estudo que Menger e Jevons formularam. O próprio Walras, na breve nota de apresentação de seu livro (Cf. WALRAS, 1874. p.V/VIII), indica a obra de Jevons como formuladora de princípios gerais válidos para seus *Elements*, isto inclui a teoria do valor como apresentada pelo inglês. A segunda razão para a ausência de Walras no tópico anterior é por uma questão de método no texto do francês. Como o objeto principal do texto de Walras é o estudo das trocas e a formulação de uma teoria de equilíbrio do mercado, a obra se dedica majoritariamente a estas questões. Assim, os princípios de utilidade marginal aparecem em Walras, mas como uma dedução a partir dos seus estudos sobre as trocas (Cf. JAFFÉ, 1988. p.147). Deste modo, torna-se mais adequado apresentar estas questões nos próximos capítulos deste estudo que serão dedicados aos temas das trocas, preços e ao mercado. Com isso, pode-se privilegiar o modo como Walras optou por estruturar seu raciocínio, evitando uma inversão que poderia produzir a falsa impressão de que o economista francês teria formulado os princípios de utilidade marginal segundo a mesma estrutura das obras de Jevons ou Menger.

Feita esta breve ressalva, pode-se, aqui neste item final do capítulo, salientar alguns indícios perceptíveis da transformação epistêmica postulada desde o início deste estudo. O primeiro deles refere-se ao significado que a teoria do valor dos marginalistas tem no que concerne à Ciência Econômica. Como foi visto no capítulo introdutório deste estudo, a teoria do valor-trabalho, ao constituir o valor a partir da análise do processo produtivo, parte de uma abordagem social deste fenômeno. Ou seja, a própria quantificação do valor de uma mercadoria a partir do trabalho nela contida consoante o ritmo produtivo da mesma, faz com que essa quantificação guarde relação direta não apenas com a ação individual de um trabalhador, mas principalmente com a produtividade de toda a sociedade para a mercadoria em questão. Já ao tomar a teoria do valor como apresentada no tópico anterior, o que se presencia é a constituição embrionária de um individualismo metodológico. Especialmente nas análises de Menger é perceptível a tomada do indivíduo como princípio fundante da origem e medida de todo valor.

---

<sup>79</sup> As duas aulas referidas são a 5ª e 6ª *leçons* intituladas respectivamente: *De la richesse social. Triple conséquence de la rareté des chose* e *Du fait de la valeur d'échange et de la théorie de la richesse sociale ou économie politique pure.* (Cf. WALRAS, 1874. p.23/33)

Essa mudança de perspectiva, que também poderia ser descrita como um deslocamento da fundação do valor da produção para o consumo, tem como implicação uma transformação no modo de universalização do saber econômico. Na Economia Política, o caráter que permitia generalizar a análise do valor era a finitude do *homem*, vez que o tempo como quantificador do trabalho é uma unidade fundada na constatação humana de que sua própria existência tem um termo e que as frações dessa finitude são o que imbuem a mercadoria de valor (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.269). Deste modo, tanto o elemento da consciência da mortalidade dos homens, como a quantificação do tempo de trabalho contido nas mercadorias pelo índice de produtividade social se compunham como elementos subjetivo e objetivo capazes de dar à teoria do valor-trabalho sua validade universal. A consciência da própria finitude permite reconhecer nas mercadorias uma parcela gasta deste tempo.

O mesmo certamente não poderia ser dito da teoria que ancora o valor no primado da utilidade marginal. A princípio, a universalização representa mesmo um problema para uma teoria que se alicerça numa concepção radicalmente individual. Pela descrição do valor tanto em Menger quanto em Jevons parece efetivamente constituir um impasse para a universalização deste saber a formulação base do valor como um julgamento individual ou como a apreciação de utilidade individual<sup>80</sup>. É possível perceber brevemente esta dificuldade em um dos pontos já citados em que Campagnolo formula sua síntese do raciocínio marginalista a partir de Menger:

[...] L'ordonnement des biens en fonction de la plus stricte subjectivité avec laquelle les besoins sont ressentis (dite : *utilité subjective*) – et incidemment, en conséquence, l'absence de validité de tout jugement extérieur sur le caractère « moral », « convenable » ou « raisonnable » de ces derniers ;<sup>81</sup> (CAMPAGNOLO, 2008. p.67).

Observe que Gilles Campagnolo atesta, no que concerne à atribuição subjetiva do valor, justamente a ausência de validade de todo possível julgamento exterior ao sujeito, seja de ordem moral, convencional ou mesmo racional (enquanto primado objetivo). Laval, por sua vez, afirma de modo ainda mais veemente a refutação desta Ciência Econômica à moral ao comentar o pensamento marginalista como legado contemporâneo.

---

<sup>80</sup> Ao fundar o valor em um elemento subjetivo (diríamos mesmo individual), parece difícil reclamar uma cientificidade para este saber, tendo em vista a relação intrínseca entre cientificidade e universalidade do saber.

<sup>81</sup> “A ordenação dos bens de acordo com a mais estrita subjetividade com as quais a necessidade é sentida (chamada: *utilidade subjetiva*) - e, incidentalmente, consequentemente, a falta de validade de qualquer julgamento externo sobre o caráter ‘moral’, ‘adequado’ ou ‘razoável’ destes últimos;” (Tradução minha).

La science économique contemporaine conserve ce refus de la morale « extérieure » au régime des besoins et des désirs. Elle y place même plus que jamais le principe de sa « scientificité ». Elle veut considérer les rapports entre les sujets économique comme des faits naturels régis par des lois. Il y a, dit Walras, une économie pure « tout à fait semblable aux sciences physico-mathématiques » qui permet d'exposer les lois de fonctionnement de la vie économique dans certaines conditions donnés.<sup>82</sup> (LAVAL, 2007. p .180)

Indo diretamente a Menger, percebe-se que ele elimina a possibilidade de uma análise mais abrangente mesmo quando comenta a constituição deste ato de julgar, ao indicar que este juízo valorativo do indivíduo independe do grau cultural do sujeito (Cf. MENGER, 1983. p.292). É verdade que tanto em Menger quanto em Jevons seria factível, pela análise econômica, determinar o melhor julgamento de valor possível, a opção mais razoável, racional ou econômica. Entretanto, mesmo esta possibilidade hipotética não é o que orienta efetivamente a apreciação valorativa do indivíduo. Assim, este ato de julgar fundado na estrita subjetividade aparece como uma variável estocástica. O julgamento é sempre isolado, que por mais que seja composto também de uma matriz objetiva, a quantidade disponível do bem, sua determinação valorativa final é inevitavelmente reportada a este julgamento “livre” do sujeito. Dito de modo diverso, a constituição desta individualidade radical no “momento marginalista” funda o valor e ao mesmo tempo impede a universalização de qualquer conteúdo para este julgamento valorativo do indivíduo. A própria utilidade é reportada a este julgamento subjetivo e a racionalidade econômica condiz com a capacidade deste indivíduo orientar suas escolhas econômicas a partir da sua apreensão particular de utilidade. Tem-se aí uma tautologia inescapável.

A mera análise da teoria marginalista do valor não é capaz de apontar uma resolução para esta questão. Em certo sentido, ela indica uma indeterminação do valor, vez que este estaria sempre sujeito ao apreço de utilidade de cada um dos milhões de indivíduos envolvidos em atividade econômica. Dito de outro modo, por mais que seja possível estabelecer que, em determinadas condições, o mais razoável juízo valorativo atribuiria a um bem  $x$  uma utilidade  $y$ , o julgamento do sujeito não é determinado por esta alternativa, podendo variar quase que de modo imprevisível. A questão que se coloca a partir desta aparente aporia é: como é possível construir o universal a partir do individual?

---

<sup>82</sup> A ciência econômica contemporânea sustenta essa recusa da moralidade de "fora" do regime de necessidades e desejos. Ela o coloca mais do que nunca como princípio de sua "cientificidade". Ela quer considerar as relações entre os sujeitos econômicos como fatos naturais governados por leis. Disse Walras, uma economia pura " de todo similar às ciências físico-matemáticas " que permite expor as leis do funcionamento da economia em algumas circunstâncias dadas. (Tradução minha)

Para uma resposta mais completa a essa questão, realmente a análise da teoria do valor não é bastante, de modo que este tema reaparecerá quando forem tratadas as teorias dos preços e do mercado. Em todo caso, é possível avançar um pouco afirmando que para os marginalistas não se trata de fundar a possibilidade de uma ciência universal em nenhum *a priori* comum a todos estes sujeitos econômicos. Pelo contrário, a partir daqui, a Ciência Econômica “constata” o universal a partir do modo como todos os julgamentos individuais de apreciação de valor se distribuem. Em outras palavras, a distribuição normal, como a denomina a Estatística, organiza espacialmente os julgamentos individuais – todos (população) ou alguns (amostra) – fazendo decorrer desta organização um padrão, isto é, uma tendência da distribuição destes julgamentos, que permite, por sua vez, apreender a ordem “normal” em que o comportamento dos sujeitos econômicos se apresenta.

Este tratamento de quantificação e distribuição dos julgamentos valorativos individuais por si só não é suficiente para resolver a questão da universalidade, vez que sempre é possível que hajam pontos fora da curva de distribuição normal. De todo modo, esta maneira quantitativa de tratar a questão já permite, ao menos, indicar uma possibilidade de ordenação desta infinidade de apreciações valorativas individuais, permite apontar para um início de ordem possível, talvez mesmo a postulação de leis de funcionamento como havia sido mencionado no trecho citado de Christian Laval (2007. p.180.).

Observe que o instrumental fundamental para iniciar este processo de ordenação é precisamente a matemática. Neste sentido é possível começar a compreender a afirmação de Jevons de que a Ciência Econômica é por natureza matemática (Cf. JEVONS, 1910. Po.850/858). Mesmo a resistência de Menger em utilizar explicitamente o instrumental matemático não teve o condão de modificar esta tendência crescente de matematização da Economia no “momento marginalista”.

The most important figure in shifting the tide was William Stanley Jevons (1835 – 1882), and much of this study will focus on his contributions to the rise of mathematical economics. Trumpeting the virtues of mathematics was easy. What set Jevons apart from numerous predecessors, and enabled him to secure a following where others before him had failed, were his analyses of logic and scientific methodology, his assimilation of new ideas in mathematics, and the concrete details of his economic theory.<sup>83</sup> (SCHABAS, 1990. p.04)

---

<sup>83</sup> “A figura mais importante na mudança da maré foi William Stanley Jevons (1835-1882), e grande parte deste estudo se concentrará em suas contribuições para a ascensão da economia matemática. Alardear as virtudes da matemática era fácil. O que separou Jevons de numerosos predecessores e lhe permitiu dar sequência onde outros antes dele falharam foram suas análises de lógica e metodologia científica, sua

Deste modo, no “momento marginalista” é a matemática a chave que permite ordenar a infinidade de apreciações individuais de valor; quantificá-las e assim não impor, a princípio, um padrão normativo, mas apreender, a partir da disposição do todo destes juízos, a sua ordem. Este modo de análise não deve ser visto como exterior à Ciência Econômica, ao contrário, ele é justamente o que permite construir uma ciência fundada em julgamentos individuais. É por esta constatação que Jevons advoga em favor do uso da matemática, ou mais, que ele postula a vinculação intrínseca da Economia com a matemática, levando a Economia, no final do século XIX, a se aproximar da problemática sobre a pretensão de progresso da precisão das ciências<sup>84</sup>.

A partir deste novo modo de lidar com o problema da universalidade do saber é possível indicar a transformação na cientificidade da Economia. Enquanto a Economia Política estruturava os fundamentos de sua validade universal num elemento humano por excelência, a natureza finita do *homem*; no “momento marginalista”, o eixo da universalidade é deslocado, ancorando, agora, sua validade na quantificação de individualidades que se aglutinam não pelo reconhecimento comum de sua condição antropológica, mas pelo modo de distribuição e disposição de seus juízos.

Do mesmo modo que a ciência neste momento se estrutura de maneira distinta daquela da primeira metade do século XIX, o tempo também passa a desempenhar um papel bastante distinto na teoria do valor dos marginalistas, se comparada à teoria do valor-trabalho. Como já foi visto, na teoria do valor-trabalho, o tempo é constituinte do valor, é o tempo de trabalho incorporado na mercadoria que constitui e quantifica seu valor. O trabalho incorporado na coisa tem sua medida privilegiada no tempo demandado para produção da mercadoria, o que coloca o tempo no cerne da determinação do valor. Este raciocínio remete diretamente ao processo produtivo das mercadorias, fazendo com que a Economia passe a se orientar pela análise da produção. Ao ordenar no tempo este processo que imbuí valor nas mercadorias, percebe-se que todos os atos criadores do valor pertencem ao passado. A coisa como se apresenta terá valor com base em um processo produtivo anterior a ela própria, o valor presente da coisa é fruto de toda uma cadeia

---

assimilação de novas ideias em matemática e os detalhes concretos de sua teoria econômica.” (Tradução minha)

<sup>84</sup> O problema da precisão das ciências não será diretamente abordado neste estudo. Em todo caso, como esta questão guarda profunda relação com este trabalho, cabe aqui ao menos indicar que Husserl tratou da questão da precisão nas ciências especialmente ao estudar a matematização das ciências e da natureza, indicando que a matematização e a pretensão de acréscimo da precisão no âmbito das ciências tem como um de seus correlatos o desaparecimento das questões a respeito do sentido. (Vide: HUSSERL, 2012. §§8/10)

pregressa de acúmulo de trabalho necessário à sua produção. O que se indica com isso é que o valor da mercadoria é o que Marx chamaria de concreto, no sentido mais preciso da palavra, derivada do termo latino *concretus*, a forma do particípio passado do verbo *concretere*, que significa crescer em conjunto ou aumentar por processo de agregação. O valor é então concreto porque é precisamente aquilo que cresce conjuntamente à coisa. Nesta perspectiva, o valor é fundamentalmente histórico, é o atributo que “cresce junto” à mercadoria por meio de um processo produtivo que se encadeia ao longo do tempo de acordo com as condições materiais de sua época. O presente da mercadoria é então fruto de uma história, é talvez por isso que, aqui, a mercadoria possa ser chamada de produto, no sentido mais forte da palavra. Ela é, assim, o fenômeno material que incorpora em si a marca constituinte de seu próprio tempo.

Ao contrastar esta concepção com a teoria do valor marginalista é bastante nítida a verdadeira inversão no eixo temporal. Como foi mostrado no final do item precedente deste capítulo, a concepção do valor como um julgamento individual coloca em um ato presente toda a constituição do valor. Por outro lado, este ato, que jaz em um instante, pode ser orientado por expectativas futuras a respeito da utilidade do bem, seja para o seu emprego na produção de outros bens<sup>85</sup>, ou pela mera expectativa de uma demanda futura<sup>86</sup> deste bem que pode ser mantido em estoque. O que se pretende salientar é que no “momento marginalista” esta nova concepção de valor se estrutura em parte pelo abandono da história. Já não é mais relevante para a determinação do valor das coisas o passado das mesmas. A dimensão do pretérito tem importância apenas para os estudos dos custos de produção; estes últimos, por sua vez são irrelevantes para a determinação do valor (Cf. MENGER, 1983, p. 304).

A inversão no eixo do tempo se completa então com o aparecimento da expectativa, esta sim tem o poder de interferir no julgamento valorativo dos indivíduos. Deste modo, o apagar do passado das mercadorias parece projetar o olhar dos indivíduos para o futuro dos bens; futuro este que cada vez mais parece se confundir com o futuro do próprio indivíduo.

Isto que se chama aqui de confusão trata-se antes de uma profunda identidade deste indivíduo com os bens dotados de valor. Esta identidade não se constitui pela capacidade deste indivíduo enxergar no bem uma parcela de si próprio. Isto poderia

---

<sup>85</sup> Conforme a teoria dos bens de ordem superior em Menger.

<sup>86</sup> Nos termos da teoria da utilidade provável em Jevons.

ocorrer talvez no contexto teórico do valor-trabalho em que o trabalhador poderia se reconhecer no produto de seu esforço<sup>87</sup>. O reconhecimento mencionado no “momento marginalista” se dá antes por uma relação de dependência. Quando se mencionou neste estudo a primeira definição de Menger sobre o valor, esta relação de dependência apareceu. O Austríaco mencionava claramente que o valor emerge da percepção por parte das pessoas de que qualquer de suas necessidades, encontrava-se na dependência do consumo de determinado bem (Cf. MENGER,1983. p.283). É esta percepção, a capacidade de identificar no bem a completude de algo que lhe falta, que produz nele o julgamento chamado valor. Deste modo, os bens econômicos dotados de valor não são apenas coisas, mas passam a ser percebidos como a completude necessária a uma carência. Esta percepção é o que permite, no “momento marginalista”, a produção da identidade do indivíduo com os bens, vez que estes últimos são a materialidade da própria utilidade subjetiva.

Esta questão conduz ao ponto final deste capítulo, qual seja: o lugar do *homem* nesta nova teoria do valor. No capítulo introdutório deste estudo essa questão já havia sido apresentada no atinente à teoria do valor-trabalho. Como foi mostrado lá, toda a *epistème moderna* orbitava este “duplo empírico-transcendental”. Para além disso, especificamente na teoria do valor-trabalho, este *homem* aparecia explicitamente como o sujeito ativo, cuja atividade fundamental, o trabalho, era a única fonte de todo valor existente sobre a terra.

Já no “momento marginalista”, o homem não é mais desenhado com destaque propriamente em sua atividade. É verdade que o valor continua sendo referido ao seu julgamento individual, mas este *homem* aparece agora numa posição de passividade, daquele que orienta o julgamento por uma carência a ser satisfeitas pelos bens. Diferente daquele que desempenhava uma atividade criadora de valor, o *homem* agora é retratado como repleto de necessidades que precisam ser satisfeitas pelos diferentes bens. Mesmo o julgamento deste *homem* acerca do valor não se trata propriamente de uma produção de valor, mas sim de sua constatação. A utilidade da coisa não é produzida pela apreciação do indivíduo, mas é um atributo do bem que é percebido por ele. Deste modo, o retrato deste *homem* no “momento marginalista” é preponderantemente o de uma figura saturada de carências aptas a serem satisfeitas pelos bens a sua volta.

---

<sup>87</sup> Isto se não for tomada de Marx a questão da alienação que, dentre diversos outros efeitos, produzia no trabalhador a incapacidade de se reconhecer no produto de seu trabalho.

Dito de modo sintético, a análise empreendida até aqui apresenta o *homem* de duas maneiras distintas: o homem ativo, produtor do valor – correspondente ao solo histórico da modernidade – e o homem predominantemente passivo, cuja necessidade é saciada pela utilidade dos bens que lhes dá valor. O que se pode perceber nesta passagem de Ricardo/Marx (teoria do valor-trabalho) a Menger/Jeavons/Walras (teoria marginalista do valor) é uma sutil, mas, não pouco significativa, mudança no lugar ocupado pelo *homem* na teoria do valor. No “momento marginalista” o *homem* começa a “abandonar” seu posto de sujeito, dando os primeiros passos em direção ao lugar dos objetos.

Este capítulo iniciou-se com a referência a duas pinturas típicas do impressionismo, a marca estética coincidente com este “momento marginalista”. Talvez agora, pouco antes do fim deste ato, seja cabível adiantar um pouco a encenação e apresentar um traço estético um tanto posterior a este “momento”, mas que traz em si certa inspiração desta nova figura do *homem* emergente numa ciência em processo de matematização. Parece então prudente encerrar este capítulo com uma obra cujo escândalo provocado em sua época parece um tanto despropositado considerando o que já se tratou aqui com o marginalismo. Trata-se de uma tela de Picasso do início do século XX.



Figura 4 : Pablo Picasso. *Homme au Violon* (1912).

No ano de 1912, Picasso, com suas tintas a óleo, pintou essa figura, curiosa para sua época e de recepção um tanto escandalosa. Contudo, fato é que essa imagem geométrica de Picasso não tinha motivo algum para estontear os europeus do começo do século XX. Os traços duros do cubismo nada mais faziam do que colocar em tela a dureza de um tempo que se geometrizou. O pintor espanhol não distorceu o mundo em suas pinceladas. Ele apenas esboçou, por meio da linguagem, a sua disposição, a rigidez das formas que passavam a descrever este mundo. Na tela, o artista se esforçou para recortar a figura em blocos (cubos) e mostrá-la simultaneamente em todos os ângulos. A partir de um método de precisão milimétrica e com o cuidado de não excluir nenhuma dimensão da figura, produziu-se essa imagem, de conteúdo quase ininteligível. A legenda indica: “Homem ao violino”, mas o que se percebe é um amontoado, bastante ordenado, é verdade, de formas geométricas rígidas. O que parece ter acontecido é que, na tentativa de moldar o homem e seu violino às formas geométricas puras, o resultado final alcançado foi uma imagem onde os polígonos são protagonistas e do “homem ao violino” mal se pode perceber a silhueta.

A pintura de Picasso em parte é o que se pode ver neste estudo como prenunciado no discurso econômico dos marginalistas. Deste modo, o fato de representar em um quadro os traços que há décadas já ordenavam os discursos, não parece motivo para o choque causado pelas telas cubistas na Paris dos anos de 1910. No “momento” final do século XIX, a figura do *homem* paulatinamente abandona seu lugar de epicentro da *epistème* e gradativamente caminha de sua posição de sujeito em direção à indistinção com os demais objetos, é assim tanto na teoria marginalista do valor, quanto no homem ao violino de Picasso. O traço do impressionismo, que no século XIX já não parecia conseguir se desvencilhar do retrato da pujança da economia (Figuras 1 e 2), no início do século XX com o cubismo, ao tentar tematizar o *homem* (Figura 4) parece ser pautado agora pelas mesmas diretrizes de uma Ciência que encontra sua validade universal na quantificação fria de tudo aquilo que ao *homem* aparece como carência.

O que se denomina aqui de “momento marginalista” corrobora, então, com o prenúncio da “morte do homem” feito por Foucault (2011<sup>c</sup>). Neste “momento”, antecâmara de uma *epistème* por vir, o *homem* como “duplo empírico-transcendental” aparece de modo mais evidente como uma invenção, deixando seu lugar de sujeito e indicando, assim, que tal qual um rosto de areia na orla do mar, se desvanece (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>, p. 398).

## **Capítulo II: Troca e preço: a possibilidade de uma Ciência Econômica de validade universal**

O capítulo precedente deste estudo dedicou-se preponderantemente à teoria do valor, base do pensamento marginalista e pilar primeiro do projeto de refundação da Ciência Econômica desenvolvido independentemente por Menger, Jevons e Walras. Neste segundo capítulo, o objeto próprio de estudo será a maneira como se estabelece o preço dos bens a partir das trocas explicadas conforme a teoria do valor marginal. Tomar-se-á novamente como ponto de partida os escritos de Menger e Jevons, mas, a partir da teoria dos preços, será possível trazer de forma mais detida também a maneira como Walras equacionou o fenômeno das trocas.

O intuito fundamental aqui é apresentar como o estabelecimento do preço vem resolver as dificuldades de universalização deste saber econômico já destacadas no tópico final do capítulo anterior. Com isso, poder-se-á indicar de forma mais marcante um elemento fulcral para a transformação epistêmica que conduz as linhas gerais deste trabalho. Tratar-se-á de destacar a partir da explicitação da troca e constituição do preço a passagem de um pensamento econômico que extraía sua universalidade de uma antropologia fundante, para uma concepção de generalidade ancorada na quantificação e distribuição de uma multiplicidade de particularidades.

Para além disso, pretende-se concluir este estudo sobre as trocas apresentando o papel central que o Mercado passa a ter na inteligência dos fenômenos econômicos, introduzindo, assim, o assunto final de desenvolvimento deste trabalho que será objeto do capítulo III.

### **2.1 As trocas, sua motivação e seus limites.**

Como já foi bem estabelecido no capítulo anterior, no “momento marginalista” o valor aparece fundado estritamente no indivíduo. Ou seja, trata-se do julgamento de apareço pessoal que cada indivíduo faz a respeito de um determinado bem capaz de atender uma ou mais de suas necessidades. Já foi também exposto que essa dimensão individual da análise conduz a uma aporia no que se refere à capacidade de validade universal da Ciência Econômica. Para enunciar de forma simples, é possível perceber que ao postular o valor como um julgamento individual, não se pode a partir disso extrair qualquer validade deste julgamento para além de cada indivíduo, tornando impossível a

constituição de uma ciência universal. Ainda assim a Ciência Econômica que se funda neste momento, não é um saber dos indivíduos, mas sim um conhecimento que pretende enunciar uma verdade sobre os fenômenos econômicos gerais. Trata-se de uma Ciência cuja pretensão é a descrição ampla dos fenômenos que se manifestam a partir da utilidade e escassez, atributos constituintes do que se conceitua como bem econômico. É deste mesmo modo que o economista sueco Knut Wicksell<sup>88</sup> anuncia o escopo de pretensões da Ciência Econômica.

In accordance with the modern outlook, the subject matter of political economy is becoming more and more the doctrine of economic phenomena, in their interrelations, seen *as a whole*; i.e. in so far as they uniformly affect whole classes of the community, or a whole people, or the totality of all peoples (what the Germans call *Weltwirtschaft*).<sup>89</sup> (WICKSELL, 1967. p.02).

Neste sentido, o modelo capaz de generalizar esta análise individual não será o postulado de características universalmente validas para todos os indivíduos e nem mesmo o estabelecimento de padrões ótimos de valoração de bens que orientariam os julgamentos de todos aqueles envolvidos em atividade econômica. Longe de postulados validos *a priori*<sup>90</sup>, a alternativa encontrada neste “momento marginalista” é antes o

---

<sup>88</sup> Wicksell publica nos anos de 1901 e 1904 o primeiro e segundo volumes de sua principal obra, intitulada *Lectures on political economy*. A segunda edição deste livro, de 1911, foi a que se tornou canônica e mereceu tradução para o inglês em 1934. É importante mencionar que Wicksell foi um dos primeiros que compreendeu o pensamento dos economistas marginalistas e em sua obra, ele organiza sua teoria econômica a partir da ordenação dos escritos de Menger, Jevons e Walras. Em todo caso, salienta-se que não será aqui tomada como principal referência o trabalho de Wicksell. Isto pelo fato justamente de ser prioridade aqui o modo como o pensamento destes autores do final do século XIX se construiu, evitando assim expor esse todo já organizado e coerente que poderia comprometer justamente a indicação do caráter menos assertivo, errático e até contraditório que por vezes pode ser visto no modo como nascem as bases de um saber.

<sup>89</sup> “De acordo com a perspectiva moderna, o tema da economia política está se tornando cada vez mais a doutrina dos fenômenos econômicos, em suas inter-relações, vistas *como um todo*; isto é, na medida em que eles uniformemente afetam classes inteiras da comunidade, ou um povo inteiro, ou a totalidade de todos os povos (o que os alemães chamam de *Weltwirtschaft*).” (Tradução minha)

<sup>90</sup> Neste ponto é cabível um breve esclarecimento. Ao afirmar que os marginalistas não fundam a possibilidade de universalização de sua ciência em nenhum *a priori*, isto não significa que estes economistas não postulem a existência de atributos universalmente válidos para toda a espécie humana. De fato, eles o fazem. Especialmente Jevons chega a tratar seus postulados mais básicos como “princípios da natureza humana” (JEVONS, 1983.p.74). Ocorre que o que o economista inglês trata como universalmente válido é o comportamento utilitário. De fato, os três marginalistas aqui referidos concordam que a valoração de bens segundo o julgamento da utilidade dos mesmos é um comportamento humano universal. Talvez essa seja inclusive a distinção por exemplo entre Bentham e Jevons. Enquanto o primeiro postulava o utilitarismo como uma doutrina moral, Jevons, e por sua vez também Walras e Menger, o tratam como um preceito de validade universal, como a regra geral que descreve a ação dos homens. Dito de forma muito breve, o utilitarismo de Jeremy Bentham propõe um postulado moral de como os homens deveriam se comportar, enquanto no “momento marginalista” esta doutrina moral é apropriada como o modelo geral de descrição de como os homens se comportam. De todo modo, não é propriamente desta distinção entre o utilitarismo de Bentham e o dos marginalistas que se pretende tratar, mas antes indicar que esse axioma marginalista de universalização não resolve o impasse da validade da Ciência Econômica, vez que é justamente esse princípio, postulado como universal, que dá causa ao problema. Afirmar que o

processo de quantificação dos julgamentos de valor e tabulação destes dados, extraindo disto não um universal, mas uma tendência. É então com o intuito de observar de modo mais próximo este processo, que se passa doravante à análise mais detida da concepção de Menger, Jevons e Walras sobre as trocas e também o modo pelo qual se atribuem os preços a partir dos postulados gerais da utilidade marginal. Com isso será possível mostrar precisamente o caminho percorrido pelos marginalistas da fundação de um valor individual até a constituição de uma Ciência Econômica de validade universal, isso porque se o valor é uma multiplicidade de juízos individuais, o preço por sua vez é uno.

Para tanto, toma-se como ponto de partida o estudo sobre as condições para que a troca ocorra. É preciso salientar que os princípios da utilidade marginal que presidiram a teoria do valor são também válidos no atinente à motivação para as trocas. Neste sentido, Menger destaca que:

A operação de que falamos – a troca – ocorre [...] em todos os casos em que um indivíduo dispõe de bens dos quais porções têm valor menor que porções de outro bem de posse de uma segunda pessoa, ao passo que com essa segunda pessoa ocorre situação inversa. (MENGER, 1983, p.323)

Observe-se que a formulação é bastante simples. De modo ilustrativo pode-se imaginar os indivíduos I e II. O indivíduo I como possuidor de dez unidades do bem  $x$  e o indivíduo II sendo possuidor de dez unidades do bem  $y$ . Se para o indivíduo I, a décima unidade do bem  $x$  tiver um valor inferior à primeira unidade do bem  $y$  e simultaneamente para o indivíduo II a décima unidade do bem  $y$  apresentar um valor inferior à primeira unidade do bem  $x$ , tem-se aí as condições necessárias para que estes agentes realizem uma troca. Neste cenário, o indivíduo I passaria a possuir nove unidades do bem  $x$  e uma do bem  $y$  enquanto o indivíduo II possuiria uma unidade do bem  $x$  e nove do bem  $y$ .

Observe-se que mesmo tratando de um caso hipotético bastante simplificado onde dois indivíduos trocam apenas uma unidade de duas mercadorias entre si, a razão que preside essa troca é exatamente a mesma que se encontrava presente na teoria marginalista do valor. Menger inclusive o afirma explicitamente:

---

comportamento de julgar o valor dos bens consoante sua percepção individual de utilidade é uma característica geral válida para todos os homens, é justamente o que faz com que não se possa generalizar nenhum destes julgamentos, exatamente porque cada indivíduo pode ter sua própria apreciação de valor e não há um elemento que permita afirmar que os julgamentos valorativos  $x$  ou  $y$  sejam comum para todos os homens. Por isso, mesmo a afirmação do princípio de utilidade como integrantes de uma natureza comum a todos os homens não é suficiente para dotar essa ciência dos marginalistas de validade universal tendo em vista a pluralidade individual sem precedentes que esse postulado geral faz aparecer.

[...] o princípio que leva as pessoas à troca é simplesmente o que as conduz em toda atividade econômica, ou seja, o empenho em atender plenamente, se possível, às suas necessidades. (MENGER, 1983. p.324)

Neste ponto, é preciso conceder até um pouco mais de importância ao papel das trocas. Por mais que a ordem da exposição tanto em Menger quanto em Jevons tenha escolhido privilegiar a teoria do valor para expor seus princípios econômicos mais básicos, é a relação de troca que seria a fonte mais precisa destes princípios. O valor por si, só encontra sua manifestação para os marginalistas nas relações de troca. Assim, é o âmbito das trocas que oferece o objeto de referência primeiro para estes economistas. Jevons deixa isto claro ao afirmar taxativamente que: “Value, so far as it can be correctly used, merely expresses the circumstance of its exchanging in a certain ratio for some other substance”.<sup>91</sup> (JEVONS, 1910. po. 1789/1799). É neste sentido que não se deve estranhar ver aqui também, no estudo sobre as trocas, a operação da mesma racionalidade que permitiu a estes marginalistas postularem sua teoria do valor.

Ainda prosseguindo com a exposição sobre as trocas, uma vez visto o móvel que dá início ao ato de trocar, é pertinente mostrar também os limites que fazem com que os agentes interrompam a atividade de permuta das mercadorias. Para tanto pode-se recorrer exatamente ao exemplo de Menger (1983. p.326/328). Suponha-se os indivíduos A e B, sendo A possuidor de seis cavalos e uma vaca enquanto B de apenas um cavalo e seis vacas. Imagine-se também que a curva de utilidade destes dois indivíduos para cavalos e vacas seja a mesma, podendo atribuir uma utilidade de cinquenta para a primeira unidade de cavalos ou vacas em um decréscimo de dez para cada nova unidade até atingir a cifra de zero com a sexta unidade, significando que essa sexta unidade de cavalo ou de vaca para estes indivíduos não teriam qualquer serventia. Com essas informações Menger constroi a seguinte tabela (tabela 2):

---

<sup>91</sup> “A palavra valor, na medida em que é corretamente usada, expressa somente a circunstância de sua troca em certa proporção por alguma outra substância”. (JEVONS, 1983. p.66)

<b>Unidades Sucessivas</b>	<b>Indivíduo A</b>		<b>Indivíduo B</b>	
	<b>Cavalos</b>	<b>Vacas</b>	<b>Cavalos</b>	<b>Vacas</b>
<b>1ª Unidade</b>	50	50	50	50
<b>2ª Unidade</b>	40			40
<b>3ª Unidade</b>	30			30
<b>4ª Unidade</b>	20			20
<b>5ª Unidade</b>	10			10
<b>6ª Unidade</b>	0			0

Tabela 2

Neste contexto, supondo que os indivíduos estejam em situações onde a permuta seja factível, seria razoável admitir que tanto para A quanto para B seria vantajoso trocar a sexta unidade de cavalos de A pela sexta unidade de vacas de B. Para ambos essa troca representaria um ganho líquido de utilidade de quarenta. Para além dessa primeira troca, é igualmente razoável imaginar que estes indivíduos poderiam continuar a permuta ao menos até o ponto em que A possuísse quatro cavalos e três vacas e B três cavalos e quatro vacas. Neste instante o quadro de utilidade para estes indivíduos poderia ser representado da seguinte forma:

<b>Unidades Sucessivas</b>	<b>Indivíduo A</b>		<b>Indivíduo B</b>	
	<b>Cavalos</b>	<b>Vacas</b>	<b>Cavalos</b>	<b>Vacas</b>
<b>1ª Unidade</b>	50	50	50	50
<b>2ª Unidade</b>	40	40	40	40
<b>3ª Unidade</b>	30	30	30	30
<b>4ª Unidade</b>	20			20

Tabela 3

Observe-se que caso estes indivíduos prosseguissem com a troca, a permuta do quarto cavalo de A pela quarta vaca de B não acrescentaria a nenhum deles qualquer utilidade, de modo que esta troca muito provavelmente não ocorreria considerando que o ato de cambiar bens regularmente não ocorre sem a produção de custos o que viria a tornar desvantajosa uma operação deste tipo. Isto sem mencionar que as permutas são orientadas pelo desejo de melhor satisfazer necessidades dos agentes envolvidos, não havendo assim

muita razoabilidade em trocar bens sem que essa troca represente para qualquer dos indivíduos um acréscimo ainda que ínfimo de utilidade. É deste modo que Menger apresenta o limite das trocas. Nas palavras do austríaco:

Atinge-se esse limite quando uma das duas partes não possui nenhuma quantidade de bens que, para ela, tenha valor menor que o de uma quantidade de outro bem possuído pelo segundo indivíduo enquanto, em relação a este segundo indivíduo, a relação de valor é inversa. (MENGER, 1983. p.329).

Jevons, por sua vez, também explica as trocas como decorrentes dos princípios da utilidade marginal, mas diferente de apresentar a troca como um intercâmbio de unidades sucessivas, o inglês opta por pensá-la a partir da permuta de produtos num mercado onde os mesmos são trocados em porções fracionáveis e variáveis. Deste modo, a própria maneira pela qual ele define o limite das trocas faz referência à quantidade infinitesimal intercambiada. O inglês denomina esse momento onde a troca é interrompida por não mais ser vantajosa para ao menos um dos agentes envolvidos como “ponto de equilíbrio” da troca.

This point of equilibrium will be known by the criterion, that an infinitely small amount of commodity exchanged in addition, at the same rate, will bring neither gain nor loss of utility.<sup>92</sup> (JEVONS, 1910. po. 2032)

Observe-se que Jevons faz referência à quantidade infinitesimal trocada onde ainda haja aumento de utilidade para os envolvidos nesta troca. É este o limite para a continuação das permutas. A partir deste ponto, onde deixa de ser vantajoso prosseguir com o intercâmbio, atinge-se o “equilíbrio da troca”. Para além disso, observe-se que Jevons trata de trocas realizadas em uma proporção constante entre as mercadorias negociadas. Deste modo, a análise do economista trata de um contexto onde a troca de uma determinada mercadoria A por uma outra B, que se realize na proporção de dois de A por um de B, em um mesmo mercado é realizada nessa medida independentemente de tratar-se de uma quantidade vultuosa ou ínfima destas mercadorias.

A questão que se pode levantar é: o que implica a abordagem das quantidades infinitesimais de Jevons se comparadas às trocas por unidades que serve de modelo para Menger? Para responder essa questão é preciso primeiro destacar, brevemente, o que Jevons denomina de “lei da indiferença”, que é em parte o que permite ao inglês falar em troca de quantidades infinitesimais de mercadorias à uma taxa constante.

---

<sup>92</sup> “Este ponto de equilíbrio será conhecido pelo critério de que uma quantidade infinitamente pequena de um bem se troque a mais, pela mesma taxa, não trará nem perda nem ganho de utilidade.” (JEVONS, 1983. p.74)

A chamada “lei da indiferença” de Jevons se funda inicialmente em um primado bastante simples: de que não há razão para uma pessoa tratar coisas idênticas de modo diferente. O inglês faz referência precisa a uma mercadoria cuja variável é exclusivamente sua quantidade. O exemplo apresentado por Jevons é a venda de farinha, onde seria inviável comerciantes em um mesmo mercado apresentarem o alimento a preços distintos. Ante a homogeneidade do produto os compradores simplesmente adquiririam a porção que fosse ofertada pelo menor preço. Em síntese, a “lei da indiferença” reza que:

when two objects or commodities are subject to no important difference as regards the purpose in view, they will either of them be taken instead of the other with perfect indifference by a purchaser.<sup>93</sup> (JEVONS, 1910. po.1972)

Esta lei, no fundo, trata de um princípio decorrente da própria fungibilidade entre mercadorias. Justamente essa possibilidade de substituição indistinta entre mercadorias idênticas é que permite a Jevons postular de forma categórica que: “in the same open market, at any one moment, there cannot be two prices for the same kind of article.”<sup>94</sup> (JEVONS, 1910. Po. 1972). Observe-se que essa afirmação, além de sintetizar a lei da indiferença, contem, em si mesma, um elemento que aponta para o caráter dinâmico que Jevons enxerga na economia. A homogeneidade dos preços é postulada precisamente para um dado momento. Assim, se por um lado só se pode ter um único preço para uma dada mercadoria em um momento específico, nada impede que no instante seguinte este preço se modifique. Deste modo, o próprio equilíbrio das trocas é um equilíbrio dinâmico, variável a cada instante. Isto ocorre porque ao projetar os julgamentos de utilidade dos bens no tempo, as quantidades em estoque dos mesmos são alteradas instante a instante pelas trocas. Considerando ainda que justamente a quantidade disponível dos bens é componente constituinte dos julgamentos de valor que se faz sobre os mesmos, tem-se aí o dinamismo como incessante variação no ponto de equilíbrio das trocas.

É relevante ressaltar, aqui, que, por um momento, deu-se um salto e já aparece neste texto repetidamente a referência à ideia de preço. A constituição dos preços é algo que será tematizado ainda mais adiante neste capítulo, mas por hora pode-se tratar o preço como apenas uma razão de troca entre duas mercadorias. Trata-se de uma simplificação, mas para essa exposição das trocas, até aqui, é suficiente entender o preço como essa

---

<sup>93</sup> Quando dois objetos ou bens não apresentam nenhuma diferença importante com relação ao propósito em vista, qualquer um deles será levado em lugar do outro com perfeita indiferença pelo comprador. (JEVONS, 1983. p.72/73)

<sup>94</sup> No mesmo mercado livre, em qualquer momento, não podem existir dois preços para o mesmo tipo de artigo. (JEVONS, 1983. p.72)

razão ou proporção de troca. Nesse sentido, seria possível entender a lei de indiferença de Jevons como uma razão única para a troca de duas mercadorias entre si em um dado momento no mercado. O equilíbrio da troca se daria também ao analisar um intervalo de tempo preciso. Ou seja, ao passo que, em um dado período, as trocas de dois bens, em determinada proporção estável, são concluídas, chega-se ao equilíbrio daquelas trocas. Por outro lado, isso altera a composição dos estoques destes bens, o que pode significar um rearranjo nos julgamentos de valor dos mesmos, produzindo novas razões de trocas para estes bens no mercado e conseqüentemente novos ânimos de intercâmbio com novo equilíbrio de trocas a ser atingido. É por este dinamismo nas relações, que Jevons opta por tomar não toda a série infindável de trocas no mercado, mas sim recortar um momento dessa série, tratando, de modo estático, um fenômeno sabidamente dinâmico. Com esse recorte Jevons pode demarcar um ponto de equilíbrio para a troca de duas mercadorias como o instante em que as trocas entre ambas cessam. Ainda que se trate de uma interrupção precária das trocas, um equilíbrio que nunca pode ser tomado como definitivo, essa abordagem permite ao economista inglês mostrar o funcionamento das trocas no mercado e a partir da soma destes instantes representar matematicamente e desenhar graficamente o movimento dinâmico das trocas até o ponto de equilíbrio. Jevons usa nesse ponto uma analogia da física mecânica para explicitar sua opção metodológica. O inglês afirma que:

It is much more easy to determine the point at which a pendulum will come to rest than to calculate the velocity at which it will move when displaced from that point of rest. Just so, it is a far more easy task to lay down the conditions under which trade is completed and interchange ceases, than to attempt to ascertain at what rate trade will go on when equilibrium is not attained.<sup>95</sup> (JEVONS, 2015. p.1998)

Ao partir então deste recorte estático do fenômeno e tendo em mente a “lei da indiferença”, Jevons pode concluir que em um dado momento, onde pode haver apenas um preço para o mesmo bem homogêneo, as últimas quantidades infinitesimais trocadas desta mercadoria devem ser comercializadas na mesma proporção que as quantidades totais trocadas neste instante. Nas palavras do economista: "suppose that two commodities are bartered in the ratio of  $x$  for  $y$ ; then every  $m$ th part of  $x$  is given for the

---

<sup>95</sup> “É muito mais fácil determinar o ponto no qual um pêndulo atingirá o repouso do que calcular a velocidade com que ele se moverá quando deslocado desse ponto de repouso. Da mesma forma, é uma tarefa muito mais fácil afirmar sob que condições a troca se completa cessando o intercâmbio, do que tentar averiguar a que taxa o comércio prosseguirá quando não se alcança o equilíbrio.” (JEVONS, 1983. p.73).

*m*th part of *y*, and it does not matter for which of the *m*th parts."<sup>96</sup> (JEVONS, 2015. po.2007). Este raciocínio é expresso então pela seguinte equação matemática:  $\frac{dy}{dx} = \frac{y}{x}$ , onde a razão das quantidades totais trocadas deve ser igual à das quantidades ínfimas. Assim, fica indicado algebricamente a “lei da indiferença” ao retratar um momento estático recortado da série de trocas até o ponto de equilíbrio dessas permutas de *x* por *y*.

Jevons ainda define o ponto de equilíbrio onde as trocas cessam como sendo o momento em que uma quantidade infinitamente pequena de um bem que se troque a mais pela mesma taxa não traga nem ganho nem perda de utilidade. Graficamente o Inglês apresenta o ponto de equilíbrio entre as trocas de dois bens com a gráfico 2 (Cf. JEVONS, 2015. po.2046):

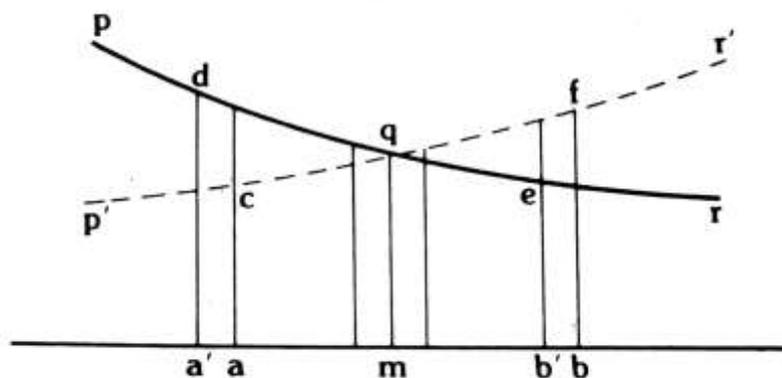


Gráfico 2: JEVONS. 2015. po.2046

Neste gráfico encontram-se representadas as curvas de utilidade de dois bens; sendo a curva *pqr* a curva de utilidade de um bem e *p'qr'* a curva de utilidade de um outro bem. A medida das quantidades neste gráfico encontra-se representada em sentidos opostos. Assim, a quantidade do bem representado pela curva *pqr* é crescente no sentido da linha de base *ab* enquanto a quantidade do bem indicado pela curva *p'qr'* é crescente no sentido *ba*. Assumindo ainda que as unidades destes bens são representadas por segmentos de linha de igual tamanho no gráfico, significa que o segmento *a'a* representa um aumento da quantidade do bem *pqr* e uma diminuição da quantidade do bem de *p'qr'*. Como resultado dessa troca, houve o ganho da utilidade *ad* e perda da utilidade *a'c*, tendo havido um ganho líquido de utilidade correspondente a figura *cd*. Observe-se que como a motivação da troca é exatamente esse ganho líquido de utilidade, o ponto *q* é

<sup>9696</sup> “Suponhamos que dois bens sejam negociados na relação de *x* por *y*, então toda a *m*-ésima parte de *x* é dada em troca da *m*-ésima parte de *y*, não importa qual seja a *m*-ésima parte.” (JEVONS, 1983. p.74).

precisamente a demarcação da interrupção das trocas. É, ali, que uma quantidade ínfima ainda trocada deixa de representar um ganho e passa a representar uma perda de utilidade. Deste modo, para estes bens representados, o ponto  $q$ , determinado pela intersecção das curvas  $pqr$  e  $p'qr'$ , é o ponto de equilíbrio da troca em proporção constante.

Com esta primeira exposição da troca em Menger e Jevons é possível perceber que, seja nas trocas de unidades sucessivas de Menger ou na análise de quantidades infinitesimais empreendida por Jevons, o móvel das trocas se mostra inalterado. Trata-se do ganho de utilidade. Neste sentido, é possível indicar que, *grosso modo*, Menger e Jevons entendem a troca da mesma maneira. O economista inglês ao tratar da troca efetuada a preço homogêneo, independentemente da quantidade intercambiada, está apenas isolando um dado instante de uma longa série de trocas que podem acontecer ao longo do tempo. Nesta série temporal o preço pode variar, mas não em um mesmo instante tomado. Menger, por sua vez, trata de trocas por unidades de modo sucessivo e a taxa constante. Ambos indicam o ponto em que as trocas cessam como aquele onde as permutas não mais trariam ganho de utilidade aos indivíduos envolvidos se mantida a mesma proporção de intercâmbio.

Com essa exposição a respeito da teoria das trocas simples em Menger e Jevons, pode-se ainda destacar que os marginalistas apresentam aqui uma primeira mediação realizada entre a atribuição de valor dos indivíduos. Se por um lado, a teoria do valor fundada na utilidade formula uma atribuição de valor como julgamento estritamente individual, as trocas estão na dependência de ao menos dois indivíduos. É preciso que haja um acordo para que se efetue a troca e esse acordo é motivado pelo ganho de utilidade das partes envolvidas. Dito de forma mais sucinta, é preciso que haja interesse das partes para que se realize a troca. É essa noção de interesse que permite pensar simultaneamente a troca e a utilidade, ou nas palavras de Foucault: “c’est l’intérêt qui est principe d’échange et l’intérêt qui est critère d’utilité”<sup>97</sup> (2004<sup>a</sup>. p.46). Assim, é o interesse convergente das partes que motiva o início das trocas e o ponto de equilíbrio destacado por Jevons indica o termo do interesse mútuo e a consequente interrupção das permutas.

Deste modo, a primeira mediação entre os julgamentos individuais de valor pode ser pensada a partir do interesse das partes em iniciar e interromper as permutas. Essa composição dos valores por si não é ainda suficiente para resolver o problema que fora inicialmente enunciado da validade universal da Ciência Econômica, mas ela já aponta

---

<sup>97</sup> “o interesse é que é o princípio da troca e o critério da utilidade”. (FOUCAULT, 2008. P.61)

para um primeiro exercício de delimitação do campo, que parecia infinito, aberto pela fundação individual do valor. A partir da apresentação das trocas simples, o fenômeno econômico é composto não apenas pelo apreço individual de valor sobre as coisas, mas, também pela composição dos julgamentos destes indivíduos que precisam conformar seus interesses aos dos demais agentes econômicos do mercado com o intuito de buscar melhor satisfação de suas necessidades. A infinita esfera de liberdade postulada pelos marginalistas que permite ao sujeito atribuir valor do modo que julgar adequado a todas as coisas sobre a terra encontra, aqui, sua primeira delimitação, os interesses dos demais indivíduos.

Para dar prosseguimento, é preciso, agora, mostrar como esses múltiplos interesses se compõe, se organizam e são governados no mercado. Para tanto é forçoso apresentar o modo como Menger, Jevons e Walras pensam a teoria do preço, vez que é justamente a unidade do preço que poderá ser vista como a síntese da composição dos múltiplos interesses dos indivíduos atinentes a determinado bem.

## **2.2 O preço: sùmula do universal.**

Como se pode intuir da análise apresentada sobre as trocas simples em Menger e Jevons, a teoria marginalista do valor não é capaz de, por si só, explicar o funcionamento do comércio de bens. Ou seja, por mais que o valor seja fundado no julgamento subjetivo do indivíduo, este ato isolado não é capaz de impor sua validade aos demais agentes envolvidos em atividade econômica. Por essa razão, para que possa ocorrer uma troca é necessário que haja a composição dos interesses de ao menos dois indivíduos. É desta composição que nasce tanto a troca em si quanto a proporção pela qual os bens em questão serão intercambiados. Essa proporção chama-se preço.

Para indicar então como se dá a interação entre os interesses dos indivíduos nas trocas, pode-se tomar primeiro a reflexão de Menger a respeito da formação dos preços em uma troca simples. O economista austríaco apresenta um exemplo onde dois indivíduos trocariam trigo por vinho (Cf. MENGER, 1983. p.333/334). O exemplo consiste no seguinte: para o indivíduo A possuidor de trigo, 100 medidas de seu trigo teriam o mesmo valor que 40 medidas de vinho. Isto significa que ele se dispõe à troca, desde que por 40 medidas de vinho ele precise abrir mão de uma quantidade inferior à 100 medidas de trigo. Já para o indivíduo B, possuidor de vinho, 40 medidas de sua bebida teriam o mesmo valor de 80 medidas de trigo. Para este segundo indivíduo, a troca seria

aceitável desde que por suas 40 medidas de vinho ele receba uma quantidade superior a 80 medidas de trigo. Deste quadro inicial, pode-se perceber que existe a possibilidade de composição para uma troca entre os indivíduos A e B, bem como que essa troca de trigo por vinho se dará em uma proporção de menos de 100 e mais de 80 unidades de trigo por 40 unidades de vinho.

O que Menger aponta com este exemplo é que os julgamentos individuais de valor funcionam como balizas de referência ou limites para se estabelecer o preço nas trocas. No exemplo particular referido, não se pode afirmar com precisão o preço, vez que seu estabelecimento definitivo vai depender de questões conjunturais ou particulares da negociação cujos termos podem variar a depender da quantidade de informação que cada negociante possua a respeito da condição econômica um do outro. Em todo caso, o que se pode afirmar é que as 40 medidas de vinho não serão trocadas por menos de 81 e nem por mais de 99 medidas de trigo.

Visto este exemplo, é preciso ressaltar que ele serve aqui apenas para mostrar de modo muito simplificado como funciona a composição dos interesses privados dos indivíduos na permuta de bens. Entretanto não se pode deixar de pontuar que estas trocas simples não refletem integralmente as relações de troca no mercado. Por mais que este exemplo inicial possa indicar um certo modelo de raciocínio elementar para o estabelecimento de preços, é imperioso mostrar alguns casos de maior complexidade para retratar de forma justa o pensamento de Menger. Mais do que isso, é preciso salientar que no mercado de modo mais amplo, o que fará com que as 40 medidas de vinho sejam trocadas por 81 ou por 99 medidas de trigo não será apenas a negociação livre destes indivíduos, mas sim a estrutura geral desse mercado, sua composição ampla é o que permitirá o manejo e a demarcação dos preços entre os limites dos julgamentos de valor. Mesmo os referidos limites apontados para o preço podem ser modificados ao expandir a análise para um contexto que vá além de uma troca simples entre dois indivíduos.

É neste sentido que para Menger, assim como para Jevons e Walras, o fator determinante para a formação dos preços é a estrutura do mercado. Será a composição do mercado que definirá o preço em última instância. Por isso tomar-se-á, aqui, então dois modelos de mercado para mostrar como o preço se constitui em cada um deles. Trata-se do monopólio e da concorrência.

Tomando a mesma ordem da exposição adotada por Menger<sup>98</sup>, inicia-se aqui pela exposição da formação dos preços em um contexto de monopólio. O exemplo usado pelo economista austríaco para ilustrar sua reflexão é a hipotética troca de cavalos por trigo em um contexto onde o possuidor dos cavalos é monopolista, ou seja, o único proprietário de todo o rebanho equino (Cf. MENGER, 1983. p.338/340). Já os possuidores de trigo seriam respectivamente os agricultores B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7 e B8. Nenhum deles possui cavalos e o primeiro que eventualmente viessem a possuir teria, respectivamente, o valor equivalente a: 80 medidas de trigo para B1, 70 medidas para B2, 60 medidas para B3, 50 medidas para B4, 40 medidas para B5, 30 medidas para B6, 20 medidas para B7 e finalmente para B8, o menor dos agricultores, o primeiro equino valeria apenas 10 medidas de seu trigo. Suponha-se ainda que para todos estes agricultores o acréscimo sucessivo de unidades de cavalos representaria um decréscimo de 10 unidades de trigo em seu valor. Pode-se organizar estes dados em uma tabela de modo a visualizá-los com mais clareza:

Agricultores	Unidades sucessivas de cavalos							
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
<b>B1</b>	80	70	60	50	40	30	20	10
<b>B2</b>	70	60	50	40	30	20	10	
<b>B3</b>	60	50	40	30	20	10		
<b>B4</b>	50	40	30	20	10			
<b>B5</b>	40	30	20	10				
<b>B6</b>	30	20	10					
<b>B7</b>	20	10						
<b>B8</b>	10							

Tabela 4

<sup>98</sup> O principal motivo que leva Menger a optar por iniciar sua análise pelo monopólio é por entender que há algo de natural e originário no comércio nessa estrutura de mercado. Nas palavras do austríaco: “O monopólio, entendido como estado de fato, e não como limitação social à livre concorrência, é, portanto, via de regra, o primeiro e mais antigo, e a concorrência só vem depois.” (1983. p.346). Assim, ele opta pela análise do monopólio e deriva dela posteriormente suas reflexões sobre a concorrência como se a ordem que julga ser a cronologia natural dos mercados tornasse mais fluida a exposição. Menger conclui este trecho nos seguintes termos: “eis porque, quando se quer analisar as peculiaridades do comércio de permuta em regime de concorrência, há vantagem em analisar o fenômeno do comércio monopolista” (1983. p.346).

Ante um mercado estruturado desta forma, para determinar o preço de uma unidade de cavalo é preciso saber quantos equinos serão ofertados. Como se trata de um monopólio da oferta, o monopolista pode simplesmente escolher quanto de sua mercadoria se encontrará ofertada no mercado. Na hipótese de o monopolista objetivar a venda de apenas um cavalo, ele poderá fixar o preço entre 70 e 79 medidas de trigo. Neste caso, todos os agricultores, exceto B1, estariam excluídos da concorrência. Para vender dois cavalos, o monopolista precisaria fixar um preço mais baixo, a ponto de não excluir B2 do mercado e fomentar o interesse de B1 em adquirir o segundo cavalo. Assim o preço precisaria oscilar entre 61 e 69 medidas de trigo por equino. Seguindo ainda o mesmo raciocínio, poder-se-ia supor que o monopolista não estaria disposto a vender seu estoque por um preço inferior à 45 medidas de trigo por cavalo. Ante essa limitação de preço mínimo, seria possível afirmar que o monopolista venderia no máximo 10 unidades de seu rebanho equino sendo quatro para B1, três para B2, duas para B3 e uma para B4, caso opte por ofertar seu produto ao menor preço para o qual ainda haja ganho de utilidade em seu favor.

Observe-se que a a fixação do preço é assim algo delicado, mesmo em um cenário de monopólio. A questão mais importante não é propriamente o número de indivíduos que são excluídos ou incluídos no mercado por um dado preço, mas sim a variação deste número de indivíduos ante uma variação ainda que pequena do preço. Neste exato sentido Jevons assevera:

Any change in the price of an article will be determined not with regard to the large numbers who might or might not buy it at other prices, but by the few who will or will not buy it according as a change is made close to the existing price.<sup>99</sup> (JEVONS, 2015. po.2251).

Considerando então que o definidor do preço é precisamente a variação de compradores ante o aumento ou diminuição do preço ofertado, retomando o exemplo fornecido por Menger, o que fará com que o monopolista ali ilustrado opte por colocar no mercado 1, 10 ou 20 unidades de seus equinos? A resposta a essa questão é bastante simples, será o ganho líquido de utilidade que orientará a escolha do proprietário de cavalos. Suponha-se que para o monopolista, cada um de seus equinos valha o equivalente à 44 medidas de trigo. Isso significa que o monopolista não colocaria seu produto à venda

---

<sup>99</sup> “Qualquer mudança no preço de um artigo será determinada não em relação ao grande número daqueles que podem comprá-lo ou não comprá-lo por outros preços, mas em relação aos poucos que comprarão ou não comprarão o artigo na medida em que ocorre uma variação próxima ao preço existente.” (JEVONS, 1983. p.81)

por valor inferior à 45 medidas de trigo por unidade de cavalo. Ocorre que ante a composição do mercado como fora desenhado no quadro ilustrativo (tabela 4), ofertar seus cavalos por 45 ou por 49 medidas de trigo implica vender o mesmo número de unidades, ou seja, 10 cavalos. Assim, nas condições de mercado indicadas, o preço mínimo de oferta do monopolista será 49 medidas de trigo por cavalo. Mas isto apenas indica o preço mínimo pelo qual um cavalo poderia ser vendido nestas condições. Para definir o preço efetivo é preciso estabelecer em que condições o monopolista poderia auferir o maior ganho de utilidade. Para tanto, observe-se a tabela seguinte (tabela 5):

	<b>Preço ofertado</b>	<b>Cavalos vendidos</b>	<b>Ganho líquido de utilidade por unidade</b>	<b>Ganho líquido total de utilidade</b>
<b>Situação 1</b>	49	10	5	50
<b>Situação 2</b>	59	6	15	90
<b>Situação 3</b>	69	3	25	75
<b>Situação 4</b>	79	1	35	35

Tabela 5

A tabela supra (tabela 5) foi então desenhada para ilustrar quatro situações onde o monopolista ofertaria seu produto a preços distintos, indicado ainda o ganho de utilidade que ele obteria por unidade e também o ganho de utilidade total em cada um dos cenários<sup>100</sup>. É preciso atentar para o fato de que o cenário mais benéfico economicamente para o monopolista não se encontra na situação 1, onde ele venderia o maior número de cavalos, nem na situação 4 onde o vendedor obteria o maior ganho de utilidade por unidade. De fato, o maior ganho efetivo total de utilidade se encontra na situação 2, onde o número de unidades de equinos vendida é grande o bastante para compensar a venda com ganho menor por unidade e esse ganho por unidade não é pequeno o suficiente para invalidar a escala da venda.

Desta breve análise do exemplo retirado de Menger, se pode perceber que a situação mais vantajosa para o monopolista não coincide com aquela de melhor abastecimento do mercado. De fato, o interesse do monopolista se coloca de encontro ao

<sup>100</sup> Conforme o exemplo que está sendo trabalhado, o preço ofertado, o ganho líquido de utilidade por unidade de cavalo e o ganho líquido total de utilidade estão sendo mensurados em medidas de trigo.

dos demais participantes como um todo. Para tanto, basta comparar a situação 2 da tabela 5 com uma situação onde o monopolista ofertaria sua mercadoria ao menor preço que ele estaria disposto a vender, chamemos essa condição de situação 5. Observe-se o retrato desta comparação nas tabelas seguintes (tabelas 6 e 7):

<b>Situação 2</b>	Ganho de utilidade			
	1° Cavalo	2° Cavalo	3° Cavalo	Total
B1	1	11	21	34
B2	1	11	-	12
B3	1	-	-	1
B4	-	-	-	-
Monopolista	45	30	15	90
Total do mercado	48	52	36	137

Tabela 6

<b>Situação 5</b>	Ganho de utilidade				
	1° Cavalo	2° Cavalo	3° Cavalo	4° Cavalo	Total
B1	5	15	25	35	80
B2	5	15	25	-	45
B3	1	15	-	-	20
B4	5	-	-	-	05
Monopolista	4	3	2	1	10
Total do mercado	20	48	52	36	160

Tabela 7

As tabelas supra desenhadas permitem então comparar o ganho total de utilidade que estaria presente no mercado na hipótese de as trocas serem efetuadas pelo preço que melhor atende ao interesse do monopolista (situação 2) bem como se fossem realizadas pelo menor preço pelo qual o monopolista ainda estaria disposto a vender seu produto (situação 5). Observe-se que ao atender o interesse do monopolista (situação 2) e não o melhor abastecimento do mercado (situação 5), a majoração do ganho do monopólio não

consegue mesmo ser equivalente à perda de ganho total de utilidade do mercado, perceptível com a comparação das duas situações. Neste sentido, se forem consideradas as quantidades totais de utilidade presentes no mercado, a presença de um monopolista produz um decréscimo dessa utilidade que supera o acréscimo de utilidade que ele concentra para si, sendo causa assim de uma ineficiência no mercado. É então esta ineficiência específica<sup>101</sup> que estará ausente em um mercado que funcione em perfeita concorrência.

Este é então o quadro geral que se pode construir do modo como se fixam os preços em um contexto de monopólio no mercado. Observe que os julgamentos individuais de valor se compõem em um todo que não se subsume a nenhum em particular. Mesmo em um cenário estrito de monopólio, o monopolista não possui meios de impor em absoluto seus julgamentos sem que sofra alguma restrição. Pelo exemplo apresentado, foi possível observar que para fixar o preço o monopolista perde a capacidade de fixar a quantidade efetivamente vendida do bem. Ao mesmo tempo, para fixar a quantidade que deseja ofertar do bem ele não consegue estabelecer monocraticamente o preço. Nas palavras de Menger:

Constatamos que o monopolista não é a única figura a exercer influência determinante e decisiva sobre todos os fenômenos econômicos ocorrentes. [...] a liberdade de jogo do monopolista não é irrestrita. Como vimos, o monopolista não pode fixar arbitrariamente os preços que entender. Além disso, ao fixar os preços, o monopolista não pode determinar as quantidades que conseguirá vender a estes preços. [...] O que dá ao monopolista posição excepcional na vida econômica é o seguinte: em cada caso concreto, ele pode determinar – sozinho e sem a interferência de outros – as quantidades do bem de monopólio que colocará a venda, ou, então, os preços – cabendo-lhe escolher livremente a alternativa que melhor atender a seus interesses econômicos. (1983. p.343).

Desta maneira, percebe-se que o próprio mercado opera de modo a fixar o preço sem que possa ser governado integralmente por qualquer dos *players* que nele atuam. Mesmo o exercício do poder de monopólio encontra-se em alguma medida submetido às operações do funcionamento de mercado. O governo dos preços não é assim conduzido por nenhum *homem*, estando todos aqueles que dele participam regidos por suas regras, ainda que em medidas distintas.

Depois desta exposição de uma estrutura de mercado monopolista, passa-se agora a tratar do segundo modelo que havia sido proposto para abordar a formação dos preços,

---

<sup>101</sup> Esta ineficiência é, em parte, o que a microeconomia contemporânea denomina de “peso morto”.

a concorrência. Para dizer de modo bastante resumido, em um mercado onde haja concorrência, a grande mudança em relação ao monopólio é a impossibilidade de um único agente determinar integralmente a oferta de bens. De maneira geral, a formação de preços se dá consoante o mesmo raciocínio já exposto.

Quer seja um monopolista, quer sejam vários concorrentes a oferecer à venda de determinada quantidade de uma mercadoria, e qualquer que seja a maneira pela qual essa quantidade se distribua entre os concorrentes que a oferecem, o efeito sobre a formação do preço e sobre a distribuição dos bens entre os pretendentes da mercadoria é sempre o mesmo. (MENGER, 1983. p.347)

Nesse sentido, o determinante efetivo do preço no mercado é a quantidade ofertada do bem frente à demanda por ele, independentemente de essa oferta se dar em regime de monopólio, oligopólio ou concorrência. A questão efetivamente distintiva entre os dois modelos de mercado aqui referidos é que a presença de mais de um ofertante tende a impedir que se coloque em funcionamento mecanismos de contenção intencional da oferta de bens.

[...] a primeira consequência de cada concorrência verdadeira na oferta é que nenhum dos dois concorrentes na oferta pode auferir proveito econômico destruindo, por exemplo, parte de sua mercadoria, subtraindo-a do mercado, ou, o que é a mesma coisa, deixando desativados os meios de produção de que dispõe para produzir sua mercadoria. (MENGER, 1983. p.349)

Para ilustrar como se formam os preços em uma conjuntura de concorrência na oferta, é oportuno retomar o exemplo utilizado para explicar este fenômeno em um contexto de monopólio. Tome-se como ponto de partida os julgamentos de valor dos oito agricultores ordenados na tabela 4. Agora imagine-se que no lugar de um monopolista ofertante de cavalos, hajam dois pecuaristas que concorrem nessa oferta, o pecuarista A1 e o pecuarista A2. Suponha que A1 coloque no mercado 11 cavalos enquanto A2 oferta neste mesmo mercado 10 cavalos. Isso significa uma oferta total de 21 equinos. No contexto descrito pela tabela 4 pode-se inferir que a distribuição dos cavalos entre os agricultores demandantes se daria da seguinte maneira:

<b>Agricultores</b>	<b>Cavalos adquiridos</b>
B1	6
B2	5
B3	4
B4	3
B5	2
B6	1

Tabela 8

Para além dessa distribuição dos cavalos entre os agricultores é importante atentar para o preço pelo qual são comercializados. Ao observar novamente a tabela 4 percebe-se que para efetuar a venda dos 21 cavalos, esse mercado estipulará um preço menor do que 30 e maior do que 20 medidas de trigo. No mais, ante a presença dos dois concorrentes nenhum deles consegue sozinho determinar a oferta de bens nem fixar o preço.

Com este exemplo retirado de Menger (1983. p.347), pode-se compreender como se formam os preços em um mercado onde haja concorrência. Em todo caso, é preciso destacar que Menger não trata propriamente de um modelo de concorrência perfeita<sup>102</sup>. O exemplo escolhido pelo austríaco e que foi aqui tomado, tecnicamente poderiam ser classificados como oligopólio ou concorrência imperfeita ou mesmo mercado incompleto. Isto porque o exemplo de concorrência mencionado trata de uma situação onde cada um dos vendedores ainda responde por parcela muito significativa da oferta de bens, enquanto que em uma concorrência perfeita é preciso que as decisões individuais de um único ofertante ou comprador não tenha relevância para o mercado como um todo. Para além disso, no exemplo referido persiste uma parcela não desprezível de demanda não atendida, e não se dispõem de dados para compreender se isso advém de uma ineficiência do mercado ou se é proveniente apenas do fato de uma parcela elevada dos consumidores não dispor de capacidade de consumo superior aos custos de produção do bem ofertado. De toda maneira, levantar estes problemas significaria incorrer em anacronismo, consistiria em colocar para Menger problemas e utilizar conceitos característicos da Ciência Econômica que sucedeu esse “momento marginalista”. Assim

---

<sup>102</sup> É oportuno pontuar que enquanto Menger se detém mais detalhadamente na explicação de um mercado de monopólio e em modelos de concorrência imperfeita, Jevons e Walras tratam exclusivamente da concorrência perfeita como um caso ideal do qual se podem derivar os demais.

sendo, o que é válido reter da exposição de Menger é que ela serve para indicar o raciocínio geral de como os preços são estabelecidos em um modelo de concorrência. Mesmo que o economista se utilize de um exemplo muito pequeno, de trocas muito singelas para ilustrar seu raciocínio, esta mesma razão preside também os casos de trocas em escalas mais abrangentes. Por esse motivo, pode-se agora reconstruir aqui um exemplo de concorrência comum à Jevons e Walras que além de tratar da formação de preços em um mercado de grande amplitude e vasta participação de *players*, pode ser considerado como exemplificativo mais próximo de uma concorrência perfeita.

O exemplo tomado aqui é o mercado de títulos da dívida pública<sup>103</sup> (Cf. WALRAS, 1874, p.49/51). Trata-se do comércio secundário dos títulos públicos da renda francesa pré-fixada em três por cento. Walras inicia então seu exemplo postulando uma situação onde estes títulos estariam sendo comercializados pelo preço de 60 francos. A este preço então todos os agentes com ordem de vender a 60 francos ou menos oferecem uma quantia determinada de títulos no mercado. A essa oferta pode-se denominar oferta efetiva (*offre effective*). Ao mesmo tempo, todos aqueles com ordem de comprar por 60 francos ou mais demandam certa quantidade do título. Essa demanda é denominada por Walras de demanda efetiva (*demande effective*). A partir desta conjuntura, o economista francês postula três cenários de desdobramentos possíveis.

O primeiro cenário consistiria naquele onde a oferta e a demanda pelos títulos à 60 francos se encontram. Cada agente vendedor encontra um par comprador. O preço é mantido e atinge-se o *equilíbrio do mercado*<sup>104</sup>. A segunda possibilidade é que parte dos compradores não encontra mais títulos para adquirir à 60 francos. Isto faz com que se aumente o lance para compra dos títulos. Desta elevação do preço para 60 francos e 5 centimos desdobram-se dois efeitos: compradores à 60 francos que não mais adquiririam títulos à 60 francos e 5 centimos retiram-se do mercado; e vendedores à 60 francos e 5 centimos que não eram vendedores à 60 francos passam a ofertar títulos. Na hipótese de, a esse novo preço, haver o encontro da demanda efetiva com a oferta efetiva, a elevação do preço se estabiliza neste novo patamar de equilíbrio, do contrário novo acréscimo pode ter lugar. A terceira possibilitada aventada por Walras é a hipótese de os vendedores dos

---

<sup>103</sup> Walras toma o exemplo do comércio dos títulos de *Rente française 3%* na bolsa de Paris e Jevons o dos títulos da *Consolidated Three Per Cent Annuities* da bolsa de Londres. Tratam-se de títulos públicos de remuneração pré-fixada, um investimento de renda fixa. A princípio, esses títulos são ofertados diretamente pelo Estado, que age como monopolista em sua oferta. Em todo caso, os exemplos tomados pelos dois economistas versam sobre o mercado secundário destes títulos em bolsa, o que permite tratar a comercialização dos mesmos, hipoteticamente, como casos de concorrência perfeita.

<sup>104</sup> A temática do *equilíbrio do mercado* será explorada mais detalhadamente no capítulo III.

títulos à 60 francos não encontrarem compradores suficientes a este preço. Neste caso, poderia haver um decréscimo do preço para 59 francos e 95 cêntimos, provocando, assim, a retirada de parte dos ofertantes à 60 francos e ensejando o aparecimento de novos compradores que não o eram pelo preço anterior.

Neste exemplo de Walras se está diante também de uma hipótese com diversas simplificações para que se possa ilustrar a teoria. O caso concreto em si demandaria outras problematizações, a começar pelo fato de haver uma oferta e demanda pública deste tipo de título que impacta consideravelmente esse mercado, além de todo o debate sobre a moeda que já aparece aqui mediando as trocas.

Pour donner une première idée du phénomène de l'échange e du mécanisme de la concurrence, j'ai pris pour exemple les ventes et achats de titrer que se font à la Bourse des fonds publics contre or et argent. Mais l'intervention de la monnaie dans les échanges est un fait particulier dont l'étude aura lieu plus tard et ne doit pas être mêlée, dès le début, à celle du fait général de la valeur d'échange.<sup>105</sup> (WALRAS, 1874. p.52)

A questão é que ao tratar exclusivamente do mercado secundário destes títulos e isolar esse cenário mostrando seu movimento ordenado exclusivamente pela oferta e demanda dos mesmos, Walras pode tratar este exemplo hipoteticamente como uma concorrência perfeita. É tomando então um exemplo de concorrência para mostrar os movimentos de oscilação dos preços que permite ao economista francês postular que o valor de troca “laissée à ele-même se produit naturellement sur le marché sous l'empire de la concurrence”<sup>106</sup> (WALRAS, 1974. p.48), evidenciando o modo de formação do preço entre a oferta e a demanda dos bens sob a regência da concorrência.

---

<sup>105</sup> A edição brasileira desta obra de Walras toma como referência uma edição posterior do texto da primeira edição francesa e traz uma pequena modificação neste trecho acrescentando também a peculiaridades dos títulos públicos como ressalva ao exemplo dado pelo economista. Veja-se a tradução brasileira: “Para dar uma primeira ideia do fenômeno da troca e do mecanismo da concorrência, tomei como exemplo as vendas e compras de títulos feitas na Bolsa de Fundos Públicos, por meio do ouro e prata. Mas esses títulos são uma mercadoria de uma espécie toda particular e a intervenção da moeda nas trocas é também um fato particular, cujo estudo será feito mais tarde e que não deve se misturar, desde o início, ao fato geral do valor de troca.” (WALRAS, 1983. p.36). É preciso mencionar que a reflexão dos marginalistas sobre a moeda não será objeto deste estudo. Nas três obras dos marginalistas que se toma aqui como referência Walras é o que se dedica mais ao tema da moeda. Jevons não trata diretamente do debate monetário e Menger separa apenas seu último magro capítulo para a questão, sem apresentar a moeda para além de uma mercadoria de grande liquidez. Considerando que para as questões objeto desta dissertação o debate monetário não é imprescindível, optou-se por não abordar a exposição desta temática no “momento marginalista”.

<sup>106</sup> “[...] produz-se naturalmente no mercado, sob o império da concorrência.” (WALRAS, 1983. p.34)

### 2.3 O governo do valor

A partir então destes dois modelos de mercado que foram aqui tomados, o monopólio e a concorrência, o que se percebe é que o preço não se funda na homogeneização dos julgamentos individuais de valor. Não se trata, nem de impor um julgamento de valor a todos os indivíduos, nem de estabelecer critérios absolutos para que os agentes envolvidos em atividade econômica avaliem os bens da mesma forma. Ao contrário disso, parte-se da liberdade fundante individual plena para que os indivíduos possam valorar os bens do modo que julgarem conveniente. Ocorre que no encontro de todos estes julgamentos no mercado, os interesses individuais vão fazer destes agentes, tanto ofertantes quanto demandantes de bens. Neste momento, entre a oferta e a demanda formam-se os preços. Estes vão oscilar conforme varia a relação entre oferta efetiva e demanda efetiva dos bens. Em um cenário de concorrência perfeita, os julgamentos particulares de valor não serão capazes de isoladamente impactar o mercado como um todo. Assim, um demandante para quem o bem ofertado tenha um valor inferior ao preço que é por ele pedido no mercado estará excluído da troca ou, se possuir algum estoque do bem em questão, pode passar a ser ofertante do mesmo. Se o preço se produz entre a relação de oferta e demanda, ele igualmente impacta nessa relação, de modo que a determinação funciona nos dois sentidos da equação<sup>107</sup>. Desta maneira, a ordenação dos interesses individuais no mercado não faz aparecer um valor universal, mas sim um preço único<sup>108</sup> que é a síntese dos interesses individuais, a generalização de um processo de composição dos interesses que encontra, no preço, a validade geral para viabilizar as trocas em um momento dado.

Em todo caso, é preciso também ressaltar que o caráter generalizante do preço tem a capacidade de conduzir os julgamentos individuais de valor. Um indivíduo que não tenha, a princípio, apreço por um bem específico de sua propriedade, pode passar a valorizá-lo se houver uma demanda por ele no mercado, assim como, um julgamento elevado de valor sobre um bem que não apresenta demanda pelos demais agentes envolvidos em atividade econômica, pode decrescer em intensidade. Neste sentido, essa composição dos interesses no mercado não pode ser vista como uma simples somatória,

---

<sup>107</sup> Walras e também Jevons se dedicam longamente a exposição algébrica de suas teorias. Não foram aqui reconstruídas as demonstrações matemáticas e as equações para formação dos preços apenas porque para indicar o funcionamento do processo a descrição e os exemplos são suficientes.

<sup>108</sup> Um preço único para um mesmo bem homogêneo.

mas, sim, como um processo de formação dos preços que é ao mesmo tempo determinado pelos julgamentos individuais de valor e determinante deles. Isto em si não é novidade. Quando foi tratado no capítulo precedente sobre os aspectos objetivos e subjetivos do valor, já, havia, ali, a explicitação de que a atribuição de valor é um juízo individual (aspecto subjetivo), mas que varia conforme a quantidade disponível dos bens (aspecto objetivo). (Cf. MENGUER, 1983. p.284). A partir do momento que se trata da formação dos preços no mercado, não é de causar surpresa que uma elevada demanda por um dado bem possa conduzir o julgamento de valor a seu respeito. A demanda superior à oferta de um bem econômico nada mais é do que a manifestação da escassez do bem. Assim como um preço elevado pode ser apenas o produto de uma demanda intensa frente à oferta. Neste sentido, se pode constatar o caráter determinado e determinante do preço em relação ao valor subjetivo dos bens.

Este processo de composição faz então com que a multiplicidades dos julgamentos individuais de valores possam produzir um único preço para um dado bem, cuja validade é geral, ainda que não contemple nas trocas a totalidade do universo de valores individuais existentes. Ao se estabelecer um preço e com isso estipular a oferta e a demanda para aquele dado preço, diversos agentes podem ser excluídos da troca naquelas condições, são como pontos em um gráfico que ficam fora da curva traçada. Ainda assim isso não invalida o preço, nem a composição da oferta e demanda ou mesmo o processo pelo qual se pode chegar a essa síntese. Para além disso, o próprio funcionamento do mercado, independentemente da maneira como ele se estruture, produz como efeito a atenuação da multiplicidade diversa de valores individuais. Em um cenário de concorrência perfeita, um único valor individual será sempre irrelevante perante o todo da oferta e demanda, assim não há possibilidade do arbítrio do preço por essa vontade individual isolada. Ela participa da composição do todo, mas não necessariamente se vê contemplada por sua síntese. O indivíduo é uma gota d'água incapaz de alterar o curso do rio. Mesmo ao tomar o caso de monopólio, o agente monopolista ainda encontra limitações, não dispendo de meios para impor aos demais os seus juízos particulares de valor. A capacidade do monopolista de interferir diretamente na oferta e conseqüentemente demanda do bem o vincula a um preço específico, de modo que mesmo o poder de monopólio encontra limitações ante os demais participantes das trocas. É neste sentido, que ante a unidade do preço a individualidade de um único valor subjetivo perde sua relevância, sendo diluída em um governo do todo que tem no preço sua referência generalizadora.

De modo mais direto, o que se pode ver efetivamente no processo de formação dos preços é uma maneira de governo dos julgamentos individuais de valor. Trata-se de conduzir esta pluralidade de valores, organizá-la em uma composição geral. O preço funciona, então, como uma aproximação entre os valores individuais diversos, ou como uma sùmula do universal em uma ciência que já nasce voltada ao governo do múltiplo sem demandar a conformação das diferenças em uma unidade idêntica. É deste modo que essa Ciência Econômica emergente no “momento marginalista” pode buscar sua validade universal, não pelo postulado de uma unidade comum a todos os homens que produz e imbuí os bens de um valor com estatuto ontológico, mas, por um modo de quantificar, ordenar e compor a multiplicidade de interesses. Desaparece a pretensão de constatação do universal na realidade com estatuto ontológico, para emergir a capacidade de governar a multiplicidade pela composição do geral. É neste sentido, que se pode, aqui, compreender a constituição da cientificidade deste saber emergente no “momento marginalista”. O processo de formação dos preços evidencia o caráter diretivo e não apenas descritivo presente nesta ciência.

A constituição do preço também denota uma relação com o tempo distinta daquela percebida na Economia Política de Ricardo e Marx. A inversão no eixo temporal referida no capítulo anterior<sup>109</sup> pode ser percebida, aqui, pela irrelevância do histórico de preços para o processo de formação dos preços. É deste modo que durante toda a reconstrução aqui apresentada da maneira como Menger, Jevons e Walras enunciam as trocas e o estabelecimento do preço, em nenhum momento foi feita menção à análise dos preços pgressos dos bens para estipular a proporção pela qual os mesmos deverão ser trocados. Esse silêncio nada mais denota do que a prescindibilidade dos termos em que se deram as trocas pretéritas para se definirem os preços das trocas futuras.

Isso não quer dizer que não se produza qualquer histórico de preços. A Economia faz uso deste instrumental, mas, normalmente apenas para avaliar a eficiência das transações, ou mesmo para analisar a viabilidade dos negócios que envolveram o bem comercializado. Para além disso, o preço pretérito de um bem pode servir de parâmetro para a oferta, mas, isso apenas em um primeiro momento. É preciso reconhecer que nem sempre o mercado como um todo é absolutamente transparente. Nos exemplos que foram destacados dos três marginalistas, sempre se partiu de uma visão externa do mercado. Os processos foram avaliados a partir deste olhar distante que tinha perfeito conhecimento

---

<sup>109</sup> Conforme item 1.3 do capítulo I.

da oferta, da demanda, de como os indivíduos valoravam cada quantidade do bem no mercado. Ocorre que nem sempre é possível dispor de todo esse conjunto de informações em uma situação comercial. Assim, é possível se usar o preço pretérito de um bem para iniciar sua oferta no mercado e, a partir deste ponto, o jogo da demanda e oferta passam a operar para reduzir ou aumentar este preço ao longo do tempo. Via de regra, sempre que um novo ofertante entre em um mercado, ele parte justamente do preço de mercado praticado. Deste modo ele toma como referência uma condição anterior à sua presença para entrar no mercado. É só então, depois de seu ingresso, que a oferta e a demanda podem se adequar à nova presença e o preço poderá ser alterado para satisfazer à nova conjuntura. Mas, em um primeiro momento, o agente ingressante se utiliza, como parâmetro, os preços praticados até então para fazer sua oferta.

De toda maneira, este caso não invalida, ao contrário, apenas reafirma, que a formação dos preços não é determinada pelo histórico das trocas. É neste sentido que, da mesma forma que o valor é produzido na dimensão privilegiada do presente<sup>110</sup>, o preço também o é. Da mesma maneira que os julgamentos de valor podem ser afetados pela expectativa, também o preço é permeável ao que se espera do futuro. Uma demanda pretérita por um bem a um determinado preço não assegura sua perpetuação no momento seguinte. Será sempre a demanda efetiva presente assim como a oferta efetiva presente que operam para a determinação do preço. Por outro lado, uma expectativa em demanda futura, ou a especulação acerca de uma queda ou aumento da oferta futura podem impactar os preços no presente. É neste sentido que a experiência do tempo para essa Ciência Econômica nascente no “momento marginalista” se orienta em direção ao futuro. Os preços se formam ante as condições do presente, mas estão sujeitos à normatividade das expectativas no futuro.

Neste contexto, o governo dos preços obedece a uma temporalidade orientada sempre para o futuro. Trata-se de uma constituição do presente com base em circunstâncias atuais e nas expectativas futuras sobre essas circunstâncias. Se o modo como se produziam os julgamentos individuais de valor já tinham tornado perceptível essa inversão no eixo temporal, agora, inclusive a forma de ordenação dessa pluralidade de valores individuais formula sua norma excluindo a história de sua constituição e se orientando pela conjuntura do presente e pelo conjunto de expectativas a seu respeito. Se na Economia Política que precedia o “momento marginalista” via-se por meio da teoria

---

<sup>110</sup> Conforme o item 1.3 do capítulo I.

do valor-trabalho, a constituição de uma realidade com estatuto ontológico aparecendo como produto concreto do processo histórico, na Ciência Econômica, emergente na década de 1870, a formulação do valor enquanto um julgamento subjetivo individual, bem como o governo da multiplicidade destes julgamentos valorativos com sua síntese no preço, constituem uma ciência para a qual seus objetos se mostram em uma única cena, no presente e podem ser constantemente modificados pela normatividade extraída das expectativas no futuro.

É neste sentido que se pode perceber também na constituição dos preços, o desaparecimento da história como constituinte do presente no “momento marginalista”. A Ciência Econômica nestas décadas finais do século XIX pôde postular como ponto de partida uma liberdade do sujeito capaz de individualmente valorar todos os bens econômicos. Com isso, esse saber fundou sua cientificidade no processo de governo desta liberdade para produção de um preço com validade geral. Preço este constituído pela conjuntura presente do mercado assim como pela expectativa do futuro.

Por fim, para compor o quadro que se está aqui desenhado de uma transformação epistêmica anunciada no “momento marginalista”, é oportuno ainda salientar o lugar do *homem* neste processo que governa o valor pela constituição do preço. De modo muito direto, o que se pode afirmar é que, no processo da constituição dos preços, o *homem* aparece como objeto de governo. A vasta liberdade, concedida pelo pensamento dos marginalistas ao indivíduo para valorar os bens econômicos, é precisamente o que o processo de estabelecimento dos preços governa. Já havia sido mostrado, no final do capítulo anterior, os traços deste *homem* que aparece como uma carência fundamental a ser satisfeita pelos bens por ele valorados. Agora, este próprio ato de valorar postulado como liberdade fundamental, deverá ser ordenado, quantificado e conduzido para sintetização em um preço.

Para além disso, os dois modelos aqui destacados, a concorrência e o monopólio, evidenciam que o *homem* não tem parte neste governo. A concorrência perfeita precisa exatamente que nenhum indivíduo possa sozinho interferir nas condições gerais do mercado, bem como a composição geral da oferta e da demanda terminam por conseguir, inclusive, conduzir os julgamentos particulares de valor, tornando evidente que o sujeito que exerce governo, aqui, não é nenhum dos indivíduos participantes do mercado e nem a mera somatória de seus interesses vez que a síntese final no preço não é apenas determinada, mas também determinante dos julgamentos de valor. Mesmo em um contexto de monopólio, o poder do monopolista não se mostra capaz de impor seu

interesse em absoluto, sendo, ainda, obrigado a fazer suas escolhas conforme as regras de ordenação e de constituição dos preços no mercado. Esse governo que se está, aqui, vendo operar, não está disposto a dividir seu lugar de exercício com nenhum *homem*. Inclusive é válido destacar que no contexto de monopólio, onde um único agente tem alguma capacidade de interferir no todo do mercado, o produto desta interferência é precisamente a perda de eficiência face aos ganhos de utilidade que seriam percebidos em concorrência.

Em última instância, é o próprio mercado que produz o preço e governa o valor. No “momento marginalista”, o mercado desponta como uma entidade que é ao mesmo tempo um lugar onde se entrecruzam os múltiplos interesses particulares e o conjunto de regras que presidem o seu governo.

A *epistême* que se anuncia neste “momento marginalista” indica, a partir deste recorte do pensamento econômico, uma ciência que já não se funda no postulado de um universal, mas na capacidade de governo ordenado da multiplicidade de particulares. A experiência do tempo não mais faz da história o constitutivo de uma realidade presente com estatuto ontológico, mas aponta para um mundo produto da conjuntura presente e das expectativas futuras. Por fim, o *homem*, centro da *epistême moderna*, retira da necessidade de ordenar sua multiplicidade diversa, as peças fundadoras para constituição de um mercado como mecanismo de governo, sobre o qual nenhum *homem* deverá mais interferir.

### **Capítulo III: O Mercado no “momento marginalista”**

No capítulo anterior foi tematizada a maneira como os autores marginalistas abordaram a questão das trocas simples e a formação dos preços no mercado. Com a apresentação destes dois temas foi possível destacar como a Ciência Econômica no “momento marginalista” pôde conceber uma teoria que faz do estabelecimento do preço um mecanismo de governo sobre o valor. A partir do modo como os julgamentos de utilidade individuais se compõem no mercado, pôde-se compreender as trocas como o momento de conformação dos interesses dos agentes, produzindo um preço único em um dado instante. Preço esse, simultaneamente, constituído e constituinte dos julgamentos individuais de valor.

Como foi visto também, a determinação do preço em grande medida depende da estrutura do mercado. Por essa razão tomou-se, como exemplo, um mercado com a presença de um monopolista e, posteriormente, um modelo de mercado concorrencial. Neste ponto em particular, a exposição ainda se mostrou carente de um elemento fundamental que é o que se pretende tematizar neste capítulo final de desenvolvimento. Apresentou-se, com certo detalhamento, o processo de formação dos preços em mercados estruturados de modo diverso. Chegou-se mesmo a indicar, na conclusão do capítulo II, como o mercado nesse “momento marginalista” se constitui como um mecanismo de onde emana o preço como governo do valor. No entanto, o capítulo precedente deixou de tratar diretamente do conceito de mercado para os economistas marginalistas. Mostrou-se a maneira de composição das relações que permeiam e se constituem no mercado, sem abordar diretamente as definições desse lugar de ordem e governo.

Por essa razão, este capítulo final de desenvolvimento se dedicará à apresentação da concepção de mercado que permeia o pensamento econômico no final do século XIX. Pretende-se iniciar com a análise da forma como Menger, Jevons e Walras compreendem o mercado. Além disso, será, aqui, retomada a ideia de equilíbrio das trocas, já tratada no capítulo II, para indicar como Walras pôde teorizar sobre o equilíbrio geral do mercado e formular sua lei, que ficou conhecida na posteridade como “Lei de Walras”. Por fim, será possível mostrar como, em Walras, aparece a tese que anuncia o equilíbrio como uma tendência geral do mercado.

Por meio da apresentação destes últimos temas selecionados dos textos dos três marginalistas, poder-se-á concluir o desenvolvimento deste trabalho indicando o papel

central que o mercado tem na transformação epistêmica que é objeto e fio condutor de todo este estudo.

### 3.1 O mecanismo de formação de verdade.

Os três autores marginalistas tomados aqui como referência não dedicaram um espaço privilegiado de sua obra para tratar ou definir, de forma específica, o mercado. Ainda assim, isso não impede que toda construção destes economistas sobre as trocas e a composição dos preços tenha, no mercado, a grande referência mediadora e ordenadora dos interesses individuais diversos. De todo modo, para dar início à reflexão, é válido partir das poucas referências diretas à definição de mercado que estes economistas marginalistas apresentam em suas obras. Dos três economistas tomados neste estudo, Jevons é o único que dedica um subitem inteiro de um dos capítulos do *The Theory of Political Economy* para elaborar uma definição, ainda que breve, de mercado.

Jevons inicia sua definição se distanciando da ideia de que o mercado seria uma circunscrição geográfica destinada ao comércio. O economista não utiliza o termo mercado para se referir a um espaço público específico nas cidades para onde se dirigem comerciantes e consumidores. O ponto crucial aqui é que, para Jevons, o mercado não tem vinculação necessária com uma localidade. Nas palavras do inglês:

The traders may be spread over a whole town, or region, of country, and yet make a market, if they are, by means of fairs, meetings, published price lists, the post office, or otherwise, in close communication with each other. Thus, the common expression Money Market denotes no locality: it is applied to the aggregate of those bankers, capitalists, and other traders who lend or borrow money, and who constantly exchange information concerning the course of business.<sup>111</sup> (JEVONS, 2015. po.1901/1908)

Deste modo o termo mercado não está adstrito à ideia de uma feira livre ou mercado municipal, sua amplitude engloba estes casos em uma definição mais vasta. Jevons afirma que um mercado é, fundamentalmente, a situação em que duas ou mais pessoas negociam dois ou mais bens com conhecimento público da mutua intensão de troca, do preço e do estoque destes bens.

---

<sup>111</sup> “Os comerciantes podem estar espalhados por toda cidade, região ou país, e mesmo assim constituírem um mercado, se estiverem em contato próximo entre si, por meio de feiras, reuniões, publicações de listas de preços, pelo correio ou por outras formas. Assim, a expressão comum Mercado Financeiro não se refere a nenhuma localidade: ela se aplica ao conjunto dos banqueiros, capitalistas e outros negociantes que emprestam ou tomam emprestado dinheiro e trocam constantemente informações sobre o rumo dos negócios.” (JEVONS, 1983. p.70)

By a market I shall mean two or more persons dealing in two or more commodities, whose stocks of those commodities and intentions of exchanging are known to all. It is also essential that the ratio of exchange between any two persons should be known to all the others.<sup>112</sup> (JEVONS, 2015. po.1908)

Observe-se que Jevons inclui, em sua definição, a necessidade de publicidade. Este requisito, em última instância, trata-se de uma descrição ideal de mercado, já que, nem sempre, é possível dispor, com precisão, de todos os dados sobre os estoques dos ofertantes nas situações comerciais cotidianas. Ainda assim, o inglês advoga em favor dessa transparência a ponto de colocar a publicidade como característica de um “mercado teoricamente perfeito”.

A market, then, is theoretically perfect only when all traders have perfect knowledge of the conditions of supply and demand, and the consequent ratio of exchange; and in such a market, as we shall now see, there can only be one ratio of exchange of one uniform commodity at any moment.<sup>113</sup> (JEVONS, 2015. po.1922)

Neste sentido, um mercado para Jevons é a mediação fundamental em um ato de troca, o conjunto de regras que presidem e viabilizam as trocas. A publicidade deste ato e de suas circunstâncias dizem respeito ao seu modelo teórico ideal de mercado. De forma mais direta, toda transação entre dois ou mais indivíduos constitui ou faz parte de um mercado de bens, ainda que se trate de uma situação muito particular ou privada. O modelo teórico ideal de mercado prevê a transparência absoluta das transações, mas não se pode excluir as situações de menor publicidade como se não fizessem parte do mercado. Assim sendo, quanto maior o grau de informação disponível para os agentes no mercado, mais se está próximo de um modelo perfeito de mercado, reconhecendo sempre que, via de regra, os mercados guardam algum nível de opacidade.

Para além disso, não se deve confundir o mercado com o ato de permuta em si. A troca em si se dá baseada nos interesses das partes, e são estes interesses que se expressam de uma determinada forma e são mediados e sintetizados em um preço. Esta forma de expressão dos interesses e sua mediação é que constituem o fundamento daquilo que é o mercado, um mecanismo de governo da multiplicidade de valores individuais.

---

<sup>112</sup> “Por mercado quero dizer duas ou mais pessoas que negociam dois ou mais bens, e cujas intenções de troca e estoque desses bens são do conhecimento de todos. Também é essencial que a relação de troca entre duas pessoas quaisquer seja conhecida por todas as outras.” (JEVONS, 1983. p.70)

<sup>113</sup> “Portanto, um mercado é teoricamente perfeito apenas quando todos os comerciantes têm perfeito conhecimento das condições de oferta e procura, e da relação de troca consequente; e em qualquer momento nesse mercado, como veremos agora, poderá haver apenas uma relação de troca de um bem homogêneo.” (JEVONS, 1983. p. 70/71)

No mais, é preciso entender que se pode referir ao mercado tanto no singular quanto no plural. Quando se fala em mercados, o que se está fazendo é delimitando uma esfera específica, seja de um tipo de bem em especial, como o mercado de calçados, mercado de cereais, mercado imobiliário, mercado financeiro ou ainda de uma região ou país, como o mercado imobiliário parisiense, ou mercado naval inglês. A circunscrição desta esfera pode variar de amplitude conforme o fenômeno do qual se deseja tratar. De todo modo, a referência aos mercados no plural se limita a um conjunto desses recortes de setores específico do todo. Walras é explícito quanto a isso:

Le monde peut être considéré comme un vaste marché général composé de divers marchés spéciaux où la richesse sociale se vend et s'achète, et il s'agit pour nous de reconnaître les lois suivant lesquelles ces ventes et achats tendent d'eux-mêmes à se faire.<sup>114</sup> (WALRAS, 1874. p.49)

Neste sentido, o mercado no singular é o que interessa propriamente para estes economistas, especialmente porque as leis por eles enunciadas que presidem as trocas e os preços não dizem respeito apenas aos múltiplos mercados isoladamente, mas sim a todos eles, dizem respeito ao mercado em geral.

Neste sentido, o mercado é então a manifestação das leis que presidem as trocas e a formação dos preços. É o mecanismo de intermediação da multiplicidade de interesses particulares que buscam a majoração da utilidade individual, o instrumento que produz, nos preços, a síntese dos valores particulares, ou ainda, o mercado é “un mécanisme de formation de vérité”<sup>115</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.31).

É preciso se deter um pouco mais sobre essa assertiva de Foucault, já que identificar o mercado como um mecanismo produtor de verdade pode não ser tão evidente a partir dos escritos dos marginalistas. Em todo caso, é válido relembrar que, no capítulo anterior, já se pôde observar a formação dos preços no mercado conforme a concepção de Menger, Jevons e Walras. Ali, foi possível perceber o funcionamento das regras que viabilizam as trocas ao constituir um preço com validade geral. Este preço não é um “preço justo”, não é caro nem barato, ele é simplesmente o preço formado a partir das regras de funcionamento do mercado, é um preço conforme certo procedimento normal de operação do mercado. Por essa razão, ele é um preço verdadeiro, que atesta a eficiência e o funcionamento dos mecanismos que o produziu.

---

<sup>114</sup> “O mundo pode ser considerado como um vasto mercado geral composto de diversos mercados específicos onde a riqueza social é vendida e comprada, e para nós, trata-se de reconhecer as leis segundo as quais essas vendas e compras tendem por si próprias a serem feitas.” (WALRAS, 1983. p.34)

<sup>115</sup> “um mecanismo de formação de verdade” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.42)

Le marché, quand on le laisse jouer en lui-même dans sa nature, dans sa vérité naturelle si vous voulez, permet que se forme un certain prix que l'on appellera métaphoriquement le vrai prix, [...] Ce sera un certain prix qui va osciller autour de la valeur du produit.<sup>116</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.33)

De toda maneira é preciso fazer aqui uma pequena precisão quanto a essa conhecida afirmação de Foucault que assevera ser o mercado um lugar de “veridicção”.

Le marché, dans la mesure où, à travers l'échange, il permet de lier la production, le besoin, l'offre, la demande, la valeur, le prix. Etc., constitue en ce sens un lieu de véridiction [...] <sup>117</sup> (FOUCAULT, 2004a. p.33).

Há um duplo sentido nessa assertiva. O primeiro é explicitado de forma mais direta por Foucault e acompanha sua reflexão ao longo de todo o curso<sup>118</sup> por ele ministrado. Trata-se da afirmação de que o mercado é um lugar de verificação e falsificação para as práticas governamentais (Cf. FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.33/34). Quer dizer, o Estado ou qualquer instituição política busca, nos índices do mercado, o critério para convalidação ou reprovação de suas ações<sup>119</sup>. O segundo sentido, menos explorado por Foucault neste curso, é o critério de verdade fornecido pelo mercado não para as instituições de governo, mas para o próprio saber econômico. É este segundo sentido que interesse aqui neste estudo. De certo modo, no capítulo precedente, já foi possível ver um pouco esse funcionamento do mercado como veridicção no que se refere aos critérios necessários para que as trocas possam ocorrer, bem como no estabelecimento dos preços. Ali foi possível destacar que estes fenômenos, cruciais para a constituição da Ciência Econômica no “momento marginalista”, tinham sua constituição no mercado, assim como a generalização, que permite a esse saber não ficar adstrito a uma casuística do valor individual, se mostrava possível exatamente pela atuação dos mecanismos do mercado.

Em todo caso, resta, aqui, uma questão: qual a particularidade no “momento marginalista” a respeito dessa concepção do mercado como um lugar de verdade? Afinal,

---

<sup>116</sup> “O mercado, quando se deixa que ele aja por si mesmo de acordo com a sua natureza, com a sua verdade natural, digamos assim, permite que se forme certo preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro [...] Será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto.” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.44)

<sup>117</sup> “Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de veridicção [...]” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.45)

<sup>118</sup> Trata-se do curso ministrado por Foucault no *Collège de France* no ano de 1978/1979 intitulado *Naissance de la biopolitique* (2004<sup>a</sup>).

<sup>119</sup> No atinente às práticas e instituições de governo, o mercado é, desde meados do século XVIII, “révélateur de quelque chose qui est comme une vérité” (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.33). Nesse ponto Foucault indica de modo cuidadoso a transformação de um mercado enunciador e distribuidor de justiça para o mercado verificador de verdade (Cf. FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.31/32).

de acordo com a periodização apresentada por Foucault, esse papel de verificação desempenhado pelo mercado dataria de meados do século XVIII (Cf. FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.31). Assim o mercado como um lugar de verdade teria convivido com toda Economia Política e apareceria agora de maneira idêntica no pensamento marginalista? A resposta a essa questão, especificamente a sua parte final, é negativa.

Para a Economia Política, são os índices, as relações que se passam e que são mediadas pelo mercado que constituem os dados apreendidos por este saber. Ocorre que até a década de 1870, o processo de produção era o critério de inteligência da economia, e consequentemente do mercado. O mercado poderia funcionar como uma esfera de verificação, de fornecimento de dados, mas a ordenação da economia era pautada pela produção (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.267/268). Deste modo, especialmente no século XIX, o mercado e as relações que nele se entrecruzavam, eram derivados do processo produtivo, motor de toda economia. Com isso, os critérios de verdade para o saber econômico encontravam sua ordem e seus instrumentos de constituição no processo histórico de produção das mercadorias, como foi mostrado em mais detalhes ao comentar os escritos de Ricardo e Marx no capítulo de introdução deste texto. Assim, para o âmbito do saber, o mercado aparece como uma esfera de verificação, mas sua determinação e ordenação tem como centro gravitacional a produção das mercadorias. A circulação dos bens derivava da ordem da produção e podia apenas confirmar a verdade sobre as mercadorias ao mediar as trocas que são, para todos os fins, explicadas e viabilizadas pelo processo produtivo. Neste sentido o mercado na Economia Política era um enunciador de uma verdade manufaturada pelo mesmo processo de produção que fabricava as mercadorias.

Para dizer de modo bastante sintético, na Economia Política ricardiana do século XIX, o mercado apenas enuncia uma verdade que emerge da finitude humana imbuída nas mercadorias pelo processo de produção. Em outras palavras, a verdade que pode ser dita pelo mercado é uma verdade fundamentalmente antropológica, constituída entre os polos empírico e transcendental do *homem*.

No que diz respeito ao “momento marginalista”, o papel enunciador de verdade do mercado não se modifica. Assim como para a Economia Política da primeira metade do século XIX, o mercado continua sendo “révélateur de quelque chose qui est comme une vérité”<sup>120</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.33). A diferença é que esta verdade enunciada pelo

---

<sup>120</sup> “revelador de algo que é como uma verdade” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.44)

mercado não é produto de algo exterior a suas estruturas nem obedece à lógica de um processo mais amplo capaz de englobar inclusive o mercado. No “momento marginalista” o próprio mercado é a esfera de maior amplitude. A verdade por ele enunciada é agora produzida em seu interior, é constituída por seus mecanismos próprios de funcionamento e obedece aos critérios de sua lógica de operação.

Quando Marx descrevia o processo produtivo, encontrava-se ali indicado um modelo capaz de tornar inteligível toda economia. Uma das descrições mais conhecidas de Marx sobre esse processo é aquela contida no capítulo XIII de *O Capital*, onde o pensador apresenta a fábrica do século XIX, como o grande mecanismo que comanda toda força de trabalho e, conseqüentemente, dita o ritmo da economia. O surgimento da grande fábrica é anunciado por Marx nos seguintes termos:

Surge, então, em lugar da máquina isolada, um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho. (MARX, 2008. p.438)

Esta fábrica- monstro é o modelo da produção, sua descrição ao longo deste capítulo da obra de Marx indica a força do processo produtivo que se assenhora do trabalho, do tempo e do saber sobre a produção. Trata-se de um monstro alimentado pelas novas matrizes energéticas do século XIX, que não cessa de ampliar seu apetite e expandir seus órgãos, capazes de reger o trabalho, impor seu ritmo ao processo produtivo e governar o saber sobre seu todo.

No “momento marginalista”, toda essa esfera produtiva é colocada em função da circulação. O mercado agora a partir de sua lógica própria pode reger o funcionamento da produção e da economia como um todo. Longe de ter domesticado a fábrica-monstro, o mercado se tornou a esfera mais ampla que agora a contém. O ritmo do motor da fábrica passa a ser comandado pela demanda e a oferta de bens, a lógica da economia só pode ser compreendida pela intermediação das estruturas do mercado e o tempo só pode ser ordenado pelas expectativas que se manifestam em seus mecanismos. O “momento marginalista” dá assim a luz a um leviatã de dimensões muito maiores, capaz de devorar a fábrica-monstro de Marx sem nem ao menos precisar desmontá-la.

Para sintetizar então o que pode ser entendido como mercado nesse “momento marginalista”, seria possível dizer o seguinte: o mercado não é uma localidade porque está em absolutamente toda parte, não podendo ser limitado geograficamente. Ele não possui um corpo imanente porque seus mecanismos governam um processo geral de

circulação de bens, não podendo se limitar em uma corporeidade material. Além disso, o mercado não tem história, ele não constitui sua existência a partir de um processo histórico concreto. Isto porque ele é da ordem do instante, é a conjuntura imediata se sua estrutura que determina seu funcionamento. No mais, a ordenação de sua temporalidade pode ser normatizada apenas pela expectativa no futuro. É neste sentido que o mercado pode ser compreendido no “momento marginalista” como uma máquina produtora de verdade que governa a pluralidade de valores individuais constituindo um preço de validade geral.

### **3.2 A condução do mercado rumo ao equilíbrio**

Uma vez que já foi possível apresentar uma caracterização geral do mercado neste “momento marginalista”, é oportuno retornar ao estudo de seu funcionamento para identificar um outro elemento que ainda não havia sido abordado diretamente no capítulo precedente, o estabelecimento de uma lei de funcionamento geral para o mercado. No segundo capítulo de desenvolvimento deste estudo, já foi visto na composição do preço o modo como o mercado pode governar os julgamentos individuais de valor. Para além disso, é preciso ainda mostrar como este processo de produção dos preços tem também uma direção e como os marginalistas, especialmente Walras, podem afirmar que o mercado tem uma tendência ao equilíbrio. É a partir da ideia de equilíbrio e da tendência em sua direção que se pode conceber uma lei geral de equilíbrio.

Para iniciar, pode-se mencionar, primeiro, uma noção que já estava presente no capítulo II deste texto, o equilíbrio das trocas. Recorrendo aos escritos de Jevons, pôde ser visto que o ponto de equilíbrio na troca demarca o limite das mesmas, ou seja, trata-se do ponto onde não mais se mostra vantajoso para as partes envolvidas prosseguirem com o intercâmbio de bens. Deste modo, as trocas se interrompem “if increments of commodities be exchanged at the established ratio, their utilities will be equal for both parties.”<sup>121</sup> (JEVONS, 2015. Po.2037).

Este equilíbrio por sua vez diz respeito apenas às trocas. Ele pode ocorrer para qualquer preço e em qualquer estrutura de mercado. Trata-se apenas de uma situação onde prosseguir com uma dada troca a um determinado preço não mais atende ao interesse das partes envolvidas. Isso pode ocorrer tanto em um cenário de concorrência quanto de

---

<sup>121</sup> “se os acréscimos dos bens forem trocados na relação estabelecida, suas utilidades serão iguais para ambas as partes.” (JEVONS, 1983. p.74)

monopólio, tanto para um preço que garanta o encontro da oferta efetiva com a demanda efetiva quanto para situações em que haja excesso de demanda ou oferta. Por outro lado, em um cenário de concorrência, onde se estabeleça um preço que garanta o encontro da oferta com a demanda, isto assegurará também o equilíbrio das trocas. Dito em poucas palavras: em um mercado em equilíbrio, as trocas estarão igualmente em equilíbrio, ainda que o equilíbrio da troca não garanta necessariamente o equilíbrio do mercado.

De todo modo, já se está aqui adiantando os tópicos. É preciso primeiro retomar a ideia de preço de equilíbrio para só então tratar do equilíbrio do mercado. O conceito de preço de equilíbrio é em verdade bastante simples. Para Walras o preço de equilíbrio ou estacionário é o preço capaz de produzir o encontro perfeito da oferta e demanda efetivas, sem que haja excesso em nenhuma delas. Deste modo, como se tinha visto no capítulo anterior, a demanda, a oferta e o preço variam um em função dos outros. Por esta razão, o ajuste no preço para cima ocasiona uma queda na demanda e uma elevação na oferta do bem, enquanto que uma diminuição no preço produz o efeito contrário. É assim que o conceito de equilíbrio aparece em Walras como aquele capaz de equacionar a igualdade da oferta e da demanda efetivas. Quando se atinge este efeito com o preço estacionário, pode-se afirmar igualmente que o mercado destes bens se encontra em equilíbrio.

*Deux marchandises étant données, pour qu'il y ait équilibre du marché à leur égard, ou prix stationnaire de l'une en l'autre, il faut et il suffit que la demande effective de chacune de ces deux marchandises soit égale à son offre effective. Lorsque cette égalité n'existe pas, il faut, pour arriver au prix d'équilibre, une hausse du prix de la marchandise dont la demande effective est supérieure à l'offre effective, et une baisse du prix de celle dont l'offre effective est supérieure à la demande effective.<sup>122</sup> (WALRAS, 1874. p.69)*

Por mais que isso talvez não tivesse sido colocado exatamente nestes termos no capítulo II deste estudo, era possível deduzir tanto a ideia de preço de equilíbrio quanto o equilíbrio de mercado a partir da apresentação da constituição dos preços. De fato, o raciocínio deste equilíbrio é praticamente uma consequência do modo como o economista francês explica sua teoria sobre a formação dos preços.

Para além disso, é preciso também reconhecer que, até este momento, as análises aqui apresentadas encontram uma limitação. Quando se tratou das trocas simples e da

---

<sup>122</sup> “Sendo dadas duas mercadorias, para que haja equilíbrio do mercado em relação a elas, ou preço estacionário de uma na outra, é necessário e suficiente que a demanda efetiva de cada uma dessas mercadorias seja igual à sua oferta efetiva. Quando essa igualdade não existe, é preciso, para chegar ao preço de equilíbrio, uma alta do preço da mercadoria cuja demanda efetiva é superior à oferta efetiva e uma baixa do preço da mercadoria cuja oferta efetiva é superior à demanda efetiva.” (WALRAS, 1983. p.47/48)

constituição dos preços, foram constantemente tomadas como referência trocas e preços de praticamente apenas dois bens sendo trocados entre si. Por essa razão, para tratar com rigor a questão, é imperioso admitir que, até agora, toda a teoria aqui exposta vem sendo operada apenas em um mercado onde os bens A e B estariam sendo trocados entre si. O único elemento que tem permitido até este momento falar do mercado em geral é a constatação de que as regras do mecanismo apresentado no atinentes às trocas de A e B entre si são validas para quaisquer que sejam A e B, ou seja, para qualquer mercado. Entretanto, o mercado em geral não é apenas o conjunto de todos os mercados de bens. O mercado em geral, efetivamente, media trocas não de duas mercadorias entre si, mas de todas as mercadorias entre si. Assim, é preciso tratar não apenas do preço da mercadoria A na mercadoria B e o preço de B em A, é necessário entender que o há o preço de A na mercadoria C assim como o preço de B em C e que estes por sua vez impactam também no preço de A em B. Do mesmo modo o equilíbrio do mercado de trocas de A e B não pode ser completamente dissociado do equilíbrio do mercado das trocas de B por C ou de A por C.

[...] when commodities, taken two at a time, were in a state of equilibrium with respect to each other, this would not necessarily imply that these same two commodities were automatically in equilibrium with a third.<sup>123</sup> (DAAL, J. V. & JOLINK, A., 1993. p.11).

De maneira sintética, o que Walras percebe é que os preços das mercadorias não podem ser isolados. Eles se inter-relacionam, são inter-dependentes. Assim, não adianta, simplesmente, postular o equilíbrio individual de cada mercado isolado. Para se conseguir efetivamente produzir uma teoria econômica de abrangência geral é preciso encontrar a forma pela qual todos estes múltiplos mercados de bens se inter-relacionam. É com este propósito que nasce, nos *Elements D'Economie Politique Pure*, a teoria do equilíbrio geral do mercado.

Para que se possa, então, chegar ao estado de equilíbrio geral Walras afirma o seguinte:

Pour que le marché soit à l'état d'équilibre général, il faut que le prix de deux marchandises quelconques l'une en l'autre soit égal au rapport des prix de l'une et l'autre en une troisième quelconque, autrement dit,

---

<sup>123</sup> “[...] quando mercadorias, tomadas duas de cada vez, estão em um estado de equilíbrio em relação uma com a outra, isso não implicaria necessariamente que essas mesmas duas mercadorias estejam automaticamente em equilíbrio com uma terceira.” (Tradução minha)

au rapport inverse des prix d'une troisième quelconque en l'une et l'autre.<sup>124</sup> (WALRAS, 1874. P.116)

Observe-se que é justamente a inter-relação dos preços que aparece no postulado de Walras. Ele indica, exatamente, a necessidade da conformação dos preços entre as três mercadorias tomadas como requisito para o equilíbrio dos mercados que as relaciona entre si. Neste sentido, pode-se imaginar a complexidade de um sistema de equações de preço ao tomar como referência o mercado em geral, com milhões de bens em circulação, todos em suas incontáveis relações uns com os outros. O que o economista francês fez em sua obra não foi tomar na ponta do lápis os dados do mercado de seu tempo para resolver este sistema com um número de equações praticamente sem fim. Ao invés disso, Walras indica como esse sistema pode ser resolvido apontando duas maneiras possíveis ou dois níveis de solução possíveis.

Secondo Walras, l'economista teorico, dopo aver formalizzato uno specifico problema mediante un appropriato modello matematico, deve portare a compimento la propria opera spiegando dapprima in quale modo il modello in questione può essere risolto e individuando poi la corrispondente soluzione. Più specificamente, riferendosi ai modelli formali di cui si compone la sua teoria dell'equilibrio generale, Walras mostra di ritenere che per risolutiva a due stadi, a ciascuno dei quali può essere associata una speciale nozione di soluzione.<sup>125</sup> (DONZELLI, 2007. p.03)

As soluções referidas no trecho citado de Donzelli são classificadas pelo italiano como uma solução teórica e uma empírica. A solução empírica consiste nos ajustes dos preços no mercado, pode-se retomar um fragmento do trecho já citado da obra de Walras onde o economista indica que em um cenário em que o equilíbrio não tenha sido atingido.

Lorsque cette égalité n'existe pas, il faut, pour arriver au prix d'équilibre, une hausse du prix de la merchandise dont la demande effective est supérieure à l'offre effective, et une baisse du prix de celle dont l'offre effective est supérieure à la demande effective.<sup>126</sup> (WALRAS, 1874. p.69)

---

<sup>124</sup> Na edição brasileira da obra a fase foi reduzida e modificada para o seguinte: “O equilíbrio perfeito ou geral do mercado somente ocorre se o preço de duas mercadorias quaisquer, uma na outra, é igual à relação entre os preços de uma e da outra em uma terceira qualquer.” (WALRAS, 1983. P.78)

<sup>125</sup> “Segundo Walras, o economista teórico, depois de formalizar um problema específico por meio de um modelo matemático apropriado, deve concluir seu trabalho explicando primeiro como o modelo em questão pode ser resolvido e depois especificando a solução correspondente. Mais especificamente, referindo-se aos modelos formais dos quais se compõe sua teoria de equilíbrio geral, Walras mostra considerar uma decisão de dois estágios, em que a cada um deles uma noção especial de solução pode ser associada.” (Tradução de Arina Maria Moreira de Sampaio)

<sup>126</sup> “Quando essa igualdade não existe, é preciso, para chegar ao preço de equilíbrio, uma alta do preço da mercadoria cuja demanda efetiva é superior à oferta efetiva e uma baixa do preço da mercadoria cuja oferta efetiva é superior à demanda efetiva.” (WALRAS, 1983. p.47/48)

A alta e baixa dos preços na busca de fazer com que a oferta se iguale a demanda em um cenário de concorrência é então o movimento da solução empírica do mercado para o equilíbrio (Cf. DONZELLI, 2007. p.05).

Já a solução teórica de Walras, por sua vez, consiste em provar que o sistema de equações, que podem ser obtidas para todos os mercados, possui mais equações independentes do que variáveis para serem determinadas. Deste modo, o francês pode demonstrar que o sistema de equações para o equilíbrio geral do mercado pode ser resolvido algebricamente.

Dato un problema economico, identificato da un certo insieme di “dati” o “condizioni” e da certe “incognite”, il teorico deve innanzitutto costruire un modello formale del problema specificando un “sistema di equazioni” che incorpori in maniera appropriata i “dati” e le “condizioni” (parametri, funzioni, relazioni) del problema stesso; inoltre, per Walras, il numero delle equazioni deve essere “rigorosamente uguale a quello delle incognite”. Coerentemente con la propria impostazione generale, [...] Walras provvede a formulare un sistema di equazioni, controllando in ogni caso che il numero delle incognite coincida con il numero delle equazioni indipendenti. Apparentemente, secondo quanto Walras stesso sembra suggerire in molteplici occasioni (almeno una per ciascun modello), l’uguaglianza del numero delle incognite e delle equazioni indipendenti rappresenta una condizione sufficiente per garantire la risolubilità del sistema di equazioni e quindi la determinatezza dell’equilibrio associato a un certo modello. La soluzione del sistema di equazioni algebriche ordinarie che descrive un particolare problema economico viene denominata da Walras “soluzione teorica e matematica” o anche “soluzione scientifica” del problema stesso [...] <sup>127</sup> (DONZELLI, 2007. p.03/04).

A chamada “Lei de Walras” é em parte decorrente desta solução algébrica do equilíbrio geral, ou antes uma complementação à solução. O postulado fundamental é que a soma do excedente de oferta em todos os mercados nos quais se verifica este excedente e a soma do excedente de demanda em todos os mercados nos quais há este segundo excedente, são iguais. Deste modo, assumindo que há um número  $n$  de mercados, ao

---

<sup>127</sup> “Dado um problema econômico, identificado por um determinado conjunto de ‘dados’ ou ‘condições’ e de algumas ‘incógnitas’, o teórico deve antes de tudo construir um modelo formal do problema, especificando um sistema de “equações” que incorpore de maneira apropriada os ‘dados’ e as ‘condições’ (parâmetros, funções, relações) do mesmo problema; além disso, para Walras, o número das equações deve ser ‘rigorosamente igual ao das incógnitas’. Coerentemente com a própria abordagem geral, [...] Walras passa a formular um sistema de equações, verificando em todos os casos que o número das incógnitas coincide com o número das equações independentes. Apparentemente, de acordo com Walras mesmo parece sugerir em várias ocasiões (pelo menos um para cada modelo), a igualdade do número de incógnitas e de equações independentes é uma condição suficiente para garantir a solvabilidade do sistema de equações, e, então, a determinação do equilíbrio associado a um determinado modelo. A solução do sistema algébrico ordinária de equações que descreve um problema econômico particular é chamado por Walras ‘solução teórica e matemática’ ou até ‘solução científica’ do problema em si [...]” (Tradução de Arina Maria Moreira de Sampaio).

constatar que  $n - 1$  mercados encontram-se em equilíbrio, pode-se concluir que este último mercado também estará em equilíbrio. Esta afirmação decorre da constatação de Walras de que o excesso de demanda verificado em todos os mercados equivalerá, necessariamente, ao excesso de oferta de todos eles. Assim, se estes excessos de compensarem no conjunto de todos os mercados menos um, este um, necessariamente, estará em equilíbrio.

[...] se houver mercados para  $k$  bens, precisaremos então apenas encontrar um conjunto de preços em que  $k - 1$  dos mercados estejam em equilíbrio. A lei de Walras então implica que o mercado do bem  $k$  terá automaticamente a demanda igual a oferta. (VARIAN, 2016. p.612)

Uma consequência que se pode depreender da lei de Walras é que o equilíbrio geral não requer que todos os mercados individualmente encontrem-se em equilíbrio. Mesmo na hipótese de todos os mercados encontrarem-se, individualmente, em desequilíbrio, o mercado de maneira geral nunca estará. É por essa compensação geral dos excessos de oferta e demanda, verificável no mercado como um todo, que se pode extrair, da lei de Walras, uma tendência de cada mercado individualmente ao equilíbrio. É como se a compensação geral entre os excessos de oferta e demanda impulsionasse esse efeito em cada mercado particular, mas ante o caráter errático e dinâmico das relações no mercado, o equilíbrio pleno de todos eles nunca é alcançado.

Tel est le marché permanent tendant toujours à l'équilibre sans y arriver jamais par la raison qu'il ne s'y achemine que par tâtonnements et qu'avant même que ces tâtonnements soient achevés ils sont à recommencer sur nouveaux frais, toutes les données du problème telles que quantités possédées, utilités des services producteurs et des produits, coefficients de production, excédant du revenu sur la consommation, exigences de fonds de roulement, etc., ayant changé.<sup>128</sup> (WALRAS, 1874. p.310).

Neste sentido, a tendência ao equilíbrio aparece como um movimento geral do mercado. É com a teoria do equilíbrio geral e o postulado da lei de Walras que se pode ver efetivamente a emergência de um mercado que não é apenas a somatória de mercados particulares cujos mecanismos compartilham as mesmas leis de funcionamento. Trata-se agora de um mercado capaz de ser equacionado como um todo, um mecanismo que possui leis universais de funcionamento para o seu todo das quais é possível inclusive derivar

---

<sup>128</sup> “Assim é o mercado permanente, tendendo sempre ao equilíbrio sem nunca atingi-lo, devido ao fato de para ele se encaminhar apenas por meio de tentativas, e antes mesmo de essas tentativas serem completadas, devem ser recomeçadas com gastos novos, já que foram mudados todos os dados do problema, tais como as quantidades possuídas, utilidades dos produtos e dos serviços, coeficientes de fabricação. Excedente do rendimento em relação ao consumo, exigências dos fundos de rotação etc.” (WALRAS, 1983. p.208)

uma tendência que rege todos os mercados particulares. Walras ainda descreve essa tendência ao equilíbrio nos seguintes termos:

Il en est, à cet égard, du marché comme d'un lac agité par le vent et où l'eau cherche toujours son équilibre sans jamais l'atteindre. Il y a pourtant des jours où la surface du lac est presque horizontale ; mais il n'y en a point où l'offre effective des services producteurs et des produits soit égale à leur demande effective, [...] <sup>129</sup>. (WALRAS, 1874. p.310)

O equilíbrio aparece então como um modelo ideal para o qual todos os mercados tendem sem nunca o atingir plenamente, mas com cada excesso de demanda compensado pelo excesso de oferta no quadro geral do mercado. Tem-se, assim, o desenho completo desta máquina mercado, capaz de governar o valor, produzir o preço e ordenar todo o complexo de relações que perpassam seus mecanismos rumo ao equilíbrio da demanda efetiva e oferta efetiva.

### **3.3 O acontecimento.**

Uma vez que já foram aqui apresentadas as linhas gerais do funcionamento do mercado no “momento marginalista”, é prudente, ainda, antes de apresentar uma síntese conclusiva deste capítulo, salientar um traço marcante do pensamento marginalistas que tinha sido deixado em segundo plano até agora. Trata-se do modelo que tanto Jevons quanto Walras tem em mente para pensar a Ciência Econômica. Esse modelo é o da física, mais precisamente da mecânica. <sup>130</sup>

Não são poucas as referências de Jevons e Walras à mecânica física. O primeiro ponto a se destacar sobre essas referências repetidas é que não se tratam de metáforas.

---

<sup>129</sup> “A esse respeito, tudo se passa no mercado como se este fosse um lago agitado pelo vento, onde a água sempre busca o equilíbrio, sem jamais atingi-lo. Entretanto, há dias nos quais a superfície do lago é quase horizontal; mas não há um só em que a oferta efetiva dos serviços e dos produtos seja igual à sua demanda efetiva [...]” (WALRAS, 1983. p.208)

<sup>130</sup> Neste ponto é preciso ressaltar a posição particular de Menger. Diferente dos demais autores marginalistas, não se encontra presente em seu livro alusão a um modelo mecânico para a economia. Na edição canônica de sua obra, quando é feita alguma referência à outras ciências, normalmente a menção é à biologia. Não se pode desta edição de 1871 dos *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* afirmar muito mais do que isso. Em todo caso, na segunda edição do livro de Menger, relegada ao ostracismo, há um acréscimo no primeiro capítulo onde se encontra uma referência biológica mais explícita. Lá, Menger chega a descrever o comportamento individual como uma espécie de resposta biológica de desejos internos e estímulos externos e a economia apareceria como uma mediação entre o indivíduo e o meio. (Cf. BECCHIO, 2010. p.08/09). Trata-se de uma referência breve, mas, levanta a possibilidade de haver em Menger um modelo orgânico para a economia. De todo modo, este tópico foge do escopo desta pesquisa presente e para persegui-lo de modo rigoroso seria necessário um trabalho mais apurado junto aos arquivos Menger para inventariar as referências que o economista possuía da biologia que não aparecem expressamente citadas nem mesmo na segunda edição dos *Grundsätze*.

Jevons e Walras declaram a pretensão de fundar uma Ciência Econômica como uma mecânica da utilidade ou indicam a física como sendo um modelo de ciência a ser tomado, tanto quanto possível, como referência. Para mencionar apenas algumas passagens mais explícitas, Jevons declara o seguinte: “the theory here given may be described as the mechanics of utility and self-interest”<sup>131</sup> (JEVONS, 2015. po.1010). O inglês afirma ainda no parágrafo seguinte: “I do not hesitate to say, too, that Economics might be gradually erected into a exact science.”<sup>132</sup> (JEVONS, 2015. po.1019) e mais uma vez no capítulo subsequente, se referindo às determinações algébricas das leis da Economia, o economista prevê que: “[...] their determination will render Economics a science as exact as many of the physical sciences; [...]”<sup>133</sup> (JEVONS, 2015. Po.2816/2827).

Para além da declaração de intenções ou esperança, Jevons chega mesmo a formular equações análogas às da mecânica e destaca essa analogia. Para tanto basta observar que no *The Theory of Political Economy*, logo depois de apresentar a teoria da troca e sua exposição simbólica, Jevons dedica um subitem da obra, intitulado “Analogy to the Theory of the Lever”<sup>134</sup> (JEVONS, 2015. Po.2123/2208) exclusivamente para indicar a analogia de suas equações da troca com as equações mecânicas das alavancas. Para além desse item, ao longo da obra há diversas outras referências em que Jevons apresenta fenômenos econômicos por meio de analogias à processos mecânicos. Um destes momento já foi citado no capítulo precedente deste estudo, quando o inglês se refere ao movimento pendular para explicar parte de sua teoria sobre o equilíbrio das trocas (Cf. JEVONS, 2015. Po.1998).

Walras não é tão explícito quanto Jevons mas, em alguns momentos de seu texto, a referência à física também aparece. Para mencionar apenas duas passagens onde Walras indica adotar métodos análogos aos da física para o estudo da economia, pode-se destacar os seguintes trechos: “[...] nous supposerons toujours un marché parfaitement organisé sous le rapport de la concurrence, comme en mécanique pure on suppose d’abord des

---

<sup>131</sup> “a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual.” (JEVONS, 1983. p.37)

<sup>132</sup> “Não hesito em dizer, também, que a Economia pode ser gradualmente elevada à condição de ciência exata” (JEVONS, 1983. p.37)

<sup>133</sup> “[...] a determinação das leis tornará a Economia uma ciência tão exata quanto muitas da ciências físicas; [...]” (JEVONS, 1983. p.98)

<sup>134</sup> “Analogia coma teoria da alavanca” (JEVONS, 1983. p.77/79)

machines sans frottement”<sup>135</sup> (WALRAS, 1874, p.49). Um pouco mais adiante nesta mesma lição o economista afirma:

[...] en bonne logique, il faut aller du cas général au cas particulier, et non du cas particulier au cas général, comme un physicien qui, pour observer le soleil, choisirait avec soin un temp couvert au lieu de profiter d’un ciel sans nuage.<sup>136</sup> (WALRAS, 1874. P.51)

Também quando Walras trata do equilíbrio geral do mercado, ele se utiliza de um exemplo vindo da física, com a analogia a uma lagoa cuja superfície é agitada pelo vento para tratar da tendência ao equilíbrio (Cf. WALRAS, 1874, p.310), este trecho inclusive já foi referido aqui neste estudo, no tópico anterior deste mesmo capítulo.

Não é o caso aqui de destacar todas as referências à física presentes nos textos destes marginalistas. No entanto, mais do que mencionar todos os casos, é importante sublinhar que não só estes tipos de referências, exemplos e analogias são frequentes, como a Física é a única ciência que aparece referenciada deste modo nos textos de Jevons e Walras. Nem mesmo a matemática, cujo uso na Ciência Econômica é defendido por ambos os economistas, aparece com este estatuto. Como já foi mostrado no item final do capítulo I deste estudo, a matemática é fundamental para garantir a cientificidade desse saber econômico dos marginalistas. Em todo caso, tanto Jevons quanto Walras advogam em prol do uso da matemática como uma expressão adequada para essa ciência e isso em grande parte se dá, justamente, no intento de uma tentativa de aproximar a precisão da Economia àquela galgada pela Física.

Desta constatação, é possível extrair um grande número de consequências e reflexões. Um campo fecundo, por exemplo, poderia ser a comparação deste modelo mecânico que aparece nestes escritos marginalistas com certo modelo orgânico que parecia ser recorrente na Economia Política da segunda metade do século XVIII. Mas, o interesse em salientar essa característica de Jevons e Walras neste estudo é um pouco mais específico. Trata-se de um modo de entender mais precisamente a forma como se vem tratando o mercado até aqui, ou seja, o mercado como uma máquina ou um mecanismo.

A pretensão de usar a Física, uma ciência natural, como modelo de referência para pensar a economia, indica a convicção destes autores de que é possível estabelecer para

---

<sup>135</sup> “[...] supomos sempre um mercado perfeitamente organizado em relação à concorrência, como em Mecânica Pura primeiro supõe-se máquinas sem atrito.” (WALRAS, 1983. P.34)

<sup>136</sup> “[...] em boa lógica, é preciso ir-se do caso geral ao caso particular e não do caso particular ao caso geral, como um físico que, para observar o céu, escolhesse cuidadosamente um tempo encoberto, em vez de aproveitar-se de uma noite sem nuvens.” (WALRAS, 1983. p.36)

a economia leis naturais de funcionamento tal como faz a Física. Ou seja, trata-se de conceber os processos econômicos como mecânicos. Esta concepção é mais um dos motivos que permite aqui tratar o mercado como uma máquina. Mas, para além disso, Jevons e Walras, em alguma medida, acreditam estar constituindo uma teoria que tem como objetivo produzir uma boa descrição dos fenômenos econômicos. Trata-se de um instrumental teórico que deve ser capaz de apreender o funcionamento normal dos mecanismos do mercado, apreender a forma como esta máquina funciona. O que está em jogo é, precisamente, a norma, o normal. Deste modo, o normal não será um padrão idealizado previamente para o qual se devem estabelecer maneiras de condução dos fenômenos a essa norma. Ao contrário, se deve ser capaz de compreender como o funcionamento regular do mercado produz sua normalidade própria. Nas palavras de Foucault: “C’est le normal qui est premier et c’est la norme que s’en déduit, ou c’est à partir de cette étude des normalités que la norme se fixe et joue son rôle opératoire.”<sup>137</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>b</sup>. p.65)

Neste sentido, ao apreender o funcionamento regular do mercado, é possível constatar uma normalidade a partir do funcionamento de seus mecanismos próprios. Deste modo, pode ficar mais clara a afirmação de que o mercado governa. Ele engendra em sua mecânica o conjunto dos interesses individuais, apresentando como resultado um preço normal para as condições dadas. Não se trata da imposição de um modelo ideal de preço previamente estabelecido, mas, sim, da emergência de um preço, que por ser conforme o mecanismo natural do mercado, é um preço verdadeiro, um preço normal.

Para além disso, a tendência do mercado ao equilíbrio aparece como um procedimento de *normalização*.

[...] on va avoir un repérage des différentes courbes de normalité, et l’opération de normalization va consister à faire jouer les unes par rapport aux autres ces différentes distributions de normalité et [à] faire en sorte que les plus défavorables soient ramenées à celles qui sont les plus favorables. On a donc là quelque chose qui part du normal et qui se sert de certaines distributions considérées, si vous voulez, comme plus normales que les autres, plus favorables en tout cas que les autres.<sup>138</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>b</sup>. p.65)

---

<sup>137</sup> “O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório.” (FOUCAULT, 2008<sup>b</sup>. p.83)

<sup>138</sup> “[...] vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos, portanto, aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras.” (FOUCAULT, 2008<sup>b</sup>. p. 82/83)

A tendência ao equilíbrio age, então, sobre as curvas de oferta e demanda. Os procedimentos ordinários do mercado podem majorar ou reduzir o preço de modo a ampliar ou reduzir as quantidades ofertadas e a demandadas, alterar estas quantidades representadas nas curvas e, como isso, buscar produzir o equilíbrio pelo encontro da demanda efetiva com a oferta efetiva. É um processo de *normalização*, engendrado no bojo do mercado. Como já tinha sido apontado, o mercado governa uma multiplicidade de interesses individuais. Agora, pode-se perceber que ele o faz por meio de um processo de *normalização* que tem sua condição de possibilidade fundada em uma concepção mecânica da Ciência Econômica dos marginalistas.

A partir deste edifício teórico, cujas bases fundantes foram aqui apresentadas a partir do pensamento de Menger, Jevos e Walras, se pode concluir este capítulo final de desenvolvimento com a retomada de um termo que fora brevemente referido no primeiro tópico do capítulo I deste texto. Tem-se, agora, elementos suficientes para concluir este derradeiro capítulo de desenvolvimento indicando o *acontecimento* que pôde emergir neste momento marginalista.

*Acontecimento* é uma noção talvez de amplitude maior do que o escopo deste texto permite tratar. De todo modo, cabe delimitar o conceito para o uso que se pretende, aqui, fazer dele<sup>139</sup>. Em sua aula inaugural do *Collège de France*, a noção de *acontecimento* permite a Foucault esboçar sua concepção de história e indicar o entendimento que se projeta em sua pesquisa sobre a sucessão de ordens discursivas. Em um momento de síntese dessa aula, Foucault chega a apresentar a noção de *acontecimento* da seguinte maneira:

Bien sûr l'événement n'est ni substance ni accident, ni qualité ni processus ; l'événement n'est pas de l'ordre des corps. Et pourtant il n'est point immatériel ; c'est toujours au niveau de la matérialité qu'il prend effet, qu'il est effet ; il a son lieu et il consiste dans la relation, la coexistence, la dispersion, le recoupement, l'accumulation, la sélection d'éléments matériels ; il n'est point l'acte ni la propriété d'un corps ; il

---

<sup>139</sup> O termo *acontecimento* presente no pensamento de Foucault é polissêmico. Não se trata, entretanto, de uma noção de definição vaga. Ocorre apenas que o termo aparece em momentos distintos dos escritos do filósofo e sua referência a discursos ou práticas, história ou instituições, saberes ou condutas modulam a maneira como Foucault apresenta esta noção em cada caso. Neste estudo, toma-se como referência para a noção de *acontecimento* o que a literatura especializada convencionou chamar de “acontecimento arqueológico” ou “acontecimento discursivo” (Cf. CASTRO, 2009. p.26). Isto porque o “acontecimento arqueológico” diz respeito ao uso do termo por Foucault ao tratar exatamente do estudo da sucessão histórica das *epistémiai*, ou da transformação dos critérios de ordenação do discurso. Considerando, então, que a temática deste texto diz respeito especificamente ao estudo de indícios de uma transformação epistêmica, a delimitação do sentido da noção de *acontecimento* segue esta mesma direção.

se produit comme effet de et dans une dispersion matérielle.<sup>140</sup>  
(FOUCAULT, 1971. p.59)

Como se pode ver, a noção é de grande envergadura. O *acontecimento* aparece nesta aula de Foucault como a irrupção de uma singularidade, que é ao mesmo tempo possibilitada por uma ordem discursiva, e instauradora de uma ordenação para o discurso. Ele irrompe de um contexto de dispersão dos saberes e, ao mesmo tempo, reagrupa o conhecimento em novas normatividades para a produção da verdade. Ele não tem uma natureza substancial ou um corpo imanente, mas, seus efeitos são da ordem do material, que se manifesta de modo a instituir uma nova ordem.

Neste diapasão, o *acontecimento* é proveniente das condições fornecidas pelo solo histórico de seu tempo. Ou seja, ele emerge da normatividade discursiva vigente em sua própria atualidade. Ocorre que, seu aparecimento consiste no anunciar de uma nova maneira de ordenação para o discurso, de uma nova normatividade discursiva. Por esta razão, o *acontecimento* pode ser simultaneamente, continuidade, já que ele carrega em si a marca da *epistème* na qual se constitui, e ruptura, uma vez que ele institui uma nova possibilidade de ordem discursiva. Em síntese, o *acontecimento* pode ser visto como a novidade possível em seu próprio tempo para a ordenação do discurso.

No “momento marginalista”, o mercado é o *acontecimento*.<sup>141</sup> Da desagregação de uma Economia Política na segunda metade do século XIX pôde aparecer, no pensamento marginalista, uma teoria do valor subjetivo, que apresenta o valor como uma dispersão inumerável de julgamentos individuais, uma variável estocástica que não pode ser ordenada ou governada pelo postulado de nenhum *a priori* comum a todos os agentes econômicos. A Economia, neste “momento”, funda então sua cientificidade na capacidade de produzir uma síntese do valor subjetivo em um preço viabilizador das

---

<sup>140</sup> “Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de uma dispersão material.” (FOUCAULT, 2009. p.57/58)

<sup>141</sup> Como já foi destacado na nota nº 139, neste trabalho, delimita-se o sentido do termo *acontecimento* ao chamado “acontecimento arqueológico”. Ocorre que, esta delimitação não pretende negar que o mercado, no “momento marginalista”, possa ser entendido como *acontecimento* também para os demais sentidos que o termo apresenta no pensamento de Foucault. Não se pode negar que, na perspectiva das práticas de governo, o mercado representa, também, um *acontecimento*. Não é impertinente buscar observar que o mercado se assemelha ao aparecimento da clínica médica, como abordado por Foucault em *Naissance de la clinique* (1975), ou que haja similaridades da emergência do mercado com a invenção da prisão como sanção criminal, conforme apontado em *Surveiller et punir* (1993). Em todo caso, o escopo deste trabalho encontra-se delimitado pela esfera do saber econômico. Por esta razão, ainda que seja possível entender o mercado como um *acontecimento* em toda polissemia que o termo apresenta para Foucault, isso está além da proposta de estudo aqui desenvolvida.

trocas. Este preço por sua vez é constituído em um mercado, que não mais enuncia uma verdade arquitetada no bojo de um processo histórico da produção de mercadorias. Esse mercado passa, agora, a fabricar em seus próprios mecanismos uma verdade proveniente do seu regular funcionamento. Por fim, a operação normal do mercado pode governar os preços por uma tendência normalizadora rumo ao equilíbrio.

Esse mercado é a máquina que emerge dos efeitos da dispersão de um saber. A desagregação da teoria do valor-trabalho dá lugar ao valor utilidade que, em sua multiplicidade ingovernável, é a condição de possibilidade para que possa irromper para o saber esse mecanismo capaz de ordenar essa pluralidade na síntese operativa do preço e na tendência geral ao equilíbrio.

O mercado no “momento marginalista” pode então aparecer como o centro do saber econômico. É no interior de seus mecanismos que se pode tomar os fenômenos da economia como objeto. É pelo seu funcionamento normal que se pode apreender os princípios de ordenação da Ciência Econômica. São pelas relações que perpassam seu interior que se poderá fundar a experiência do tempo. É a sua emergência, como o epicentro deste saber, que pode, por fim, empossar o mercado no lugar que na Economia Política era ocupado pelo *homem*.

Neste sentido, é que se pode, aqui, afirmar ser o mercado um *acontecimento*. Ele é a novidade que emerge de uma dispersão, capaz de instaurar uma nova ordem para o saber. Ele é produto das condições de possibilidade de seu tempo, e simultaneamente emerge como instituinte de uma nova experiência da temporalidade. Por fim, ele destrona o *homem* do epicentro da produção de verdade, permitindo o nascimento de uma Ciência Econômica que talvez não mais possa ser classificada como uma Ciência Humana.

## Considerações finais

Para ser possível redigir uma síntese conclusiva deste trabalho, ou ao menos extrair, das reflexões aqui apresentadas, algumas considerações finais, o melhor caminho, talvez, seja revelar algumas fontes que serviram de inspiração e pistas iniciais dessa reflexão. Em todo caso, antes de indicar e numerar, aqui, as pequenas referências espaciais e contingentes que permitiram formular os primeiros rascunhos deste escrito, é prudente fazer uma advertência. Todo espetáculo esconde atrás de suas cortinas, no porão de seu tablado ou na escuridão dos pontos não tocados pela iluminação, seus bastidores. Lá se encontram as estruturas que mantem de pé o espetáculo, o sustentáculo de uma cena que se mostra como um todo e que para tanto precisa de modo antitético esconder partes de si mesma. Neste sentido, todo espetáculo seja talvez a arte de apresentar uma parte como se o todo fosse.

De certa maneira, uma pesquisa, um trabalho acadêmico se parece com um espetáculo, há certo elemento performático, não no intuito de produzir um engodo, mas de obscurecer, por vezes, elementos que poderiam desnudar sua natureza fragmentária. Trata-se de tentar constituir a partir de um recorte específico um todo harmônico e coerente. É desta pretensão de harmonia e de completude que se precisa aqui abrir mão, para que se possa apresentar uma conclusão. Paradoxalmente, para se traçar as linhas finais que sintetizam e apresentam um desfecho para este texto é preciso desnudar os traços erráticos e hesitantes que presidiram seu início.



Figura 5: Foto de Henri Roger-Viollet (1888).

A fotografia de Henri Roger-Viollet (figura 5) mostra a construção da Torre Eiffel no ano de 1888. O monumento foi erigido por ocasião da Exposição Universal de 1889, uma ode à ciência e às realizações da humanidade. A fotografia em si é uma obra de arte, capta a grandiosidade não só do monumento que se encontra representado ainda que apenas como promessa, mas também do esforço hercúleo que representou sua edificação. Essa fotografia é uma obra de arte acabada, que retrata a parcialidade de um monumento em vias de se tornar um todo. Em certo sentido, a apresentação feita neste trabalho do pensamento marginalista guarda esta semelhança com a fotografia de Roger-Viollet. Trata-se de um todo acabado, que teve começo, meio e agora caminha para o fim. Mas o objeto aqui tratado é parcial ou ao menos inacabado no momento escolhido para o retrato.

A incompletude a que se faz aqui referência diz respeito à transformação epistêmica que conduziu todo este estudo dos autores marginalistas. Anunciou-se e defendeu-se que o “momento marginalista” marcava uma transformação da *epistème moderna*. Não se trata de, agora, nas páginas finais do estudo, negar o que se vinha postulando e comprovando até então. Trata-se, no entretanto, de delimitar os contornos mais precisos do escopo dessa transformação, de indicar que os marginalistas representam apenas um prólogo de uma *epistème* que, em seu próprio tempo, estava ainda por vir.

Esta incompletude do “momento marginalista” não foi um achado que se mostrou durante o andamento das pesquisas. Ao contrário, este caráter exordial e talvez até incipiente deste “momento” já era uma forte hipótese desde o princípio. Isto porque uma das referências colocadas nos bastidores deste trabalho, que nesse momento salta à luz do texto, é uma entrevista concedida por Foucault em 1967. Nesta entrevista, ao responder uma pergunta sobre sua abordagem dos séculos XIX e XX em *Les mots et les choses*, Foucault afirma o seguinte:

En revanche, je ne peux définir l'âge moderne dans sa singularité qu'en l'opposant au XVII<sup>e</sup> siècle, d'une part, et à nous, d'autre part ; il faut donc, pour pouvoir opérer sans cesse le partage, faire surgir sous chacune de nous phrases la différence qui nous en sépare. De cet âge moderne qui commence vers 1790-1810 et va jusque vers 1950, il s'agit de se déprendre alors qu'il ne s'agit, pour l'âge classique, que de le décrire.<sup>142</sup> (FOUCAULT, 2001<sup>a</sup>, p.627)

---

<sup>142</sup> “Por outro lado, eu só posso definir a idade moderna em sua singularidade, contrastando-a com o século XVII, por um lado, e conosco, por outro lado; é necessário, então, poder operar constantemente a separação, fazer surgir sob cada uma de nossas frases a diferença que nos separa. A partir desta era moderna, que começa por volta de 1790-1810 e vai até por volta de 1950, é uma questão de se descolar, enquanto que para a idade clássica, se trata apenas de descrevê-la.” (Tradução minha)

Neste sentido, o objetivo deste trabalho não foi contestar esta periodização e buscar antecipar para o final do século XIX uma transformação que Foucault data dos anos 50 do século XX. Diferente disto, a pretensão, aqui, foi mais modesta, consistiu-se antes em mostrar apenas alguns traços iniciais dessa mudança epistêmica que segundo Foucault se completa nos anos de 1950. Assim tudo que se pôde apontar são indícios, bem como a constituição de algumas condições de possibilidade desta transformação que já se encontrava anunciada por Foucault na sentença final de *Les mots et les chose*.<sup>143</sup>

Nessa toada, os marginalistas não devem ser lidos como o marco final da *epistème moderna*, mas antes, como uma singularidade que emerge dela e que, possivelmente, compõe um quadro mais amplo da constituição de um novo modo de pensar que não foi, aqui, objeto próprio de pesquisa em sua integralidade. É essa singularidade dos marginalistas que aparece em uma menção discreta feita por Foucault a Menger e Jevons. Ao buscar se afastar de uma certa tradição da história das ideias, Foucault chega a indicar que estes dois marginalistas, ao contrário do que afirma a tradição, não se encontrariam prefigurados nos trabalhos de Galiani, Graslin ou Turgot (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.178). Assim, Menger e Jevons estariam inseridos na configuração do saber de seu próprio tempo, ainda que de modo a tencionar este solo epistêmico do qual eles emergiram. Do mesmo modo, os três pensadores do século XVIII teriam formulado seu pensamento consoante a normatividade dos discursos de sua época e não “à partir d’un futur qui les attendait dans l’ombre”<sup>144</sup> (FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.178).

Se, nessa referência, Foucault sinaliza ainda que brevemente a distância que separa os marginalistas do pensamento econômico do século XVIII, em *Naissance de la biopolitique*, há uma pequena insinuação da aproximação desta escola com a contemporaneidade. Esta aproximação se dá a partir da noção de *homo œconomicus*, ou, mais precisamente, da transformação desta noção em relação ao modo como ela aparecia em *Les mots et les chose*. Como já foi indicado no capítulo introdutório deste texto, Foucault postula que, na primeira metade do século XIX, a ordenação do pensamento econômico em torno do *homem* em sua finitude, materializada no tempo de trabalho

---

<sup>143</sup> É preciso reconhecer que para postular o fim da *epistème moderna*, o escopo de abrangência deste trabalho seria nitidamente insuficiente. Partiu-se, aqui, da análise de discursos provenientes exclusivamente do saber econômico e uma *epistème* não se limita a um domínio específico do saber. Ela diz respeito à normatividade que envolve toda a produção discursiva. Nesse sentido, basta observar os domínios tratados por Foucault, ao longo de sua obra, para entender que para indicar um termo para a *modernidade* talvez fosse necessário analisar discursos provenientes, ao menos, de um mesmo número e variedade de domínios abordados pelo pensador francês.

<sup>144</sup> “a partir de um futuro que os esperava nas sombras.” (FOUCAULT, 2007. P.229)

imbuído nas mercadorias, permite o aparecimento dessa figura, o *homo œconomicus*. Na primeira metade do século XIX o *homo œconomicus* refere-se, então, a esse caráter profundamente antropológico que orientava toda inteligência da economia (Cf. FOUCAULT, 2011<sup>c</sup>. p.269). Por outro lado, em *Naissance de la biopolitique*, ao tratar do neoliberalismo da escola de Chicago, especialmente se referindo à Gary Becker, Foucault apresenta a noção de *homo œconomicus* como sendo o objeto privilegiado de governo. Ao tratar da hipertrofia do saber econômico presente na obra de Becker, Foucault indica ali que “L’*homo œconomicus*, c’est celui qui est éminemment gouvernable” (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.274). Em todo caso, o ponto que se mostra relevante para este estudo é que ao tentar indicar uma referência primeira para tratar a noção de *homo œconomicus* neste segundo sentido, Foucault diz o seguinte:

En fait, il n’y pas de théorie, à vrai dire, de l’*homo œconomicus* ni même d’histoire de cette notion. Il faut pratiquement attendre ce qu’on appelle les néo-classiques, Walras et Pareto, pour voir émerger d’une façon à peu près claire ce qu’on entend par *homo œconomicus*.<sup>145</sup>  
(FOUCAULT, 2004a. p.275)

Como se pode ver, é no pensamento de Walras que aparecem para Foucault os primeiros traços da noção de *homo œconomicus* como objeto de um governo. Por isso não é gratuito que esta característica pôde ser destacada nos capítulos II e III deste estudo, quando se tratou do preço como um governo do valor e do mercado como um lugar de *normalização* e de formulação de verdade. Em certo sentido, nesta noção de *homo œconomicus* pode se ver uma relação do *homem* com a economia. Ou melhor, se ela for tomada na transformação de seus dois sentidos, é possível observar uma mudança na subordinação dessa relação. Se, no início do século XIX, a economia encontrava-se subordinada à figura do *homem*, no momento marginalista esta relação se inverte, fazendo do *homem* o objeto do governo econômico.

Para dizer em termos mais breves, pode-se ver que ao tomar essas referências pontuais, que Foucault faz aos economistas marginalistas, nota-se este lugar de passagem ou de transformação. Eles se distinguem do pensamento do século XVIII, se mostram como uma singularidade rasgante do final do século XIX e dão início à constituição de um modo de pensar, configuram as condições de possibilidade do aparecimento de uma nova *epistème* cuja emergência efetiva segundo Foucault data dos anos de 1950.

---

<sup>145</sup> “De fato, não há na verdade teoria do *homo œconomicus* nem mesmo história dessa noção. Na prática será preciso esperar o que se chama de neoclássicos, Walras e Pareto, para ver emergir de maneira mais ou menos clara o que se entende por *homo œconomicus*.” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.370)

Neste diapasão, o “momento marginalista” mostra-se como essa parte, que por ter sido foco de todo este trabalho, pode causar a impressão de ser um todo. O que se pode ver, então, com essa análise dos discursos de Menger, Jevons e Walras não é a construção finda de um grande monumento teórico, mas, talvez, algo mais próximo da fotografia de Henri Roger-Viollet (figura 5), um retrato acabado de um pensamento em construção. Ressalvando ainda que no caso de uma construção, por vezes os alicerces já sinalizam para a obra concluída. A seu turno, um modo de pensar segue trajetórias mais erráticas. Não admite prefiguração do todo, apenas a observação das condições que o tornam possível.

Foi no intuito de indicar estas linhas iniciais, possibilitadoras do despontar de uma nova *epistème*, que motivou abordar neste estudo o “momento marginalista”. Assim, ao longo deste texto, indicou-se três características fundamentais de transformações observáveis no marginalismo em relação à Economia Política da primeira metade do século XIX. Apontou-se como se constituiu em Menger, Jevons e Walras uma nova cientificidade para a Economia, uma nova orientação do tempo e um novo mecanismo de ordenação para a verdade. A ciência, o tempo e o mercado são as marcas particulares impressas por esse saber no final do século XIX. Para esboçar algumas considerações finais deste trabalho, parte-se, então, destes três eixos como indicativos, como possibilitadores da irrupção de uma nova *epistème*: uma ciência constituída pelo governo da multiplicidade, o desaparecimento da história como constituinte do presente e a morte do *homem*.

Para sintetizar algumas conclusões a respeito de cada um destes três eixos pode-se começar pela transformação da cientificidade do saber econômico. Como foi explorado de forma detida no capítulo I deste texto, a teoria do valor subjetivo foi uma das características marcantes do pensamento marginalista. Ocorre que ao definir o valor como um juízo individual dos homens sobre os bens, chega-se a um problema atinente à possibilidade de universalidade deste saber. Problema este que não se encontrava presente na teoria do valor-trabalho.

A concepção do valor ancorada na esfera da produção, tinha fundado o valor no tempo de trabalho humano socialmente necessário para fabricação de um bem. Ou seja, o valor surgia do ato de imbuir, nas coisas, uma parcela da finitude comum a todos os homens. Este caráter antropológico da análise econômica tornava inteligível e mensurável toda economia que poderia ser ordenada no seio do processo produtivo pelo *homem*. Mais do que isso, neste contexto é possível mesmo fazer uma ontologia da realidade

econômica, vez que sua constituição se dá por este elemento comum a todas as coisas, essa substância colocada no mundo pelo esforço humano penoso, o valor.

É justamente essa possibilidade de universalização que desaparece juntamente com o postulado de um valor subjetivo. A teoria do valor de Menger e Jevons não pode estabelecer um critério que leve os agentes econômicos a apresentarem avaliações comuns de valor. Via de regra cada indivíduo é dotado da liberdade de valorar os bens como julgar conveniente. Deste modo, ao invés de postular um conteúdo comum para o valor de todos os bens, a Ciência Econômica dos marginalistas vai quantificar todos os julgamentos individuais de valor, vai observar sua distribuição e extrair disto padrões de organização.

Estes padrões é que serão organizados em curvas de ofertas e demandas de bens. A partir da constatação primeira de como os julgamentos de valor se distribuem, bem como do estabelecimento deste quadro geral, que permite distinguir os agentes entre demandantes e ofertantes. A partir dos juízos de valor de cada um e dos estoques que cada agente possui, é possível determinar como as trocas ocorrem, suas condições e seus limites. Todo o funcionamento desta mecânica foi apresentado de modo detalhado no capítulo II deste trabalho. O que se pode salientar disto, neste momento, é que a Ciência Econômica se volta para estes processos que se dão integralmente no interior do mercado. Ou seja, a quantificação dos julgamentos individuais, sua distribuição, a viabilidade das trocas, suas condições e limites, são todos fenômenos que se passam no mercado e são por ele mediados.

Ao se acrescentar a este diagnóstico a pretensão de Jevons e Walras de fazer da Economia uma ciência tão exata quanto qualquer ramo da Física (Cf. JEVONS, 2015. Po.2816/2827), pode-se perceber como no “momento marginalista” a Ciência Econômica pôde passar a ser entendida como uma mecânica do mercado. A pretensão, então, dos marginalistas, neste ponto, consistirá em conseguir formular leis que descrevam com precisão o funcionamento dos mecanismos próprios do mercado. É, neste contexto, que não só aparece o modo como se constituem os preços, mas também Jevons e Walras podem estabelecer os conceitos de equilíbrio das trocas, dos preços e dos mercados, culminando com o postulado da Lei de Walras que atesta a tendência geral do mercado ao equilíbrio.

Se o a teoria do valor subjetivo colocava para o saber econômico um problema de impossibilidade de universalização, para solucionar essa questão, o que se fez foi fundar uma ciência que não mais tinha a pretensão de universalizar seu saber por meio do

postulado de nenhum universal humano. Diferente disto, emerge no “momento marginalista” um saber capaz de governar a pluralidade diversa de valores, conseguindo extrair, da inumerável quantidade de julgamentos individuais, uma composição capaz de produzir um preço único que viabiliza as trocas. Desta maneira, ao conseguir estabelecer leis precisas para o funcionamento harmônico do mercado, assegura-se a boa ordenação, o bom governo dos julgamentos individuais de valor, produzindo-se, assim, um preço único e verdadeiro.

Como já foi exposto, no último item do capítulo I deste texto, a matemática aparece no “momento marginalista” como instrumento fundamental para expressão da ordem e ganho de precisão dessa Economia. É a matemática que permite lidar com a quantificação dos julgamentos de valor, bem como com a expressão das leis de funcionamento do mercado. Para que se possa governar o conjunto de todos os interesses individuais é preciso fazê-lo por meio de sua expressão algébrica ou geométrica. Não se trata, aqui, apenas de uma opção facilitadora, mas sim de uma necessidade premente. Essas formas de quantificação, viabilizadas pelo uso da matemática, constituem um traço imprescindível para que esta Ciência possa ter validade universal, não ficando adstrita a um saber sobre cada indivíduo, mas afirmando uma verdade sobre todos eles em sua intermediação no mercado.

Os novos critérios de cientificidade deste saber econômico no final do século XIX abandonam a fundação de sua universalidade em um primado antropológico. Não se trata mais de estruturar a validade universal seja em um postulado de faculdades comuns ao entendimento humano, ou no reconhecimento mútuo do valor como proveniente de uma grandeza única comum a todo *homem*. A disposição do valor no mercado, sua distribuição e ordenação por meio de leis precisas e a síntese dos interesses por essa máquina-mercado é o que emerge, nesse “momento”, como produtor de verdade.

Para além disso, a ontologia da realidade econômica, que se mostrava possível na teoria do valor-trabalho, perde seu objeto. Tanto para Ricardo quanto para Marx, o tempo de trabalho aparecia como substância comum a todas as coisas. Este elemento constitutivo comum, permitia que a economia tomasse, de uma matriz real ou de uma realidade com estatuto ontológico, seus objetos. Em outras palavras, a natureza substancial do valor, na Economia Política, autorizava que essa ciência fixasse suas bases de sustentação em um objeto dotado de materialidade, que era, ao menos segundo Marx, o constituinte fundamental da realidade, ou seja, o valor, que só o trabalho é capaz de fazer aparecer nas coisas. Sobre todas as mercadorias, mediadas entre a dimensão empírica e transcendental

do *homem*, se podia enunciar uma verdade. Essa verdade era garantida pelo caráter substancial e material do valor. Valor este que é o elemento comum à todas as mercadorias. É nestes termos que se pode ver, na Economia Política, a possibilidade de uma ontologia do valor. E, em Marx mais precisamente, a possibilidade de fazer uma ontologia da realidade.

Já no “momento marginalista”, o caráter subjetivo individual do valor impede que o mesmo seja tomado como uma οὐσία<sup>146</sup>. Deste modo, não sendo o valor uma substância material e nem havendo uma unidade dos julgamentos de valor, não há uma ontologia possível dos bens econômicos, não há uma realidade objetiva do valor que permita tomá-lo como objeto para além de sua quantificação. Neste sentido, a única ontologia possível nesta Ciência Econômica é a ontologia do mercado. O mercado é ao mesmo tempo o intermediário das sínteses de valor e o único ente que tem uma realidade objetiva, ou seja, suas leis naturais de funcionamento. Neste sentido, ele poderá ser o produtor e enunciador de toda verdade econômica, tendo, em si, a medida de todos os bens sendo uma entidade cujas leis de funcionamento permitem fazer de todos os bens econômicos objetos de seu mecanismo.

Será sob estas novas bases que a Ciência Econômica passa a ser erigida no “momento marginalista”. Um saber que se constitui no interior dos mecanismos de um mercado, cuja constância das leis de funcionamento lhe assegura estatuto ontológico. Isto em um mundo onde o valor é da ordem do subjetivo. Para além disso, a universalidade deixa de ser assegurada pela natureza antropológica comum do valor de todas as coisas e passa a ser garantida pela capacidade de o mercado bem governar a pluralidade de valores individuais para o estabelecimento de um preço verdadeiro. Neste contexto, a Ciência Econômica pode caminhar para longe do *homem* e para perto do mercado.

Para além da cientificidade do saber econômico, também a experiência do tempo se transforma no “momento marginalista”. A inversão no eixo temporal promovida na teoria econômica dos marginalistas pode ser percebida pela transposição da intelecção deste saber, que deixa de ter sua referência no processo produtivo das mercadorias e passa a ser pensado a partir da esfera da circulação ou consumo de bens.

Na Economia Política ricardiana, a esfera da produção fornece o critério que permite ordenar toda a economia. O saber econômico se dedica então à compreensão do processo pelo qual o trabalho humano imbuí, nos bens, seu valor. Neste contexto, o valor

---

<sup>146</sup> Ousía.

pertence fundamentalmente ao passado das mercadorias, ao processo que as precedeu e que forneceu as condições de possibilidade de seu presente. Mesmo a esfera de circulação das mercadorias neste cenário é pensada a partir da produção. O mercado ao estabelecer os preços nada mais faz do que enunciar uma verdade sobre a eficiência do processo produtivo de seu próprio tempo. Ele não é capaz de constituir um preço pelos seus mecanismos próprios, ao invés disso, ele revela um preço que provém da produtividade do processo fabril das mercadorias. Neste sentido, para a Economia Política do início do século XIX, a mercadoria é o produto que porta, em si, as marcas de constituição da sua própria história e o mercado, ao definir o preço, funciona como o narrador dessa história.

Já para os marginalistas, a constituição do valor é reduzida a um ato presente, uma avaliação ancorada no julgamento presente de utilidade conjugado à quantidade disponível do bem em questão. Diferente de um longo processo de produção que culmina na apresentação de uma mercadoria portadora de valor, no “momento marginalista”, o valor aparece em um ato, uma avaliação que toma a necessidade como critério de intensidade do desejo por um determinado bem. Esta intensidade volitiva é a grandeza desse valor. Para além disso, foi mostrado a partir de Menger e Jevons que a expectativa futura sobre a utilidade ou sobre o estoque de um dado bem pode interferir nos julgamentos presentes de valor, sinalizando assim para a capacidade normativa que a expectativa futura pode produzir no valor presente dos bens.

No atinente à constituição dos preços, a experiência do tempo para os marginalistas não é distinta desta referida na teoria do valor utilidade. As curvas de oferta e demanda também não são constituídas pelo passado. Uma oferta vasta ou uma demanda intensa não são garantidas no instante seguinte. Um grande estoque de um determinado bem, hoje, não garante sua manutenção amanhã. Para dizer em poucas palavras, o preço é definido pela relação presente de oferta e demanda e pode sofrer alteração pela expectativa futura de aumento ou diminuição desta oferta e demanda. Neste sentido, os preços pretéritos não fazem parte do procedimento que estabelece os preços no presente. Já, as expectativas de preço futuro podem impactar nas curvas de oferta e demanda atuais. Assim, a estrutura do mercado definidora dos preços no “momento marginalista” é sempre presente podendo ser modulada pelas expectativas de sua modificação futura.

Deste modo, as estruturas próprias do mercado, que são as curvas que o compõe, se constituem no presente e são afetadas pelas expectativas futuras. A constituição própria do mercado se dá em um eixo temporal orientado apenas do presente para o futuro. Com isso, a única dimensão da economia que se refere ao passado é a análise dos custos de

produção, e mesmo esta análise se reporta ao passado apenas para julgar a economicidade atual da produção de um dado bem. Trata-se apenas de analisar se os meios utilizados para fabricação de um bem particular foram bem empregados, se os custos daquele processo se justificaram ante os ganhos que se obteve ou se espera obter com aquela mercadoria. Nesse sentido, até o passado pode ser julgado ante as condições presentes e expectativas futuras no mercado.

Com isso, o que pode ser depreendido desta inversão do eixo temporal é que, no “momento marginalista”, a história deixa de ser constituinte do presente. No interior das engrenagens do mercado é o arranjo imediato do mecanismo que produz o preço verdadeiro. A constância de suas leis de funcionamento lhe dá um comportamento previsível, de modo que, por mais variáveis que sejam as relações que por ele perpassem, o seu modo de composição é sempre o mesmo. A estrutura do mercado pode igualmente variar, basta recorrer ao capítulo II deste texto onde foi indicado como se constituíam os preços em um modelo de monopólio e em um modelo de concorrência. Ocorre que, para ambos, as leis que presidem o funcionamento do mercado são as mesmas. A razão de seu processo não se altera. O que se modifica em cada um destes modelos é a forma como os ganhos de utilidade se distribuem. Todavia, em nenhum destes modelos, apareceu um resultado inesperado ou imprevisível. Ao contrário, o que se evidenciou é que mesmo o exercício do poder de monopólio não é absoluto sendo ainda submetido à lógica do funcionamento próprio do mercado.

O mercado em si também não é produto de um processo histórico de constituição. As estruturas do mercado e seus modelos de organização não são justificados por um processo que os constituiu. Diferente disto, o mercado é aquilo que se mostra no ato, sua estrutura varia conforme a disponibilidade das mercadorias e seu modelo consoante o número de ofertantes e demandantes. As leis que presidem o funcionamento do mercado, por sua vez, também não derivam de um processo histórico. Para os marginalistas elas são, antes, leis naturais da mesma ordem que as leis da Física. Para além disso, mesmo ao analisar processos que modificam os modelos do mercado, como a transformação de um monopólio em concorrência ou o contrário, não se trata de uma derivação da história. Essas sucessões, em verdade, são decorrentes das próprias tendências do mercado ou de interferências exteriores que comprometem o funcionamento regular de seus mecanismos. Assim, um monopólio não se mantém pelo fato dele existir há muito tempo. Ele se mantém porque as condições que permitem sua existência perduram. No momento que estas condições se modificarem, ele deixa de existir. Essas condições podem ser as

mais variadas, desde a instituição de um monopólio estatal que impede o surgimento de outros agentes fornecedores de determinado bem ou serviço, até uma condição particular, como um lugar de difícil acesso onde apenas um agente se encontra disponível para fornecer determinado bem ou serviço. A questão é que o modelo do mercado também é tratado, aqui, não como proveniente de uma cadeia histórica de fatores que o produziu, mas de um arranjo atual que pode deixar de existir no momento seguinte independentemente do tempo que tiver persistido essa situação.

Assim sendo, seja na teoria do valor, na constituição dos preços ou no funcionamento de mercado, o papel do tempo não é da ordem da constituição dos fenômenos. A mesma sutileza de uma simplificação matemática com que Jevons fez desaparecer o tempo de sua teoria do valor (Cf. JEVONS, 2015. po.1615/1616), faz também a história desvanecer como a matriz de constituição do presente. A inversão do eixo temporal leva todos os fenômenos da economia a se mostrarem em um único ato presente e podem ser modulados apenas pela expectativa no futuro.

O último elemento que conduziu as reflexões presentes neste trabalho é então o desaparecimento da figura do *homem* como produtora ativa da verdade. A sucessão da teoria do valor-trabalho, pela teoria marginalista do valor, já indicava que o *homem* estava perdendo seu protagonismo, deixando de ser o produtor ativo do valor das mercadorias para aparecer sendo satisfeito pela utilidade dos bens de maneira passiva. Deixou-se de fundar o valor em uma atividade humana, o trabalho, para indicar sua constituição pela carência fundamental que faz com que os bens apareçam para o indivíduo como úteis.

Ainda assim, tanto Menger quanto Jevons, ao formularem sua teoria do valor, concedem, a este indivíduo, a liberdade de julgar o valor de todos os bens do modo que acharem conveniente. Assim, ainda que o homem apareça como o retrato de uma carência fundamental a ser satisfeita pelos bens, ele é também dotado da liberdade de avaliar como desejar a utilidade que deverá satisfazer suas necessidades.

Ocorre que justamente ao estudar a formação dos preços no mercado, foi possível observar que toda a pluralidade de julgamentos individuais de valor é em última instância normalizada. Se governa essa multiplicidade de valores, justamente, ao compor no mercado uma síntese dos interesses dos indivíduos envolvidos em atividade econômica. Neste sentido, nenhum destes julgamentos individuais de valor tem a capacidade de se impor. Eles são, em verdade, considerados em conjunto para composição de um preço único. Em um cenário de concorrência perfeita, nenhum dos valores particulares tem a capacidade de sozinho interferir no preço. Mesmo no contexto oposto a esse, que seria o

de monopólio, o monopolista ainda vê limites em sua condução dos preços, sendo, necessariamente, vinculado à venda de uma quantidade determinada pelo mercado, ao fixar o preço, ou vinculado a um preço dado pelo mercado ao determinar a quantidade ofertada.

O que se observa é que toda a liberdade concedida aos indivíduos para valorar os bens é, em seguida, consumida pelos mecanismos do mercado na composição dos preços. O que ocorre é que cada julgamento individual é como uma gota em um oceano. O postulado dessa liberdade individual primeira pode ser de amplitude enorme. Afirmar que o indivíduo é livre para valorar tudo que se encontra sobre a terra do modo que lhe convier, pode se mostrar como um postulado nunca antes visto nem na defesa mais aguerrida do *laissez-faire*. Ocorre que mais importante do que esse postulado é observar como se pode efetivamente exercer essa liberdade. E isso se torna perceptível ao se ater não apenas à teoria do valor subjetivo, mas, principalmente, ao observar os instrumentos de governo que a acompanham.

De forma sintética, o que se pode salientar é que, se a teoria do valor marginalista já apontava para a constituição de um *homem* definido pelas suas carências a serem satisfeitas pela utilidade dos bens, o mercado pode fazer dessas carências fundamentais o objeto de seu governo. O postulado do valor individual ao mesmo tempo que define o *homem* por aquilo que lhe falta, concede, a esse indivíduo, a liberdade de julgar os objetos capazes de satisfazê-lo da maneira que lhe convier. É esta liberdade primeira que será o combustível motor dos mecanismos de síntese do mercado. É assim que essa liberdade fundante não deve ser vista como uma ausência de governo, mas ao contrário, ela é condição de possibilidade da emergência de um saber que se funda precisamente no governo dessa liberdade. É, nesse sentido, que Foucault pode afirmar que essa prática de governo é “*consommatrice de liberté dans la mesure où elle ne peut fonctionner que dans la mesure où il y a effectivement un certain nombre de libertés*”<sup>147</sup> (FOUCAULT, 2004<sup>a</sup>. p.65).

Para além disso, é preciso salientar que as leis de funcionamento deste mercado não provem da mesma fonte que os julgamentos individuais de valor. Se estes constituem essa diversidade, esta multiplicidade dispersa, as leis de funcionamento do mercado são da ordem do natural. Elas têm a constância capaz de extrair desta vastidão de valores a unidade do preço. Assim, o mercado pode constituir, em seus mecanismos, um governo

---

<sup>147</sup> “consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>. p.86)

do valor, tomando neste processo o próprio desejo do *homem* como seu objeto privilegiado. A ciência que se constitui nas engrenagens desta máquina-mercado não tem mais, no *homem*, seu sujeito de conhecimento. O mercado é que ocupa, doravante, o lugar central da produção desse saber. Mais do que isso, esta máquina se mostra inclusive avessa a dividir seu lugar de governo com qualquer *homem*. As interferências que se podem produzir nela, ou o aumento da capacidade de um indivíduo em produzir efeitos no mercado aparecem, aqui, como causadores de ineficiência dos processos. Basta observar que o modelo de mercado com a presença do monopolista, que é aquele com condições de individualmente interferir nos preços ou na oferta de bens, tem, como resultado, a produção de ineficiência dos ganhos de utilidade. Nesse sentido o *homem* não só é aquele cujos desejos são governados nas engrenagens do mercado, como suas ações, que tenham o condão de interferir no funcionamento desse mecanismo, aparecem, agora, como produtoras de efeitos indesejáveis ou danosos.

O mercado é, assim, o *acontecimento* que tem lugar no “momento marginalista”. Ele aparece como o efeito contingente da dispersão da Economia Política. Extrai, de suas próprias regras de funcionamento, a normatividade para um saber econômico que se funda no governo do valor subjetivo. Inverte o eixo temporal de constituição histórica do presente, direcionando assim a Economia apenas para objetos que se apresentam no instante atual e podem ser modulados pelas expectativas futuras. Por fim, o mercado pode passar a ocupar o lugar do *homem* na centralidade do saber, seus mecanismos podem comandar todo processo de intelecção da economia, tendo como referência sempre processos que se passam em seu interior, relações por ele mediadas e normas oriundas da mecânica de seu funcionamento. No exercício do governo do mercado sobre a multiplicidade do valor, este ente finda por fazer do próprio *homem* seu objeto. Afinal, o desejo humano esboçado na atribuição de valor dos bens é, por excelência, aquilo que se governa no mercado.

Estes são, então, os três eixos que conduziram, neste trabalho, as leituras de Menger, Jevons e Walras. A constituição de um saber que funda sua cientificidade no governo da multiplicidade, uma inversão no eixo de ordenação do tempo capaz de direcionar a experiência da temporalidade para o futuro e o desvanecer da figura do homem do centro da *epistême*, deslocando seu lugar para aquele da indistinção dos objetos. Se na apresentação dos marginalistas neste trabalho foram tomadas algumas obras do impressionismo, nada mais justo que se conclua, aqui, igualmente com uma

pequena seleção de pinturas que colocam em tela alguns traços que remetem a estes indícios do despontar de uma nova *epistème*.



Figura 6 : Claude Monet. *Boulevard des Capucines* (1873)

Este quadro (figura 6), pintado por Monet, data do ano de 1873. A obra é intitulada *Le Boulevard des Capucines*. Na pintura encontra-se representado o passeio público parisiense próximo à ópera do *Palais Garnier* em um fim de tarde de inverno. A rua movimentada, repleta de transeuntes no lado oposto àquele tocado pelo sol, mostra a multidão dispersa de figuras humanas indistinguíveis. A monotonia dos trajes negros, que contrastam com o branco da neve e com o dourado do sol, contribui para não ser discernível as particularidades de qualquer das pessoas na pintura. Não se pode saber se cada figura ali representa são homens ou mulheres, crianças, jovens, adultos ou idosos. Em alguns pontos do quadro nem mesmo é possível discernir entre uma silhueta e outra, sendo difícil individualizar cada personagem da tela. Essa indistinção apenas se agrava ao aproximar o olhar do final da rua retratada, onde as figuras humanas já não podem ser separadas da arquitetura, das árvores e demais objetos representados. Talvez essa tenha sido a marca da vida social num centro urbano movimentado no final do século XIX: a indistinção. O conjunto de transeuntes em um fim de tarde agitado produz essa massa de anônimos onde todos integram o retrato, mas nenhum é capaz de alterar, com sua presença ou ausência, o todo da pintura.

A tela pintada pelo mercado no “momento marginalista” talvez não se distinga tanto deste quadro de Monet. A objetificação dos desejos humanos tomados enquanto um

todo no mercado, tal qual a pintura, faz de um único indivíduo irrelevante. Para além disso, também não aparecem, na tela do mercado, os detalhes minuciosos de cada pessoa. Elas são, apenas, a expressão de um desejo convertido em cifra de modo que o que efetivamente as singulariza não figura no retrato do todo. Em alguma medida, na sujeição que o mercado é capaz de produzir, assim como na pintura, não é de se estranhar que os indivíduos não possam nem mesmo ser distinguidos entre si ou dos demais objetos.

Estes traços de Monet não são uma exclusividade pontual dessa pintura. O próprio *Bulevard des Capucines* possui outras versões que compartilham das características aqui anunciadas. Também outras representações de ruas parisienses e aglomerados humanos pintados por Monet guardam semelhanças com esta tela.



Figura 7: Claude Monet. *La rue Montorgueil à Paris. Fête du 30 juin 1878* (1878)

Esta pintura (figura 7) é também obra de Monet. Seu título é: *La rue Montorgueil à Paris. Fête du 30 juin 1878* e ela data do mesmo ano da celebração retratada. É inegável que, efetivamente, se trata da representação dos festejos de junho em Paris. O curioso, nela, é que o que denuncia tratar-se de um retrato da comemoração não é propriamente a aglomeração de pessoas na via pública, mas, antes, as cores da bandeira francesa que saltam de quase todas as janelas e sacadas. A vivacidade do colorido das bandeiras contrasta com a sutileza das cores presentes na multidão. Esta última é quase integralmente retratada em branco e preto, alternando essa dualidade apenas em alguns poucos lampejos de azul e vermelho. É nesse sentido que o que salta aos olhos deste quadro é a estrutura ufanista da celebração, enquanto os celebrantes figuram de forma quase amorfa em um movimento que parece ser posto em segundo plano ante a festa das cores das quais eles não são mais que coadjuvantes.

Nesta segunda pintura, não só está presente a mesma indistinção dos indivíduos ao longo do passeio público, como o objeto primeiro da tela é antes a celebração em si, que toma a multidão como parte, mas é protagonizada pelas cores. O que dá a estrutura do quadro é exatamente o que mais nele aparece, as inumeráveis bandeiras que sinalizam a temática onde embarcam anonimamente todos os transeuntes retratados.

É possível que as características destas duas pinturas aqui selecionadas (figuras 09 e 10) possam ser tomadas como uma boa analogia para o “momento marginalista” que tematizou este trabalho. Do mesmo modo que a vivacidade das cores no quadro de Monet é o traço que estrutura a pintura e permite identificar seu tema, a Economia no “momento marginalista” tem, no mercado, as estruturas de sua cognição. O anonimato e a indistinção dos transeuntes em movimento são significados na pintura pela denúncia das cores que faz emergir do quadro a celebração. Igualmente no pensamento dos marginalistas, o governo da multiplicidade do valor que lhe unifica no preço de validade geral é viabilizado pela máquina mercado, que de todas as figuras da Economia é a única que se mostra em primeiro plano como possuidora de um estatuto ontológico.

Em todo caso, para concluir este trabalho com uma referência à estética talvez o mais apropriado não seja recorrer novamente ao impressionismo. É quiçá mais oportuno voltar a atenção ao movimento que carrega já em seu nome a mesma direção para onde aponta a transformação promovida pelos marginalistas.



Figura 8: Gino Severini. *Le Boulevard* (1911).



Figura 9: Gino Severini. *The Pan Pan Dance* (1959).

As duas telas retratadas (figuras 8 e 9) são obras do pintor italiano Gino Severini. A primeira data de 1911 e a segunda de 1959. Seus títulos são respectivamente *Le Boulevard* e *The Pan Pan Dance*. Em ambas as pinturas é possível ver, de forma radicalizada, a indistinção entre os indivíduos, os objetos e o meio. Se o impressionismo de Monet tinha produzido este efeito pelo retrato distante de silhuetas humanas ao largo do passeio público, mesmo com foco mais próximo o recorte geométrico de Severini é capaz de produzir a mesma impressão. No caso destes trabalhos do pintor italiano é digno de destaque mencionar que provem dos traços rasgantes do movimento futurista. Movimento estético este que carrega em seu nome o direcionamento de seu olhar e afirma em seu manifesto, explicitamente no oitavo tópico, a ruptura com o passado.

Nous sommes sur le promontoire extrême des siècles! .... A quoi bon regarder derrière nous, du moment qu'il nous faut défoncer les vantaux mystérieux de l'impossible? Le Temps et l'Espace sont morts hier. Nous vivons déjà dans l'absolu, puisque nous avons déjà créé l'éternelle vitesse omniprésente.<sup>148</sup> (MARINETTI, 1909.)

Os jogos de cores, a dureza das formas geométricas, a mistura das figuras humanas com os demais elementos da pintura, tudo isso apresenta o retrato de um mundo que se geometrizou nas formas impostas pelo funcionamento maquinal de um mercado suserano dos desejos do *homem*. É nesta direção que apontava o “momento marginalista”. A constituição de um modo de pensar capaz de reordenar o tempo, refundar a ciência e destronar o *homem* de seu reinado epistêmico. Estes são, então, os traços com os quais os marginalistas marcaram a grande tela de uma nova *epistème* ainda insipiente em seu próprio tempo, mas que se tornou possível, em parte, por encontrar nestes três eixos a estrutura propícia para sua irrupção.

---

<sup>148</sup> “Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... O que de bom há em olhar para trás de nós, quando o que nos é preciso é arrombar as portas misteriosas do impossível? O tempo e o espaço morreram ontem. Nós já vivemos no absoluto, porque nós já criamos a velocidade eterna, onipresente.” (Tradução minha)

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Cogitus interruptus: diálogo entre Juan Goytisolo e Michel Foucault sobre o estatuto histórico do presente ou sobre onde veio dar as Luzes*. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2011.
- ALTER, Max. *Carl Menger and the Origins of Austrian Economics*. Bolder, San Francisco, Oxford. Westview Press. 1990.
- ANASTÁCIO, Lara Pimentel Figueira. *Governo das condutas: técnica e reflexão em Foucault*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. FFLCH/USP. 2017.
- ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo*. São Paulo. Editora Boitempo. 2014.
- ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*. Paris. Editions GF Flammarion. 2004.
- AUDIER, S. *Le colloque Lippmann*. Paris. BDL. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Néo-libéralisme: une archéologie intellectuelle*. Paris. Bernard Grasset. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Penser le “néoliberalisme”: le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme*. Lormont. Le bord de l’eau. 2015.
- BECCHIO, Giandomenica. *Carl Menger and the Second edition of his ‘Principles’*. 2010. disponível em: [https://www.academia.edu/575563/Carl\\_Menger\\_and\\_the\\_Second\\_Edition\\_of\\_His\\_Principles](https://www.academia.edu/575563/Carl_Menger_and_the_Second_Edition_of_His_Principles). Acessado no dia 10 de janeiro 2017.
- BENTHAM, Jeremy. *A manual of Political Economy*. E-book (kindle). Editora WealthOfNation.com. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Garanties contre l’abus de pouvoir*. Paris. Editions Rue D’Ulm. 2001.
- \_\_\_\_\_. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. E-book (kindle). White Dog Publishing. 2010.
- BILGER, F. *La pensée économique libérale dans l’Allemagne contemporaine*. Paris. Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. 1964.
- BLAUG, MARK. *Economic Theory in Retrospect*. Illinois, Irwin. 2ª ed. Homewood. 1968.
- BONNAFOUS-BOUCHER, Maria. *Le Libéralisme dans La Pensée de Michel Foucault : Un Libéralisme sans liberté*. Paris. L’Harmattan. 2001.
- BOSON, Marcel. *Léon Walras: Fondateur de la Politique Économique Scientifique*. Lausanne. F. Rouge & C<sup>ie</sup> S.A. 1951.
- BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Tradução: Luciana Penteado Miquelino. São Paulo/SP. Pioneira Thomson Learning. 2005.
- BUCHANAN, James M. *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*. Chicago. Markham Publishing Company. 1969.
- BYRON, George Gordon. *The complete works of Lord Byron: with a biographical sketch and notes*. New York. Thomas Y. Crowell Company Publishers. 1927.
- \_\_\_\_\_. *Poemas*. Tradução e organização: Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo/SP. Hedra. 2008.
- CALDWELL, Bruce J. *Carl Menger and his Legacy in economics*. Durham. Annual supplement to volume 22. Duke University Press. 1990.
- CAMPAGNOLO, Gilles. *Carl Menger entre Aristote et Hayek : Aux sources de l’économie moderne*. Paris. CNRS Éditions. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Existe-t-il une doctrine Menger ? Aux origines de la pensée économique autrichienne*. Aix-en-Provence. Publications de l’université de Provence – PUP. 2011.

- CASTRO, Eduardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte/MG. Editora Autêntica 1ª edição. 2009.
- CHOI, Hak. *The proof of the original Walras' Law*. 2008. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1154911](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1154911). Acessado em 18 de junho de 2018.
- CLARK, T. J. *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e seus seguidores*. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo/SP. Companhia das Letras. 2004.
- DAAL, Jan Van & JOLINK, Albert. *The equilibrium Economics of Léon Walras*. London and New York. Routledge. 1993.
- DARDOT, Pierre et LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde : essai sur la société néolibérale*. Paris. Éditions La Découverte/Poche. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Marx prénom : Karl*. Paris. Editions Gallimard. 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Pourparlers 1972-1990*. Paris. Les éditions de minuit. 2003.
- DONZELLI, Franco. *Equilibrio, disequilibrio e tempo in Walras*. Dipartimento di Scienze Economiche, Aziendali e Statistiche. Università degli Studi di Milano. 2007. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/54263464/equilibrio-walras/4>. Acessado em 28 de setembro de 2016.
- DUARTE, André. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Para Uma Vida Não-Fascista*. Belo Horizonte. Editor Autêntica. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno*. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2011.
- ECKARD, E. W. *Economics of Jevons*. Washington, D.C. American Council on Public Affairs. 1940.
- FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo. Editora Nobel. 2000.
- \_\_\_\_\_. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Repensando a Revolução Marginalista* in: Revista Análise Econômica nº 30. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre. 1998.
- FORNEL JUNIOR, Valdir de Volpato. *Os trajetos e os navios em Michel Foucault: a metáfora da navegação como matriz de experiência filosófica*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. FAFICLA/PUC-SP. 2016.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo. Editora Saraiva. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro. Editora Forense Ltda. 2011<sup>b</sup>.
- \_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro. 3ª edição. Nau Editora. 2003.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo. Edições Loyola. 2009.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo. Martins Fontes. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Dits et Ecrits I 1954 – 1975*. Paris. Éditions Gallimard. 2001<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Dits et Ecrits II 1976 – 1988*. Paris. Éditions Gallimard. 2001<sup>b</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris. Editions Gallimard. 2011<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la sexualité I : la volonté de savoir*. Paris. Éditions Gallimard. 2009.

- \_\_\_\_\_. *História da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo. Perspectiva. 2010.
- \_\_\_\_\_. *L'archéologie du savoir*. In \_\_\_\_\_. *Œuvres (tome II)*. Paris. Bibliothèque de la Pléiade Gallimard. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Les mots et les chose : une archéologie des sciences humaines*. Paris. Gallimard. 2011<sup>c</sup>.
- \_\_\_\_\_. *L'ordre du discours*. Paris. Gallimard. 1971.
- \_\_\_\_\_. *Naissance de la clinique*. Paris. 4<sup>e</sup> édition. PUF. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Naissance de la biopolitique : Cours au Collège de France 1978-1979*. Paris. Éditions Seuil/Gallimard. 2004<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes. 2008<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Sécurité, territoire, population : Cours au Collège de France 1977-1978*. Paris. Éditions Seuil/Gallimard. 2004<sup>b</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes. 2008<sup>b</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Surveiller et punir*. Paris. Éditions Gallimard. 1993.
- FOUCAULT STUDIES. Number 6, february 2009: Neoliberal Governmentality. Disponível em: <http://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/issue/view/365/showToc>. Acessado em 28 de outubro de 2015.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York. Free Press. 2006.
- GAFFIOT, F. *Le Grand Gaffiot*. Paris: Hachette, 2000.
- GEMICI, Kurtuluş. *The neoclassical origins of Polanyi's self-regulating market*. Sociological Theory Vol.33 (2). p.125-147. American Sociological Association. 2015.
- GIANOTTI, J. A. *Considerações sobre o método*. In: MARX, K. *O Capital (Livro I)*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2013, P. 59-73.
- GREAVES, Bettina Bien. *Austrian Economics: An Anthology*. Irvington-on-Hudson. Foundation for Economic Education. 1996.
- GROS, Frédéric. *États de violence*. Paris. Gallimard. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Foucault et la folie*. Paris. PUF. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Le Principe Sécurité*. Paris. Gallimard. 2012.
- HANEY, Lewis H. *History of Economic Thought: a critical account of the origin and development of the Economic theories of the leading thinkers in the leading nations*. New York. 4<sup>a</sup> ed. Macmillan. 1949.
- HAYEK, F. A. *Carl Menger*. In: BLAUG, Mark. *Carl Menger (1840-1921): Pioneers in Economics 26*. Aldershot. Edward Elgar Publishing Limited. 1992.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio*. In: MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural. 1983.
- \_\_\_\_\_. *The overrated reason*. The History of Economics Society. 2013.
- HICKS, J. R. and WEBER, W. *Carl Menger and the Austrian School of economics*. Oxford. Clarendon Press. 1973.
- HOVENKAMP, Herbert. *The Marginalist Revolution in Corporate Finance: 1880-1965*. 2011. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1141291> . Acessado no dia 15 de fevereiro de 2016.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2. Ed. 2005.
- HUSSERL, Edmund. *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica*. Rio de Janeiro/RJ. Editora Forense Universitária. 2012.

- HUTCHISON, T. W. *A Review of Economic Doctrines 1870-1929*. Oxford. Clarendon Press. 1953.
- JAFFÉ, W. *Menger, Jevons and Walras De-homogenized*. In: WOOD, John Cunningham. *William Stanley Jevons Critical Assessments* (Vol. III). London and New York. Routledge. 1988.
- JEVONS, W. S. *A Teoria da Economia Política*. Tradução: Cláudia Laversveiler de Morais. São Paulo. Abril Cultural. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Letters and journal of W. Stanley Jevons*. Londres. Macmillan. Org. Harriet A. Jevons. 1886.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Political Economy*. Eletronic book (Kindle). E-publisher: WealthOfNations.com. 2015.
- LAVAL, Christian. *Jeremy Bentham Le pouvoir des fictions*. Paris. PUF. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Jeremy Bentham, les artifices du capitalisme*. Paris. PUF. 2003.
- \_\_\_\_\_. *L'homme Économique: Essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris. Éditions Gallimard. 2007.
- LEROUX, Robert et HART, David M. *L'âge d'or du Liberalisme Français : Anthologie XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris. Ellipses Éditions. 2014.
- MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. *Karl Polanyi e o 'Grande Debate' entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica*. Campinas. Economia e Sociedade v.21, n. 1 (44), p.165-195. 2012.
- MALTHUS, Thomas Robert. *An Essay on the Principle of Population*. London. Empire Books. 2012.
- MARINETTI, Filippo Tommaso. *Le futurisme*. Le Figaro. Paris. 20 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2883730.item>. Acessado no dia 13 de outubro de 2018.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia* (volumes I e II). São Paulo. 2. Ed. Nova Cultural. 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro. Boitempo. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo. Ícone editora. 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I, Vol. I e II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. 25<sup>a</sup> Ed. Civilização Brasileira. 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro II, Vol. III. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. 15<sup>a</sup> Ed. Civilização Brasileira. 2016.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro III, Vol. IV, V e VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. 4<sup>a</sup> Ed. Civilização Brasileira. 2015.
- MAUCOURANT, Jerome & PLOCINICZAK, Sebastien. *The institution, the Economy and the Market: Karl Polanyi's institutional thought for economists*. London. Review of Political Economy v.25, n.3. p.512/531. 2013.
- MENGER, Carl. *Carl Menger's Lectures to Crown Prince Rudolf of Austria*. Bodmin Cornwall. Hartnolls Limited. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Principles of Economics*. Alburn. Ludwig von Mises Institute. 2007.
- MOSCATI, Ivan. *Were Jevons, Menger and Walras really cardinalists? On the notion of measurement in utility theory, psychology, mathematics and other disciplines, ca. 1870-1910*. Università di Torino. Working paper No. 03. 2010.

- MURRAY. *Marino Filiero, Doge of Venice. An Historical Tragedy, in Five Acts. With Notes – The Prophecy of Dante, a Poem. By Lord Byron.* In: *The British Review and London Critical Journal (Vol. XVIII)*. London. Printed for Baldwin, Cradock, and Joy. Paternoster-kow; and J. Hatchard and Son, Piccadilly. 1821.
- NETTO, João Guilherme Vargas. *Apresentação.* in: WALRAS, Leon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura.* São Paulo/SP. Abril Cultural. 1983.
- NOZICK, Robert. *Anarchie, État et Utopie.* Paris. Quadrige/PUF. 2008.
- PIROU, Gaétan. *L'utilité Marginale de C. Menger a J.-B. Clark : Conférences faites à l'École Pratique des Hautes Études en 1931-1932.* Paris. Deuxième Édition. Les Éditions Domat-Montchrestien. 1938.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação : As origens de nossa época.* Rio de Janeiro. 2ª edição. Elsevier editora. 2012<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *A subsistência do homem e ensaios correlatos.* Rio de Janeiro. Contraponto. 2012<sup>b</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Carl Menger's Two Meanings of "Economic"* in: *Studies in Economic Anthropology.* AS7, 1971.
- PONTE, L. da. *La Profezia di Dante di Lord Byron, tradotta in terza rima.* In: *The Literary and Scientific Repository and Critical Review (Vol IV N° 07 e 08).* New York. Published Quartely. 1822.
- PRADO, Eleutério F. S. *Valor e Coordenação: Poiésis, Práxis e Theoria um ensaio sobre as teorias de Smith, Marx, Walras e Hayek.* In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia.* Campos do Jordão/SP. 1992.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria.* Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo. Ícone editora. 2003.
- QUESNAY, François. *Physiocratie : Droit naturel, Tableau économique et autres textes.* Paris. GF Flammarion. 2008.
- RAISONS POLITIQUES : *Revue de Théorie Politique.* Numéro 52, novembre 2013. *Les néolibéralismes de Michel Foucault.* SciencesPo. Les Presses. 2013.
- REVEL, Marie Judith. *Dictionnaire Foucault.* Paris. Ellipses Éditions Marketing. 2008.
- RICARDO, David. *Principles of political economy and taxation.* London. John Murray. E-book. 1821.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de economia política e de tributação.* Tradução: Maria Adelaide Ferreira. Lisboa. 2. Ed. Calouste Gulbenkian, 1978.
- RIVERA-SOTELO. *El Utilitarismo de Jeremy Bentham; Fundamento de la Teoría de Leon Walras?.* 2011. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2117473> Acessado em 30 de outubro de 2015.
- ROBBINS, Lord Lionel. *The Evolution of Modern Economic Theory.* London. Macmillan. 1970.
- ROWLEY, Rosemarie. *Byron's Prophecy of Dante and it's Form, Treza Rima.* Irish Byron Society. Dublin. 2011. Disponível em: <http://irishbyronsociety.ie/pdfs/dantie.pdf> acessado em 28 de outubro de 2015.
- RUEFF, Martin. *Notice : L'archéologie du savoir.* In: FOUCAULT, Michel. *Œuvres (tome II).* Bibliothèque de la Pléiade. Gallimard. Paris. 2015.
- SABOT, Philippe. *Lire Les mots et les choses de Michel Foucault.* PUF. Paris. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Notice : Les mots et les chose.* In: FOUCAULT, Michel. *Œuvres (tome I).* Bibliothèque de la Pléiade. Gallimard. Paris. 2015.
- SAMUELS, W. J., BIDDLE, J. E. and DAVIS, J. B. *A Companion to The History of Economic Thought.* Blackwell Publishing. Oxford. 2007.

- SANTOS, José de Oliveira Pires dos. *A Escola Austríaca de Economia: Trajetória Intelectual e Contribuições para o Pensamento Econômico*. Dissertação de Mestrado em Economia. FEA/USP. 1996.
- SCHABAS, Margaret. *A World Ruled by Number: William Stanley Jevons and the Rise of Mathematical Economics*. Princeton University Press. New Jersey. 1990.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Le monde comme volonté et représentation* Vol. I et II. Paris. Gallimard. 2009.
- SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Oxford University Press. New York. 1954.
- SECELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34. 2006.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford University Press. London. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução: Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. 1978.
- TERREL, Jean. *Politiques de Foucault*. Paris. PUF. 2010.
- VARIAN, Hal R. *Microeconomia: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro. Elsevier. 2016.
- VICENCIO, Eduardo Rivera. *The firm and corporative governmentality: from the perspective of Foucault*. J. Economics Accounting v.5, n.4. 2014.
- VIGNY, Alfred. *Stello*. Ernest Flammarion Éditeur. Paris. Sem data.
- WALRAS, Leon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Tradução: João Guilherme Vargas Netto. Abril Cultural. São Paulo/SP. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Elements D'Economie Politique Pure ou Theorie de la Richesse Social*. Imprimerie L. Corbaz & Cie, Éditeurs. Paris. 1874.
- WICKSELL, Knut. *Lectures on political economy*. Translated from Swedish by E. Classen. Augustus M. Kelley Publishers. New York. 1967.